



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCS

O RIO QUE PASSA PELA IBEJI Rayssa e Rossana:
a Geração Plural do Porto do Capim.

NATALIA FREIRE DE MOURA
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Ferreira Pires



JOÃO PESSOA - PB
Setembro de 2019

NATALIA FREIRE DE MOURA

O RIO QUE PASSA PELA IBEJI Rayssa e Rossana:
a Geração Plural do Porto do Capim.

Monografia de graduação como parte dos requisitos à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais; Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Flávia Ferreira Pires

JOÃO PESSOA – PB
2019

NATALIA FREIRE DE MOURA

**O RIO QUE PASSA PELA IBEJI Rayssa e Rossana:
a Geração Plural do Porto do Capim.**

Monografia de graduação como parte dos requisitos à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais; Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Flávia Ferreira Pires

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Ferreira Pires

Prof. Ms. Lucas Neiva Peregrino (DCS – UEPB)
(Examinador externo)

Prof.^a Dr.^a Maria Patrícia Lopes Goldfarb (DCS – UFPB)
(examinadora interna)

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Moura, Natalia Freire de.

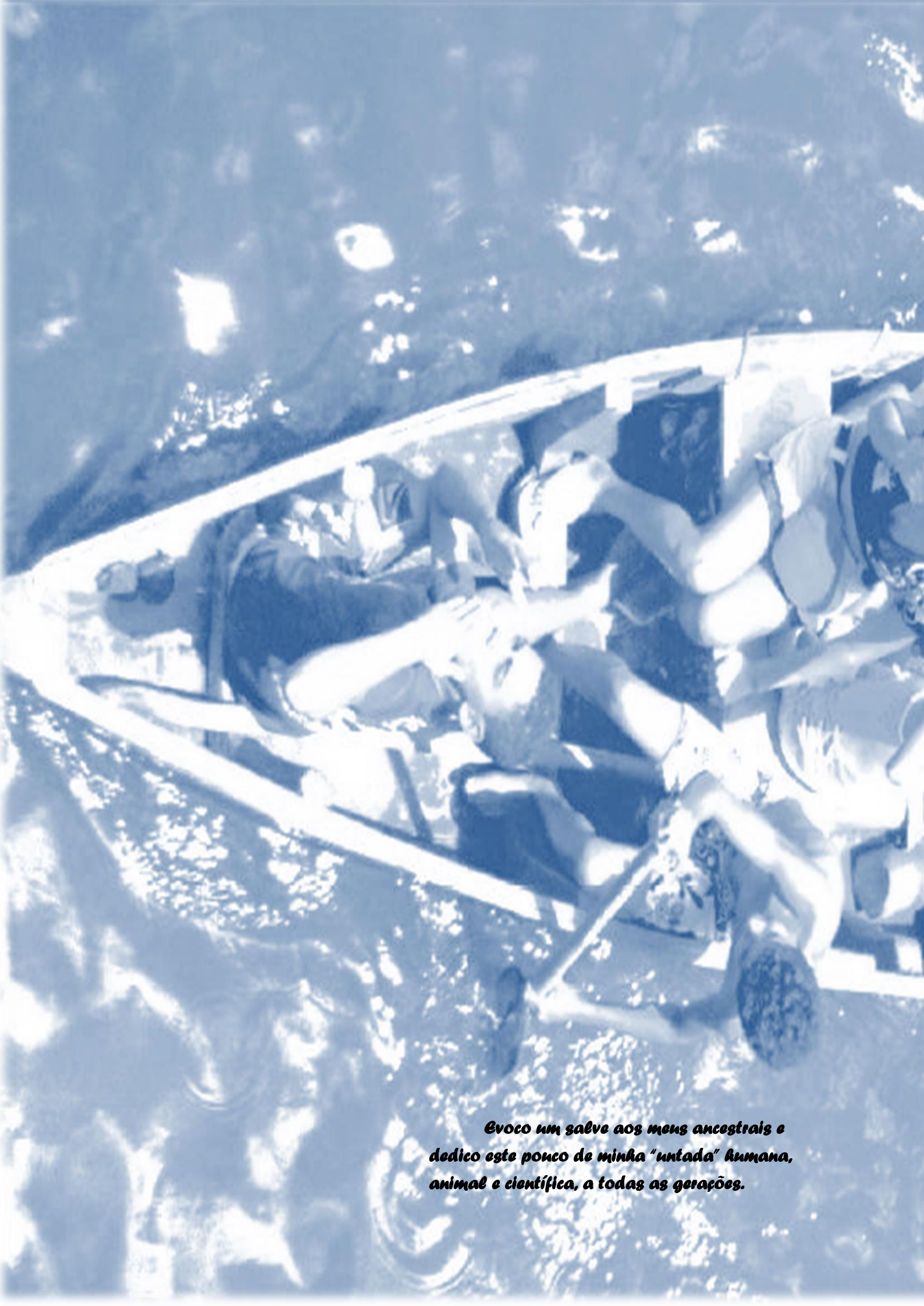
O rio que passa pela Ibeji Rayssa e Rossana: a geração plural do Porto do Capim. - João Pessoa-PB./ Natalia Freire de Moura. - João Pessoa, 2019.

145 f.:il.

Monografia (Graduação em Ciências sociais) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof.^a Flávia Ferreira Pires

1. Geração. 2. Porto do Capim. 3. Comunidade tradicional. 3. Meninas negras. I. Título.



***Evoco um salve aos meus ancestrais e
dedico este pouco de minha "untada" humana,
animal e científica, a todas as gerações.***

AGRADECIMENTOS

Apita o som do trem, a gente pausa, olha, vê que tem gente e até aceita um gole de café. Aleluia! Ter chegado até o Porto do Capim para produção desta urdidura de abordagem textual e imagética, foi vivido em conjunto com o período de estudos, um processo permeado de fatos históricos na política, que acredito que nenhum roteirista criativo poderia ter elaborado algo tão marcante e intenso.

Mas quero começar pelas saudações - Salve grande pai celestial! Salve Rainha Mãe Natureza! Salve amigo e grande Mestre Gabriel! Salve Nossa Senhora da Conceição! Salve pai Antonio Ribeiro e mãe Rosa Maria! Salve tia Marlene! Salve Nadir e Níbia, minhas irmãs! Salve Igor Telésforo, meu companheiro! Salve Iobatan, meu primogênito amado! Salve Ana Terra e Glória Tereza, minhas filhas amadas! Salve ao Diogo Antonio, afilhado amado! Salve Bruno Antônio e Brendan Michael, sobrinhos amados! Salve a realeza divina que é a União do Vegetal e os irmãos que temos nela! Salve Rose Márcia e Clair, meus padrinhos! Salve família Freire! Salve família Moura! Salve estado da Paraíba! Salve cidade de João Pessoa! Salve Universidade Federal da Paraíba! Salve professores da UFPB! Salve amigos do Curso de Bacharelado e de Licenciatura de Ciências Sociais! Salve companheiras e companheiros do Grupo de Pesquisa Crias! Salve companheiras e companheiros do Observatório de Políticas Culturais da UFPB! Salve colaboradoras da Brinquedoteca da UFPB! Salve Família Holanda Silva! Salve Ibeji! Salve Porto do Capim! Não nos fazemos sozinhos e penso que nenhuma conquista se faz solo. É preciso passar por processos, por pessoas, por auxílios, por parcerias, por empatias.

Quero dar um agradecimento especial a Flávia Bicudo, por ter me dado força pelo conselho, a me fazer acreditar na mudança, para que eu junto a minha família viesse morar em João Pessoa, para que eu pudesse retornar aos estudos, no sentido de garantir qualidade de vida. Quero agradecer meu companheiro, que embora não tinha ainda, colocado nessa vida, os pés na região do nordeste brasileiro, veio com coragem para João Pessoa, e com a força da fé chegou à convicção - que conseguiria a transferência de seu trabalho para cá. Quero agradecer a parceria do meu filho Iobatan, por ter aceitado se mudar para quase três mil quilômetros de distância dos avôs, das tias, dos tios, do pai, dos primos e dos amigos, em período de sua franca adolescência. Quero agradecer o abraço de minha mãe e o

carinho de meu pai que me assegurou tranquilidade para seguir em frente, nos estudos, em um lugar distante dos familiares, mas que tem o lado bom – por estar mais próximo ao Sol.

Quero agradecer ao Senhor Miguel Santana, e o Jovem Márcio Da Rós, por toda assistência, que nos possibilitou chegar a João Pessoa, com um bom apartamento alugado, próximo da Universidade e que fortaleceu a nossa confiança no Mestre. Quero agradecer ao Lucas Peregrino, por ter feito a minha matrícula e de Igor na UFPB, como nosso procurador – em que faltou documento e ele pacientemente foi, voltou, articulou, deu o tempo de eu conseguir o que faltava e assim tivemos uma conclusão exitosa. Quero agradecer a família Neiva Peregrino, por ter nos recebido em sua casa, logo quando chegamos a João Pessoa, regado de hospitalidade e carinho. Quero agradecer ao amigo Gil Sabino, pela parceria e carinho com minha família, em que emprestava até o carro para irmos às sessões de escala de nossa religião! Quero agradecer minhas irmãs, que sempre me apoiam, seja com assistência aos meus filhos, seja fazendo companhia aos nossos “Véios”. Quero agradecer aos meus sogros Nádia e Jorge Telésforo, que sempre estão ao nosso lado, nos assistindo, e nos cuidando. Quero agradecer a tia Memem, que mesmo com seus mais de 70 anos veio durante esses quatro anos nos visitar, e que também esteve presente nos aniversários do Iobatan durante esse tempo aqui em João Pessoa, e ainda, me envia todo mês, um incentivo aos meus estudos. Quero agradecer as amigas Patrícia Bueloni, Vera, Luciana, Evandro, Edna, que um dia ou outro olham Glória Tereza para mim, para eu poder comparecer em aula, provas e reuniões. Quero agradecer a Prof^a Dr^a Maria Patrícia Goldfarb, pelo apoio e confiança, em que estive com ela por dois anos como bolsista, e também, pelo acesso a oportunidade, que permitiu eu estar pela primeira vez, em uma comunidade quilombola; a afetuosa Comunidade Quilombola de Mituaçu, no município de Conde, em que propiciou conhecer e estar, no processo de trabalho, com as queridas antropólogas Patrícia Pinheiro e Aline Paixão, em que conquistamos até o prêmio Elo Cidadão. Quero agradecer a Prof^a Dr^a Flávia Pires, pela confiança, respeito e suavidade com que ensina esse trilhar acadêmico e por ter me convidado desde o primeiro semestre do curso, para participar das reuniões do grupo de pesquisa CRIAS, que tem sido uma fortaleza para mim, no universo acadêmico. Quero agradecer as gêmeas Rayssa e Rossana pela confiança, atenção, carinho, parceria e respeito, em todo processo desse trabalho, e expressar que o tem de melhor aqui, é o brilho da Ibeji do Porto do Capim. Quero agradecer Chilica – Dona Risomar, pelas fotos, entrevistas e atenção. Quero agradecer a Valeska Asfora, que com sua entrevista, muito contribuiu para o desenvolvimento dessa monografia. Quero agradecer a disposição de Fernanda ao dar entrevista entre transito e


cronograma apertado. Quero agradecer a Raglan, que entre as atribuições de um superintendente do IPHAN, me concedeu uma entrevista de uma hora e quarenta minutos.

Quero agradecer ao companheiro Emanuel Braga, que com seu humor e atenção, me orienta, no meu desenvolvimento em busca de me tornar antropóloga, e que me escutou durante todo o processo dessa pesquisa. Quero agradecer a Carla Gisele Moraes, pela solidariedade e empréstimo dos livros de Lahire. Quero agradecer o Ministério Público Federal da Paraíba, que gravou o processo do Porto do Capim e levou o HD até o condomínio que moro. Quero agradecer ao Sr. Daniel do IPHAN PB, que abriu o Erário para eu fazer pesquisa e ainda achou as várias pastas físicas do processo do Porto do Capim. Quero agradecer a Marcela e Pablo, por ter em um dia de Sol, de um Sábado, permanecer comigo no Porto do Capim, para mais de duas horas de entrevista, com minha caçula ainda brincando entre nossas falas e pernas. Quero agradecer a disposição do meu filho Iobatan, por auxiliar na transcrição de entrevista e ainda por vezes cuidar de Glória Tereza para mim. Quero agradecer as caronas de Aurora para Glória Tereza, no trajeto escola/casa, que muito me auxiliou para eu ter tempo de escrever a monografia. Quero agradecer a fofurice, carinho e amizade das minhas filhas Ana Terra e Glória Tereza. Quero agradecer a parceria, amizade e disposição de Raíssa Carneiro em ir a minha casa, em meio a sua qualificação de doutorado, para me auxiliar a organizar dados para pesquisa, e posteriormente fazer a revisão de acordo com as normas ABNT. Quero agradecer as rodas de orientação coordenada pela Prof^ª Dr^ª Flávia Pires, em especial a socióloga Mohana Moraes, que junto a sua docilidade, forneceu orientações importantes ao trabalho, e também, a socióloga Ivana Bastos, pelas suas observações e palavras de encorajamento. Quero agradecer o Prof. Dr. Thiago Panica, que me apresentou a existência do trabalho desenvolvido por Bernard Lahire. Quero agradecer a Prof^ª Dr^ª Mônica Franch, pelas aulas inspiradoras na disciplina Gênero e Parentesco.

Foi, foi intenso! Quando dei início ao curso, era ano de 2015. A então presidente Dilma Rousseff, se encontrava com governo enfraquecido, em que acirrava disputas com discursos de ódio por redes sociais, pelas ruas, com cheiro de boicote pairado no ar. Havia muitas insatisfações, a Universidade Federal da Paraíba, foi instituição que mais tempo permaneceu em greve, durante oito meses. Eduardo Cunha cai e é preso. Posteriormente, chegou o momento do Golpe; eu assistia na sala de reuniões da ADUFPB, ao lado dos professores José Henrique Artigas e Marco Acco, o impeachment de Dilma Rousseff. Começou a era Temer e junto o Fora Temer. Apreensões e desmonte nas instituições do Estado republicano brasileiro. Uma direita fascista “saía do armário”, Donald Trump era

eleito, surge o confronto das Fake News, robôs versus a vontade do povo. Polarizações, racismo, xenofobismo crescente, com abordagens desumanas aos latinos americanos, imigrantes, com uma situação especial dos mexicanos. Morre Fidel Castro, ao mesmo tempo em que a retórica construída sobre “comunistas criminosos” no Brasil, ganha força. Lava Jato ganha status de “Salvador da Pátria”. Lula é preso, e tudo parece ficar mais duvidoso na política. Enquanto isso eu assistindo disciplinas no curso de Ciências Sociais. Emergem Patos Gigantes, em plena Avenida Paulista, com camisas do Brasil, com emblema da CBF, e eu cursando Ciências Sociais. Jovens negros sendo mortos, milícia tomando conta, sumindo favelados, matam Marielle Franco, e eu fazendo Ciências Sociais. O BRICS enfraquece, o desemprego aumenta, a mídia de massa tradicional é extremamente questionada, pipocam blogueiros independentes, popularizam-se os temas “Decolonização” e “Lugar de Fala”. Criam um político Fake, inventam notícias extravagantes, alimentados de mentiras e pretensões obtusas, e o candidato inventado é eleito Presidente do Brasil. E surge a Vaza Jato, que desmoraliza a Lava Jato e seus falsos heróis. E entre fatos quentes, polêmicas, falas criminosas, perseguição a ativistas, antropólogos, estudantes, pesquisadores e pensadores, com notícias a todo instante tirando a atenção ao foco, eis que é produzido o Trabalho de Conclusão de Curso. E para concluir os agradecimentos, quero também agradecer a mim, por ter acreditado, me esforçado e conseguido escrever essas linhas. Aleluia!

|



**Cruz de estrelas
Apontando o sul
Norteando a terra
Talismã de luz no céu do planeta
Punhal brilhante
Rasgando a noite
Da solidão brasileira**

**Quem me dera
Simplesmente estar
E olhar as estrelas
Sem pensar nas cruzes ou nas bandeiras
Quem dera as luzes da Via-Láctea
Iluminassem as cabeças**

**E acendesse um sol em cada pessoa
Que aquecesse o sonho e secasse a mágoa
Esta terra é boa
Esse povo agita
Não é à toa
Que a gente voa
Que a gente canta
E acredita**

Cruzeiro do Sul – Renato Braz

PORTO DO CAPIM 2
uso do solo 2

LEGENDA

RESIDENCIAL
COMÉRCIO
INDÚSTRIA

SERVIÇOS
ESPÓRIO DE INVESTIMENTOS
VIAGENS

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa antropológica de abordagem etnográfica biográfica, de Rayssa e Rossana, duas irmãs gêmeas, jovens negras, nascidas no ano um da década de 1990, de origem ancestral nas águas dos rios Paraíba e Sanhauá, criadas e habitantes na comunidade ribeirinha, rural e urbana Porto do Capim, cidade de João Pessoa, Paraíba. A escolha pelas jovens a esse trabalho deve-se pela multiplicidade de suas disposições, em que foi visualizado ser possível, através delas, ter acesso à comunidade do Porto do Capim “de dentro”, a entender a formação de famílias, o sistema e valores da comunidade, e como seus moradores estão “assujeitados” dentro de processos macroestruturais. Usado o método qualitativo na pesquisa, feita observação participante em eventos e manifestações, escuta, com visitas na comunidade, entrevistas semiestruturadas e livres, durante o período de fevereiro de 2019 a agosto de 2019, além de netnografia e leitura de: artigos, dissertações, teses, monografia, artigos jornalísticos, processo no Ministério Público Federal e Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, concernentes ao conflito entre a comunidade do Porto do Capim e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (de 1987 até o ano atual de 2019), em que o primeiro luta por sua legitimação como povo ribeirinha e permanência no território, e o segundo, almeja implantar um projeto arquitetônico urbanístico, tendo em vista, a remoção de moradores para outra localidade. No que neste exame, tal conflito apresenta-se de grande influência na formação de resistência e coesão comunitária; construção identitária e de liderança de Rossana e de Rayssa, e como um “Fantasma da Remoção” - trazido pelos nativos da comunidade (como responsável por assombrar o Porto do Capim há três décadas), em que esses temem ficar distantes de sua cultura, de sua gente, de seus lares, de sua paisagem, de seus laços de vizinhança e de sua história. E por conclusão, tendo em vista a diversidade de atuação da Ibeji do Porto do Capim Rayssa e Rossana, é feita uma breve leitura teórica do quantum de “geração”, pela acepção de Mannheim; uma pequena abordagem referente à “Geração Millennials/Y” (pessoas nascidas entre 1980 a 1991, considerados filhos da tecnologia, engajadas socialmente e com trabalho pelo coletivo) e a “Geração Tombamento” (negro (a) que usa a dimensão estética afro, principalmente dos cabelos crespos assumidos, ao empoderamento de si e de outros negros, via fortalecimento identitário, estímulo pela autoestima e autonomia econômica, com uso eficiente de redes sociais para mobilização de causas e promoção de suas iniciativas). Associadas Rayssa e Rossana, nesse exame, como atores dotados de um “patrimônio de disposições” que as possibilita corresponderem às gerações “Y” e “Tombamento”, que pretendo - as como “Meninas Plurais”, imbuídas a uma “Geração Plural”.

Palavras-chave: Geração. Porto do Capim. Comunidade Tradicional. Meninas Pretas.

ABSTRACT

This is an anthropological research of biographical ethnographic approach, by Rayssa and Rossana, two young black twin sisters, born in year one of the 1990s, of ancestral origin in the waters of the Paraíba and Sanhauá rivers, raised and living in the riverside community, rural and urban Porto do Capim, city of João Pessoa, Paraíba. The choice of young women to this work is due to the multiplicity of their dispositions, in which it was visualized that it was possible, through them, to have access to the community of Porto do Capim “from within”, to understand the formation of families, the system and values community, and how its residents are "subjected" within macrostructural processes. Using the qualitative method in the research, participant observation in events and demonstrations, listening, with community visits, semi-structured and free interviews, from February 2019 to August 2019, in addition to netnography and reading of: articles, dissertations, theses, monograph, journalistic articles, lawsuit in the Federal Public Ministry and the Court of Auditors of the State of Paraíba, concerning the conflict between the Porto do Capim community and the João Pessoa City Hall (from 1987 until the current year of 2019), in that the first fights for its legitimacy as a riverside people and permanence in the territory, and the second, aims to implement an urban architectural project, with a view to the removal of residents to another location. As far as this examination is concerned, this conflict has a great influence on the formation of resistance and community cohesion; identity and leadership construction of Rossana and Rayssa, and as a “Phantom of Removal” - brought by the natives of the community (as responsible for haunting Capim Port for three decades), in which they fear to be distant from their culture, from their people, their homes, their landscape, their neighborhood ties and their history. Finally, given the diversity of Ibeji's performance in the Porto do Capim Rayssa and Rossana, a brief theoretical reading of the “generation” quantum is made, according to Mannheim; a small approach to the “Millennials / Y Generation” (people born between 1980-1991, considered children of technology, socially engaged and working by the collective) and the “Tombamento Generation” (black) who uses the Afro aesthetic dimension, especially the assumed curly hair, the empowerment of themselves and other blacks, via identity strengthening, stimulation of self-esteem and economic autonomy, with efficient use of social networks to mobilize causes and promote their initiatives). Associates Rayssa and Rossana, in this examination, as actors endowed with a “heritage of dispositions” that enable them to correspond to the “Y” and “Tombamento” generations, which they claim to be “Plural Girls”, imbued with a “Plural Generation”.

Keywords: Generation. Porto do Capim. Traditional community. Black girls

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Local estudado para averiguação da qualidade da água do Rio Sanhauá-
P1; P2; P3 e P4. -----p. 30

Figura 02 - Cartografias de distribuição das famílias na Comunidade do Porto do
Capim-----p. 51

Figura 03 – Limites do Centro Histórico-----p. 87

Figura 04 – Área demarcada no Porto do Capim-----p. 99

Figura 05 – Projeto Praça Porto do Capim-----p. 99

LISTA DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Foto 1 - Capa (Autoria Natalia Freire Moura)-----	1
Foto 2 - Rio Sanhauá -----	24
Foto 3 - Rayssa: Procissão Nossa Senhora da Conceição (2018)-----	26
Foto 4 - Rayssa no rio Sanhauá -----	28
Foto 5 - Rossana dando entrevista-----	29
Foto 6 - O rio e o Arco – Íris no Porto do Capim-----	31
Foto 7 - Seu Pedro, avô das gêmeas-----	32
Foto 8 - Fotografia Ala Ursa no Porto do Capim (23/02/2019)-----	33
Foto 9 - Rayssa com Leninha (criança que cuidava, da vizinha)-----	33
Foto 10 - Meninos do Porto do Capim-----	37
Foto 11 - Rayssa (12) em projeto social no Conventinho.-----	39
Foto 12- Rayssa (da esquerda), Rossana (da direita)-----	44
Foto 13 - Menino do Bairro Roger vindo pelo trilho do trem a se apresentar na Ala Ursa, na comunidade do Porto do Capim-----	46
Foto 14 - Rayssa, Marli (representante do Inst. Maria Quitéria e Jeniffer) em lanche antes da Concentração para saída da Ala Ursa.-----	46
Foto 15- Apresentação Xote das Meninas -----	46
Foto 16 - Café da manhã comunitário Vila Nassau (03/2019)-----	46
Foto 17 - Crianças do Porto do Capim-----	54
Foto 18 - Crianças do Porto do Capim a espera do ala Ursa-----	54
Foto 19 - Rayssa e Rossana, no trilho do trem na mediação do Porto do Capim, paralelo a casa -----	55
Foto 20 - Rayssa no projeto Folia Cidadã-----	61
Foto 21- Rossana no projeto Folia Cidadã -----	62
Foto 22 - Rossana e Marcela no projeto Museu do Patrimônio Vivo -----	63
Foto 23 - Ensaio do “Xote das Meninas” Para ação comunitária (2017) -----	67
Foto 24 - Rossana e Veronica em Festa de Nossa Senhora da Conceição (2017) -----	68
Foto 25 - Rossana preparando Fernanda Ferreira ao evento na Casa da Pólvora (2019)---	68
Foto 26 - Divulgação do evento “Arraiá do Porto”-----	69

Foto 27- Fachada da Escola João Félix – época de reforma -----	69
Foto 28 - Paisagem do Porto do Capim -----	71
Foto 29 - Ativistas da AMPC (2019) -----	81
Foto 30- Rossana puxando o início do batuque (02/08/2019)-----	83
Foto 31- Manifestação em frente ao IPHAN (02/08/2019)-----	84
Foto 32 - Adriana da AMPC. Em frente ao IPHAN (02/08/2019)-----	84
Foto 33- Entrega de Ofício AMPC a PMJP (2013) -----	97
Foto 34-Notificação administrativa nº 41- Secretarias Municipal do Meio Ambiente e Planejamento. Desocupação de solo. Vila Nassau, 19/03/201-----	103
Foto 35 - Manifestação da Comunidade do Porto do Capim (19/03/2019)-----	103
Foto 36 - Manifestação na Praça XV de Novembro (21/03/2019) -----	109
Foto 37 - Rossana e Rayssa de cabelos armados -----	113
Foto 38 - Secretária de Planejamento Daniela Bandeira, como representante da PMJP,na Comunidade do Porto do Capim. Em 19 de março de 2019-----	117
Foto 39- Rayssa e Rossana no Ibeji, com criança do Porto do Capim-----	118
Foto 40 - Rayssa e Rossana comprando matéria prima para o Ibeji (2019 -----	125
Foto 41- anúncio Marcha do Empoderamento Crespo. Salvador (2015)-----	127
Foto 42 - Propaganda do Ateliê Ibeji-----	129
Foto 43- Criança afropink do Porto do Capim-----	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

Cap. I

1. O RIO QUE PASSA PELA IBEJI (RAYSSA E ROSSANA)

1.1 Sanhauá - Paisagem e Dádiva onde o Estado não chega.....	24
1.2 Porto do Capim – aqui tem infância.....	32
1.3 Parentesco e Vizinhança.....	47
1.4 Despertar para identidade.....	55
1.5 Escola e Projetos Sociais.....	69

CAP. II

2. O FANTASMA DA REMOÇÃO

2.1 O “Fantasma da Remoção”.....	81
2.2 O dia 21 de março.....	110

CAP. III

3. MENINAS PRETAS – GERAÇÃO PLURAL

3.1 Breve perspectiva teórica sobre “geração”.....	119
3.2 Geração “Millennials” / “Y”.....	123
3.3 Geração Tombamento.....	126
3.4 Rayssa e Rossana Geração Plural.....	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	140
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Menciona-se de início, ainda à década de 50 do século XX, ao alerta de Alberto Guerreiro Ramos (1954) sobre um modo de ver as relações raciais no país, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil. Visto com uma perspectiva que tem como base, categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia. Já seria este, um alerta para descolonizar a Ciência brasileira, episódio que o sociólogo apresenta a urgência do “uso sociológico da sociologia”, a considerar na perspectiva, as reais condições da realidade nacional, consonantes com a realidade do país (Bariani, 2006), em que sugere também, que se explore o “negro vida” e não o “negro tema”.

Atraída ao sentido de descolonizar perspectiva, e também, inspirada por etnografias biográficas, como produzido por Kofes (1994) em “Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites”, cujas fontes de informação falam de experiência que ultrapassa a si próprias; abarca como reflexão, uma análise sobre a experiência vivida, articulando reflexão e evocação. Eu - após assistir como observadora, o conflito da comunidade do Porto do Capim, de forma ainda distante na UFPB, e dois anos depois - conhecer Rayssa e Rossana no Encontro de Mulheres Negras da Paraíba (2018), evento que participamos de algumas dinâmicas de fortalecimento para representação da mulher negra, e ulterior, em outra oportunidade, quando eu estagiava como Cientista Social do IPHAN (2018-2019), encontra- las novamente, em um minicurso de comunicação para projetos sociais, ao qual me persuadiu o discurso de Rossana – quando convictamente disse ao microfone: “Esse projeto de Revitalização do Centro Histórico, de gentrificação ao Porto do Capim, sugere que lá não tem vida. A gente Revitaliza o que não tem vida! No Porto do Capim tem muita vida, é só ir lá para ver. O que queremos não é revitalizar, mas sim, qualidade de vida, é o que queremos – qualidade de vida!”. Passei, a partir daquele momento, a querer entender a comunidade, através das vidas daquelas duas jovens negras, irmãs gêmeas, líderes comunitárias, artistas, empreendedoras sociais e fundadoras do Ateliê Ibéji - com desenvolvimento do empoderamento feminino negro, através da dimensão estética e afirmação identitária afro; e fortalecimento de narrativa à representação da condição de “meninas pretas”. Conversei com elas, no mesmo dia do curso, do meu querer biografá-las ao trabalho de monografia. Em que Rossana teve a iniciativa de fornecer a mim, o número de seu celular e depois fomos - nos cativando mais, pelas trocas de conversas no Whatsapp, até que um dia, ela e

Rayssa me convidaram para ir ao Ateliê, para combinar como seriam os encontros, as conversas e o campo. E sim veio o campo, onde sem ele, não teria a lembrança do silvo do trem, entre as falas, em 30 e 30 minutos; não teria o pedido de benção das crianças no Ateliê, entre uma trança e outra; não teria os biscoitos doces amanteigados e o café fresco, nas entrevistas. Não teria Jadson (sobrinho de 3 anos das gêmeas) correndo em nossa volta. Ainda, sem o campo, não teria Jeniffer (menina de 10 anos), a me informar o paradeiro das gêmeas na comunidade, quando eu chegava. Não teriam as músicas altas do mini mercado “Dois Irmãos”, que mistura letras gospel com “breganejo”. Ah, sem o campo, não teriam as tranças coloridas de lã em mim e na minha filha Glória Tereza (de seis anos de idade); não aconteceria a conversa com senhor Alagoas sobre seu bisneto; não presenciaria Odaci chamando o procurador de “Nosso Cowboy”; e tão pouco saberia de Dona Zita, senhora responsável pela manutenção do Ponto de Cultura, na organização dos figurinos e instrumentos, e quem leva e traz as crianças dos ensaios. Sem o campo, eu não saberia que Chilica (mãe de Jobson e das gêmeas) passa diariamente pelo Ibeji, que também é casa de Rayssa, Jobson e sua família; para tomar um café, prosear, e às vezes fazer unhas com Angélica (sua nora), segurar sua sacolinha e com sorriso maroto, dar tchau e seguir para o beco, próximo ao trapiche, onde mora. Sem o campo, não veria Senhor Pedro (avôs das gêmeas), sentado na cadeira de balanço, olhando para o ar, já sem enxergar, penetrado por memórias e pensamentos. E também, sem o campo, não assistiria ao ensaio das meninas de “As Comadres”, não presenciaria a roda de conversas de mulheres colaboradoras da Comunidade do Porto do Capim, e tão pouco teria presenciado o fatídico discurso da secretária de planejamento da prefeitura de João Pessoa, Daniella Bandeira, na Praça XV, no dia 21 de março, às 21h, em baixo de uma árvore – dizendo que todos tinham direito aquele Pôr do Sol, e que, portanto, casas seriam demolidas, para construção de um elevador panorâmico. Sem o campo não veria o brilho de Rayssa e Rossana, na tribuna da Câmara Municipal de João Pessoa, defendendo a comunidade ao qual pertencem, não presenciaria Marcela e Pablo vibrando pelo bem do Porto do Capim, e ainda sem o campo, não teria visto Rayssa andando de moto, não teria sido possível assistir a índia Poti (fiteira), em união com as Mulheres, da Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim, cantarem aos vereadores opositores: “pisa ligeiro, pisa ligeiro – quem não pode com a formiga, não pisa no formigueiro”, e também, não teria sido possível, me encantar com as crianças cantando junto com as ativistas “Pare, Olhe, Escute, Aqui tem gente”. E ainda, no campo, após um café da manhã comunitário, passar em frente à autarquia que fiz estágio, rever colegas, abraça-los e presenciar embaixo de garoa, a Comunidade do Porto

do Capim comemorando a ação do Ministério Público Federal à PMJP, para paralisação das intervenções da obra ao projeto “Parque Ecológico Sanhauá”.

E junto ao campo se deu essa pesquisa científica de Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais. Que usou o recurso metodológico de pesquisa etnográfica biográfica, ou seja, com pesquisa de trajetória de vida, por uma ou mais ótica escolhida, considerando a informação e reflexão nativa da pessoa biografada, assim como, informação de pessoas com relação social com essa vida, adjunto a observação participante do pesquisador, em ambientes sociais percorridos pelo ator pesquisado, e leitura de fotos e documentos físicos e digitais relacionados ao tema.

Sendo Rayssa e Rossana, de origem progênie nas águas dos rios Paraíba e Sanhauá, com vivências em croas¹, fundadoras do Ateliê Ibeji² (nome em Ioruba a divindade gêmea), insiro o nome “Ibeji” no título – com objetivo de relaciona - lo ao elo consanguíneo de gêmeas univitelinas; referenciar o encontro delas com a reminiscência cultural africana; e também, para representar a união espiritual das irmãs no sentido de suas vidas. O rio também usado no título, como alusão aos rios Paraíba e Sanhauá, feita uma paráfrase ao famoso dito popular: “o sangue que corre por essas veias”; a falar da alma, da vida que corre pelo (s) corpo (s).

A narrativa é desenvolvida pelas experiências de vidas das irmãs e de pessoas que fazem parte de suas biografias, em que percorre questões a respeito de corpos femininos jovens negros, infância, legitimidade, (sub) cidadania, comunidade tradicional, interseccionalidade, patrimônio de disposições, biopoder, geração e força comunitária.

O primeiro capítulo sob o título *O rio que passa pela Ibeji Rayssa e Rossana*, constituído por cinco subtítulos, principia o texto etnográfico com ênfase na significância do rio Sanhauá e rio Paraíba, além das croas, na memória das gêmeas em suas infâncias, atrelado à relação estabelecida entre o rio e as ribeirinhas do Porto do Capim, na formação de sua paisagem, recorrido no estudo, à referência do conceito de paisagem de Tim Ingold (1993); em que todos partícipes (habitantes, o rio e interação social) são co – criadores da paisagem. Apresenta o barco para além de instrumento a serviço do ofício de pesca,

¹ Rossana e Rayssa definem Croa como um banco de areia que forma quando a maré baixa, ficando tipo uma Praia.

² Ibeji: Nome dado por Rayssa e Rossana ao Ateliê, como representação de divindade gêmea. Por isso o uso no singular para designar as gêmeas, sendo para cada Ibeji – duas irmandades que são gêmeas. Os Ibejis são filhos de Iansã com Xangô, divindades. O Babalaxé Reinaldo Cruz Omon Tiaquim, afirma: “existem vários Ibeji, Yansã teve vários filhos, os africanos trouxeram para os cultos brasileiros nove Ibéjis ou mais”. (Santos 2010, p. 4)

assumido como transporte típico local, ainda na década de 1990 e início dos anos 2000, às famílias irem com suas crias rio adentro como lazer, no qual, quem não tinha o transporte, conseguia ou emprestado (concedido), ou uma carona, a luzir uma emanção do poder de dádiva; de reciprocidade entre os locais (MAUSS, 2003). Ao mesmo tempo apresenta-se à realidade da poluição da água do rio Sanhauá, diagnosticado sua causa e efeito, por meio de pesquisa técnica e científica, executada pelo departamento de Engenharia Civil e Ambiental e Engenharia Urbana (COSTA, 2009), indicado que o chorume liberado pelo antigo Lixão do Roger, somado a ausência de serviço público de saneamento básico são os grandes agentes poluidores do rio, o que torna o Estado, violador de direitos humanos; de leis; de decretos e de portarias.

Em um segundo momento, passa-se da infância recordada por Rayssa e Rossana - para o território, com exame da condição da comunidade do Porto do Capim para existência da infância, a compreender qual tipo de infância, e o lugar ocupado pelas crianças do Porto do Capim, dentro do seio familiar e da comunidade. E prossegue-se pela visualização da organização de moradias e de relações parentais, a fazer uma conexão entre vizinhança e elo consanguíneo, que pelas falas dos interlocutores são quatro famílias (as mais representativas em tamanho), que formam boa parte do povo tradicional do Porto do Capim.

Após passar pelo território e suas relações, percebe-se episódios e experiências de Rayssa e Rossana, que estimularam o despertar para busca de suas identidades ribeirinha e afro-brasileira, em que projetos sociais de iniciativas da sociedade civil, apresentam-se como protagonistas por esse estímulo. E então no último item do primeiro capítulo, é aprofundado sobre os projetos sociais em que Rayssa e Rossana participaram, além do processo de estudo de ambas, na instituição escolar formal.

O segundo capítulo, intitulado de *O Fantasma da Remoção*, nome inspirado pela referência dada pelas crianças da comunidade (personagem de peça e de música criadas por eles, em atividades no projeto social “Subindo a Ladeira”): é dada contextualização histórica, antropológica e sociológica das instituições envolvidas junto a seus técnicos, somado a fatos e episódios, que é abordado às forças imbrincadas no terreno de disputas, utilizado o conceito de biopoder de Foucault (1978), para fazer a leitura do exercício do poder como algo subjetivo, fora do imperativo do Estado e das instituições, mas germinada e alimentada pelos que nela habitam. E para conclusão do capítulo dois, faz-se uma perquirição do dia vinte um de março de 2019, data que se reuniram, de um lado, representantes da Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim, na Praça

XV de Novembro, à noite (para tratar do pedido de saída aos moradores da Vila Nassau, em “48 horas”, emitido no dia 19 de março de 2019) pelas secretarias de Planejamento e Meio Ambiente, e do outro, algumas secretarias da Prefeitura Municipal de João Pessoa, representada majoritariamente por gênero feminino, das quais defendiam o projeto do Parque Ecológico Sanhauá em detrimento da remoção da comunidade para Rua Saturnino de Brito, em João Pessoa; em que assumiram uma postura pouco dialógica e machista, não sensível a “outra”, representada por mães, avós e mulheres jovens; apresentado uma externalização dos preconceitos. Contudo, a considera-las como agentes burocratas, representantes de órgãos. Tendo a individualidade diluída pelos interesses estatais.

O Terceiro capítulo, sob o título *Meninas Pretas – Geração Plural* faz uma breve perspectiva teórica sobre “Geração”, com leitura de estudos de Mannheim (1961:1982), e de Sarmiento (2005) sobre o tema, a acender a categoria estrutural de “Geração”, a efeito de análise dos processos de estratificação social e na construção das relações, não diluídos os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais. Na sequência é tratado sobre a “Geração Millennials” ou “Y”; considerada a primeira geração da história totalmente imersa na interatividade, hiperestimulação e ambiente digital, nascidos entre 1980 a 1991, considerados filhos da tecnologia, dos computadores, eletrodomésticos, engajados por causas comunitárias e obstinados pelo trabalho (Gennari, 2001). E ulterior, é abordado sobre a “Geração Tombamento”; que representa uma geração de jovens brasileiros negros e negras, movidos pela afirmação da corporeidade negra, em que recupera e interpreta parte de reivindicações do Movimento Negro, dispostos ao universo digital, cibernético, com uso das redes sociais para comunicação, a difundir moda, produzir e reproduzir tendências e fomentar atividade cultural na sociedade, a partir dos anos 2000, em distintos espaços sociais, como nos salões de beleza e produtos voltados ao afro (CARNEIRO E GOMES, 2018).

E como conclusão, entre o cruzamento da leitura biográfica de Rayssa e Rossana, considera-se a formação de “patrimônio de disposições” Lahire (1998) das gêmeas, dentro de uma sociedade repleta de: alteridades, diferenças sociais e diversidade cultural, assumido a Ibeji do Porto do Capim - o lugar de “Meninas Plural”, assimiladas neste exame como pertencentes a “Geração Millennials” e “Geração Tombamento”, que as classifico como pertencentes a uma “Geração Plural”, ao conseguirem afirmar a vocação digital e o uso deste para seus aperfeiçoamentos, fortalecimento institucional e economia; por explorarem o trabalho coletivo e solidário; liderarem causas de significância e defesa plural. E pelo processo de saída de uma situação de “subcidadania”, em que passam por

um “enegrecimento”, uso da estética afro, como uma dimensão estética política de legitimação, autoafirmação e geração de renda.

Durante o processo de trabalho de campo, tanto Rayssa quanto Rossana, me deixaram bem à vontade para levar minha filha Glória Tereza (6 anos de idade) em eventos, reuniões, mobilizações, ensaios e até entrevista. Como não tenho parentes na cidade de João Pessoa, e meu companheiro é economiário, ou seja, sem flexibilidade de horário em períodos diurnos, durante a semana, às vezes eu acabei levando Glorinha, ou porque eu não tinha com quem deixa-la, ou porque eu não queria limitar meu tempo no campo. Mas entendo que nem todo campo, dá essa condição, pelo tema ou territórios estudados. Então nesse sentido, a escolha do tema com a consonância de minha realidade logística de vida, auxiliou para que eu pudesse cumprir a observação participante. Foi interessante, também, o processo ético das gêmeas. Em nenhum momento elas indicaram perguntas que queriam que eu explorasse nas entrevistas com terceiros, e tão pouco, buscaram sondar o conteúdo das entrevistas. O que me fez sentir-me com mais liberdade a percorrer por um exame, aliado a perspectivas prévias. Para formalização de autorização, da abordagem biográfica das vidas de Rayssa e Rossana, foi usado um termo padrão de Livre Consentimento, o que obtive também, autorização do uso de voz e imagens.

Com uso metodológico qualitativo, foi executado o processo de trabalho para a produção monográfica, pela seguinte ordem: (1) leituras e análise documental: do processo físico do Porto do Capim (IPHAN); artigos acadêmicos, iniciado com o de (BRAGA E MORAES, 2016) – que aborda as lutas e estratégias para permanência da comunidade do Porto do Capim, de tradição ribeirinha, diante de um processo de implantação de um projeto de “gentrificação”, capitaneado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, entre várias gestões; monografia (ASSAD, 2014), no campo da geografia, em que faz o exame sobre a influência da Comadre Fulozinha e do Pai do Mangue na construção identitária das crianças do Porto do Capim, e da percepção dessas, quanto seu ambiente como elemento formador da noção de território; artigo de (SILVA, 2017), respectivo às disputas vivenciadas na comunidade do Porto do Capim, como um processo de luta de classes, em um universo corporativista. (2) netnografia (SILVA, 2015), em páginas nas redes sociais de Rayssa e Rossana Holanda; do Ateliê Ibeji; da página do Porto do Capim em Ação e leituras de matérias jornalísticas sobre a comunidade do Porto do Capim. (3) Entre os meses de Fevereiro e agosto de 2019, explorado trabalho de campo, com observação participante, do “Batuque da Pólvora”; Feira Teteto; ensaio do coletivo “As Comadres” (antigo Xote das Meninas); diálogo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, na Praça

XV de Novembro; dois Cafés da Manhã Coletivo na Vila Nassau; reivindicação na Câmara Municipal de João Pessoa; distribuição de kits com frutas, para comunidade, realizado pela Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim- AMPC, com apoio do Movimento Sem Terra - MST ao Dia Oficial da Reforma Agrária. (4) Entrevistas individuais e em conjunto com Rayssa e Rossana, e com pessoas importantes nas suas histórias, como Chilica (Risomar – mãe das gêmeas), Fernanda (atriz e ativista negra); Valeska Asfora (assistente social e gestora cultural); Marcela (artista visual, mestre em Ciências da Informação, gestora do Museu do Patrimônio Vivo), Pablo Honorato (advogado, servidor público da UPFB, membro do departamento dos Direitos Humanos e coordenador administrativo do Museu do Patrimônio Vivo) e Raglan Gondim (Superintendente substituto do IPHAN Paraíba). (5) Leitura parcial de monografias, dissertações, teses, artigos sobre o Porto do Capim e assuntos correlatos. (6) Análise documental referente: a. Processo do Porto do Capim (2015 – 2019), do Ministério Público Federal da Paraíba; b. Documentos da Prefeitura Municipal de João Pessoa - no que concerne o tema, e também. (7) Leitura e discussão de conceitos teóricos nos campos da sociologia e antropologia.

Segundo João Biehl (2008), o trabalho empírico e longitudinal com uma única pessoa tem o potencial de revelar as nuances que informam a formação de famílias, comunidades e seus sistemas de valores, mas também, o modo como estes se encontram imbricados em processos macroestruturais. E cita o devir de Deleuze:

O material da subjetividade está no próprio processo do devir, naqueles esforços individuais e coletivos de afrouxar e relativizar, na medida do possível, os marcadores e controles e violências estruturais, alcançando assim uma imanência, o poder do impessoal – *uma* vida – que não é uma generalidade, mas uma singularidade no ponto mais alto: um homem, uma mulher, uma besta, uma criança (Deleuze, 1997, p. 3; 2001).

E como tentativa de auxiliar o “transformar”, a visão fria e distante da Ciência com seu campo de estudo, exploro nesta monografia, uma atenção maior nas singularidades das vidas de Rayssa e Rossana, em busca de olhar a fundo as alteridades imbrincadas em uma sociedade de contrastes, a fim de contribuir para eliminação do universo entrópico³ e facilitar a comunicação e entendimentos de “mundos”.

³ Entropia: O conceito físico de Entropia está relacionado tanto a um estado como a uma tendência: no primeiro caso, ao grau de desorganização da matéria; no segundo, à tendência de desorganização de toda

CAP. I

O RIO QUE PASSA PELA IBEJI Rayssa e Rossana



Foto 2: Rio Sanhauá (22 de junho de 2014). Postagem de Rossana Holanda em sua página do Facebook.

1.1 SANHAUÁ- Paisagem e Dádiva onde o Estado não chega

(...) Hoje eu lembro dos meus rios em mim mesma mergulhada
 Águas que movem moinhos
 Nunca são águas passadas (...)
 Memória das águas. Autora: Maria Bethânia.

Há um lugar na porção oriental da região Nordeste do Brasil – com um rio que tem nome de pedra - “pedra redonda”; como é Sanhauá na língua tupi-guarani, que nas vazantes, coroa o estado da infância com formação de croas – e então as crianças brincam, e também, as famílias junto às crianças catam marisco.

Contam duas meninas gêmeas univitelinas de lá - Rayssa e Rossana, nascidas aos dez de setembro de 1991, na qual a primeira veio cinco minutos antes da segunda - que elas e sua família têm origem nas águas desse rio:

“A gente veio da Ilha do Eixo, meu avô se criou lá na Ilha do eixo, depois que ele teve a base da família dele, se mudou para Ilha de China, e veio com vinte e três anos morar em terra firme no Porto do Capim. A nossa relação com o rio Sanhauá, vem de lá dos nossos ancestrais. É ilha do Eixo, ilha de China, são as

matéria. (Pineda, p. 25, 2006). Relacionado o termo, na área comunicacional, quando se perde o sentido e o conteúdo no processo de comunicação, portanto, quando as partes não são compreendidas.

croas, Croa da Folha, Croa da Cidade, é a Ilha da Santa” (Rayssa, 01/08/ 2019, em entrevista para pesquisa).

“Todas essas Ilhas que Rayssa está citando são banhadas pelo rio Paraíba que o rio Sanhauá é afluente. É importante entender essa dinâmica de moradia de ilhas, porque foi a partir das ilhas que a gente através do rio conseguiu acessar o Porto do Capim. A gente, né, a gente fala dos nossos ancestrais, dos mais velhos da família” (Rossana, 01/08/ 2019, em entrevista para pesquisa).

Em relação às croas, Rossana diz que é o espaço de lazer delas e sua gente na infância. E que para além da questão do lazer, também passa pela questão do ofício, cujas croas e ilhas possibilitam a eles o ofício tradicional que vai passando de geração para geração.

“As pessoas perguntam, como a gente aprendeu a catar marisco. Foi um processo natural, foi o saber, um ofício que foi traçado não de forma premeditada, mas por um processo de relação tradicional, de croas, de ilhas. A gente chegava para ir para croa, com ideia de tomar banho de rio, mas aí a gente chegava lá e também catava marisco” (Rossana Holanda, 01/08/ 2019, em entrevista para pesquisa).

Verifico que para elas, o universo é coletivo e assim falam – “a gente”. Um “a gente” que deu a impressão, como se não existisse Rossana sem Rayssa e Rayssa sem Rossana, assim como não haveria de existir elas, sem seus prógonos. Tendo o uso da locução pronominal com valor semântico de “nós” - 1ª pessoa do plural, como representação de suas perspectivas de mundo. No entanto, quando se referem de onde elas são, Rayssa e Rossana remetem primeiramente à Ilha do Eixo, local de nascimento de Pedro Paulino de Holanda, avô materno (vivo com 88 anos, hoje sem visão decorrente de um glaucoma). E embora a avó paterna das gêmeas, Maria das Neves, tenha estabelecido junto à mãe delas, Risomar, uma relação de sororidade⁴ (conceito que vem sendo difundido pelo movimento feminista), a referência cultural territorial é dada apenas à linha do avô materno.

O rio Sanhauá tem aproximadamente 8 km de extensão e se forma a partir do encontro dos rios do Meio e Marés, sendo um dos principais afluentes do rio Paraíba do Norte (Nóbrega et al, 2015). Foi na sua foz, sobre uma elevação à sua margem direita, que lançou - se o núcleo capital, da Capitania Real da Paraíba e estabeleceu a relação histórica

⁴ Sororidade: ideia de que juntas as mulheres são mais fortes. No contexto do feminismo, a sororidade se trata da solidariedade feminista no combate à rivalidade e à competição pregadas pelo machismo. Entende-se que as mulheres sofrem discriminações e violências que são determinadas na sociedade pelo sexo (algo não dado biologicamente, mas deflagrado de uma construção social, histórica e cultural). E que diante dessa realidade, as mulheres se solidarizam umas com as outras, em união a fazer resistência contra o machismo. Fonte: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS 6ª Região. Referência: www.cress-mg.org.br

com o Porto do Capim e a cidade, hoje com nome de João Pessoa, com início e desenvolvimento no século XVI, ano de 1585, no cenário político-administrativo colonial, onde, sobretudo, o triunfo no apoderamento da Paraíba seria substancial, para a colonização portuguesa rumo ao norte (DIAS , 2013, p. 57).

Dotado de um exuberante bosque de mangue, porém com algumas áreas descaracterizadas nas proximidades de aglomerados urbanos, como no caso o município de João Pessoa, correspondente no presente, a área mais urbanizada, o rio Sanhauá, tem seu percurso, passado pelos bairros do Varadouro, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Porto do Capim, Vila Nassau, Favela do S e o antigo Lixão do Roger. (NÓBREGA at al, , 2015, p. 2).

Particularmente no Porto do Capim, o rio Sanhauá faz parte da paisagem de sua comunidade, esta que se formou acerca de oito décadas, no território em que ocupa, constituindo uma relação de pertencimento com o rio e com o mangue. Rayssa durante conversa mencionou que em 2018, após participar da procissão de Nossa Senhora da Conceição⁵, em oito de dezembro, que é produzida anualmente pela Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim em parceria com a igreja católica local, disse “desceu a gente da comunidade, para Croa da Folha”.

“A gente foi curtir, foi fazer nosso lazer, após o momento religioso. E vieram tantas lembranças na mente. A gente levava bola, levava marmita, era banana com biscoito, farinha, enfim, levava as coisas lá para comer, a gente se alimentava, fazia farofa (HOLANDA, 2019 A).

“Muitas lembranças de quando a gente descia para as Croas, para curtir nosso momento de lazer, com mainha remando a canoa, guiando a canoa e a gente sentada num chão do barco secando o barco, com a esponja, com pedaço rasgado; um pedaço de pote de Ketchup, de garrafa e ia secando a canoa”. (HOLANDA, 2019 A).

Foto 3: Rayssa em Procissão de Nossa Senhora da Conceição. (2018)
Fonte: radioportodocapim.com.br



⁵ Festa tradicional no Porto do Capim, de Nossa Senhora da Conceição, originada a 22 anos, de uma promessa feita por dona Penha (moradora da comunidade), com objetivo de alcançar cura de uma neta que havia nascido com problema na perna, que ela prometeu: se tal pedido se cumprir eu vou navegando até a ilha, em forma de agradecimento. Com a graça conseguida, a promessa se tornou uma atividade familiar, depois se tornou uma atividade da comunidade, e hoje é um atrativo religioso na região. Hoje Dona Penha não mais participa, por ter se tornado evangélica, também por uma questão de família. (Holanda, Rayssa. Entrevista realizada para a pesquisa em 1 ago. 2019).

No relato de Rayssa, penso: um encontro entre o feminino e o masculino. A mãe rema, o rio (pai) as recebe, as crianças unem o brincar e o ofício, auxiliam a secar o barco com pedaços cortados de pote, e depois, compartilham a tarefagem⁶ de catar marisco.

Em uma leitura de Castanha (2018, p. 2), sobre o texto “Temporality of the landscape” de Tim Ingold (1993, p. 152), verifica no conceito de paisagem, uma perspectiva de habitação; “apropriada de um registro duradouro de — e testemunho para — as vidas e os trabalhos de gerações passadas que a habitaram e, ao fazê-lo, deixaram ali algo de si mesmos”.

Tim Ingold (1993) se opõe ao pensamento moderno dicotômico e dualístico, que sugere a contraposição entre natureza e cultura, em que a ciência fragmenta “paisagens naturalistas” e “paisagens culturalistas”, tratada a primeira pelas ciências naturais e pela cartografia, e a segunda que se refere às imagens mentais e símbolos respectivos ao espaço, como objetos de estudo das ciências humanas. E sugere que a paisagem não se refere a algo finito, dado e acabado, externo, independente dos seres que a habitam. O antropólogo percebe, como uma co – criação, entre a paisagem com os que ali residem, por onde se vive nas paisagens - “nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos”. Citado por Bailão, sobre pensamento de Ingold. Bailão(2016).

Ingold (1993, p. 152) pontua que se faz necessário “privilegiar os entendimentos de que pessoas derivam de seu envolvimento cotidiano e vivido no mundo”. Que segundo (CASTANHA, 2018, p. 2), este tem a paisagem como uma fruição entre as operações de trabalho ou habitação na Terra.

Desta acepção de Ingold (1993), coloco o rio Sanhauá, os nativos do Porto do Capim e a dinâmica social de seu território como componentes da formação paisagística da comunidade do Porto do Capim, de maneira co - criadora, não existindo um sem o outro.

Próprio das relações e costumes do Porto do Capim, muitos possuíam barcos quando Rayssa e Rossana eram crianças, e quem não tinha a própria canoa, pedia emprestado ao tio, ao vizinho, aos próprios pescadores.

⁶ “Tarefa”, associado ao conceito de “paisagem” desenvolvido por Tim Ingold (1993) emerge das mesmas correntes de atividades, portanto, inacabadas em perene construção. Associada aos diferentes atos de viver, sentir, perceber e se deslocar no mundo; esses situados, qualitativos e heterogêneos, produzidos por diversos agentes em relação (e em) resposta a atos e processos de outros agentes e da paisagem. Fonte: BAILÃO., 2016. "Paisagem - Tim Ingold". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>>

“Que a canoa nesse tempo não era necessariamente, com a exclusiva finalidade do ofício, mas agregado também ao lazer. Então normalmente qualquer pessoa dos moradores tinha canoa. E ficavam atracadas no estacionamento, no trapiche do porto”. (HOLANDA, 2019 B)⁷.

A canoa suscita na paisagem do Porto do Capim a dádiva (MAUSS, 2008), tendo o empréstimo de barcos para além de uma relação de ferramenta de trabalho ou de troca; do convívio social comunitário - a proporcionar uma dialética social e econômica polarizada pelo prestígio e pela honra a desaguar o poder de “mana”, advindo da reciprocidade das dádivas, com intermédio da dinâmica dos bens materiais/simbólicos.



Foto 4: Rayssa no rio Sanhauá
Foto: Acervo pessoal de Rayssa Holanda

A devolução da dádiva é explicada pela força presente na coisa dada, pelo laço espiritual ao qual, na falta de um termo equivalente nos países ocidentais, Mauss dá o nome de mana ou que reconhece também como “hau” pelos Maori. O prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira, que não lhe preexiste e que deve ser produzido mediante a relação de reciprocidade (Temple e Chabal, 1995). Pois bem, a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Não se pode estar inquieto do outro sem se preocupar com suas condições de existência. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir. A partir das observações de Mauss (pp. 81-93, 2003). (SABOURIN, 2008, p. 135)

Da força “Mana” em que o rio proporciona o de comer, mas também o de contemplar e de compartilhar, os moradores do Porto do Capim preservam o manguezal; cultivam a memória cultural - identidade de sua comunidade; praticam a pesca e

⁷ Rossana Holanda, em entrevista para pesquisa, agost. de 2019.

reverenciam o rio Sanhauá e também seus ancestrais. Tendo a constante poluição do rio, externo a vontade de seus habitantes.

Os moradores falavam muito que o rio mudou. Mudou para pesca, mudou para banho, mudou para lazer. E eu não entendia de fato que isso significava, e hoje eu consigo entender. E não porque a poluição seja uma culpa dos moradores. E sim porque seja uma consequência da ausência de políticas públicas por parte do Estado. (Rossana Holanda, 2019, em entrevista para pesquisa)

Da pesca, que não dá tanto peixe como dava antes, e tipo trazendo para nossa infância, a gente catava siri na beira do trapiche, na caçara do tio Chota, que é na mesma dimensão do trapiche de Porto, que é o trapiche do seu Cosmo. Hoje a gente não cata mais siri nessa facilidade. A gente pode colocar um anzol, mas para pegar um siri é tempo. (Rossana Holanda, 2019, em entrevista para pesquisa).



Foto 5: Rossana dando entrevista
Acervo pessoal: Rossana Holanda

Em uma pesquisa realizada pelo departamento de Engenharia Civil e Ambiental e Engenharia Urbana, da Universidade Federal da Paraíba (JUNIOR et al, 2008), referente aos principais usos das águas do rio Sanhauá, na área de influência do antigo lixão do Roger, foram aplicados questionários aos moradores que vivem nas proximidades do rio e também foram registradas fotografias de atividades, para verificar a qualidade da água do rio, com uso dos parâmetros de análise: oxigênio dissolvido (OD), alumínio, chumbo, coliformes termotolerantes, nitrato e cloretos. Seguindo as análises físico-químicas e microbiológicas pelas recomendações da APHA⁸.

Das etapas estabelecidas pela Resolução CNRH Nº12/2000 foi realizado diagnóstico envolvendo os seguintes itens: usos; identificação das fontes de poluição pontuais e difusas atuais oriundas de efluentes domésticos e industriais, de atividades agropecuárias e de outras fontes causadoras de degradação ambiental; e estado atual (que hoje já faz onze anos) do corpo hídrico, apresentando a condição de qualidade por trecho.

⁸ APHA: American Public Health Association é uma organização profissional com sede em Washington, D.C. para profissionais de saúde pública nos Estados Unidos. Fundada em 1872 por um grupo de médicos, incluindo o Dr. Stephen Smith e o Dr. Henry Hartshorne, a APHA tem mais de 25.000 membros em todo o mundo. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/American_Public_Health_Association

No que se concluiu que há forte indicação de que o estado de degradação é devido principalmente, à presença de material não biodegradável com efeito tóxico ou inibidor sobre a atividade microbiana. Sendo a provável contribuição do antigo Lixão do Roger para a poluição do rio Sanhauá, principalmente com matéria inorgânica (proveniente do chorume). No entanto, registra-se que essa poluição também pode ser devido ao lançamento de esgotos diretamente no corpo aquático pela falta de sistema de esgotamento sanitário na área em estudo e principalmente de tratamento de efluentes industriais.

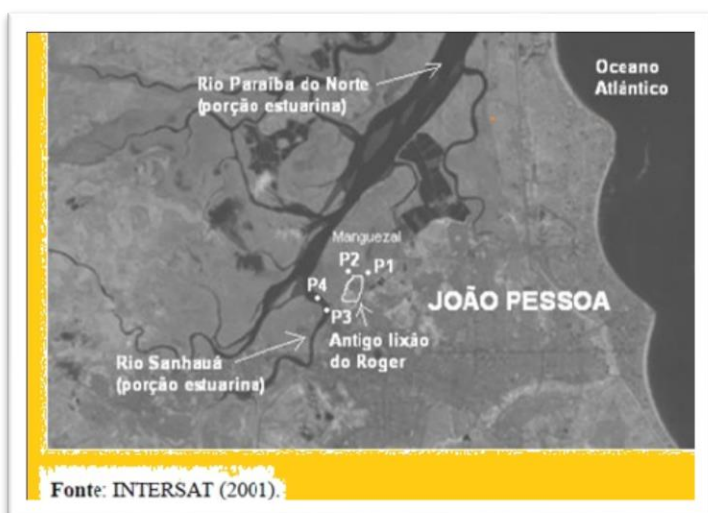


Fig. 1 Local estudado para averiguação da qualidade da água do Rio Sanhauá- P1; P2; P3 e P4. Fonte: (Junior et al, 2008).

Dado o diagnóstico ao fato da degradação do rio Sanhauá, decorrente de um antigo lixão público e por falta de serviço em saneamento básico, o Estado se apresenta como principal responsável pela poluição, se ausentando da responsabilidade estabelecida na Constituição de 1988, quanto ao inciso XX, art. 21 - que institui diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; além do art. 196 ao art. 200 - a garantir saúde e serviços públicos que contemplem ações preventivas de saúde pública. E fere diametralmente o Art. 225. - do qual garante que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O rio, a mata, o mangue podem ser entendidos como referências topográficas para os moradores da comunidade do Porto do Capim. Tais referências, além de existirem num âmbito material e possuírem uma importância prática, funcional para essa comunidade ribeirinha, estão profundamente relacionadas a aspectos subjetivos simbólicos da construção da identidade. (ASSAD, 2014, pág. 26).

Tem o rio Sanhauá, o lugar de contemplação; do acesso as croas; do espaço para brincar; da tarefa da pesca; do percurso da devoção e manifestação cultural religiosa; da formação do respeito em seus ribeirinhos para com os seres biosférico; da manifestação de entidades (Pai do Mangue e Comadre Fulozinha); da memória; da identidade; da formação ética; do ativismo e da legitimação do Porto do Capim, como comunidade tradicional Ribeirinha - Rural e Urbana⁹, para Rayssa e Rossana, assim como, aos seus pares nativos. A Paisagem do Porto do Capim é constituída pelo seu meio ambiente, seus habitantes e sua dinâmica. As formas das relações transgeracionais e comunitária é estabelecida por elos para além do econômico e do trabalho; e que abarca a irmandade – “mana”. Sanhauá se apresenta como um rio de muitas significâncias, que circula pelas almas dos seus e influi o espírito¹⁰ da comunidade do Porto do Capim.



Foto 6: O Rio e o Arco Íris no Porto do Capim
Fonte: Porto do Capim em Ação, FB (18/08/2015).



Foto 7: Seu Pedro (avô das gêmeas)
Fonte: Vídeo PNR Caravana 2/ Programa 7

Comadre Fulozinha e Pai do Mangue são chamados, na perspectiva folclórica da cultura popular, de mitos, lendas, personagens, abundantemente presentes em causos do Nordeste brasileiro, descritos como “espíritos” que protegem a mata e o mangue daqueles que ousam utilizá-los de maneira desrespeitosa. Para os habitantes da comunidade do Porto do Capim, principalmente para as suas crianças, Comadre Fulozinha e Pai do Mangue são mais do que simplesmente mitos ou lendas. São melhor compreendidos como entidades que fazem parte de seu cotidiano, dão sentido às suas expectativas e estimulam o desenvolvimento da personalidade e da cidadania, em função da exigência de respeito ao ambiente e ao caráter, imposta por estas entidades. (ASSAD, p. 11, 2014).

⁹ Quando fiz a pergunta a Rossana, do por que a comunidade é rural, urbana e ribeirinha ao mesmo tempo. Ela respondeu que é urbana por se situar na área central histórica da cidade; rural, devido à forma que distribuídas as casas no Porto do Capim e a forma do convívio da vizinhança, com cadeiras nas frentes das casas, elo consanguíneo e forma coletiva de viver. E ribeirinha, por estarem na ribeira do rio Sanhauá e de terem uma vida próxima ao rio, tanto ao trabalho, como ao lazer.

¹⁰ “Espírito” no sentido Weberiano; da formação e reprodução ética. (WEBER, 2013).

Até aqui foi visto a presença do rio Sanhauá na memória da infância de Rayssa e Rossana, seu valor simbólico e o processo de co-criação da paisagem do Porto do Capim, com relações existentes de reciprocidade na comunidade e ausência de serviço público do Estado. No próximo quadro, será refletido o Porto do Capim como território possível para existência da infância, com leitura na infância das gêmeas e de sua mãe Chilica (Risomar).



Foto 8: Ala Ursa no Porto do Capim (23/02/2019). Acervo da Pesquisa

1.2 AQUI TEM INFÂNCIA

Entre as Coordenadas UTM “290900” a “2915002”, de longitude oeste e “9213000” a “9213700”, de latitude sul, na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba, está à comunidade do Porto do Capim (ASSAD, 2014, p. 13).

Quando se entra no Porto do Capim, é possível perceber um número significativo de crianças pelas ruas. Umam armam traves para o jogo de futebol, correm. Tem criança de colo na anca da mãe, e também nos braços da avó; aos cuidados de irmãos mais velhos, brincando e comendo bolacha com primos; entrando e saindo das casas de vizinhos; tem as que andam, mas que ainda usam fralda; as mais grandinhas que acompanham os mais velhos da família, aonde vão; as que andam sem camisa e as que “arroteiam” com bicicleta de adulto. Passando muita dessas crianças pelo Ateliê Ibéji, em que aproveitam para cumprimentar e até pedir a benção para Rayssa e Rossana, apresentando um elo com a tradição aos mais antigos; de amizade; de vizinhança, assim como; de uma relação parental e de respeito.

O Porto do Capim é pensado por Rayssa e Rossana¹¹, como uma comunidade na qual pertencem, onde existe infância. Através a esse “sentimento da infância¹²” (ARIÈS,1981) é feita a relação do lugar como território onde a liberdade é possível - para ser criança. E defendem que para ser criança é preciso: ter espaço e tempo para brincar, condição de explorar o lúdico e de sonhar, sendo ainda necessária, a segurança – para as crianças poderem transitar na rua, no local onde mora.

Infância é você poder ser livre, porque quando a gente fala de uma infância em comunidade é comparada a uma infância em apartamento. É como você engaiolar todas as suas ideias, enganar seu corpo, sua mente, sua imaginação. Isso trazendo pela ótica de uma menina que cresceu em comunidade. (HOLANDA, 2019B.)

Nos becos da comunidade, a gente montava várias casinhas, cada pedacinho era de uma família diferente, no sentido de que cada criança tinha um espaço para brincar de casinha, como no beco onde mainha mora hoje, era praticamente o beco todo espalhado e dividido para a gente brincar de casinha. (HOLANDA, 2019A).

E na caiçara de quando criança mesmo, a gente brincava de cuzinhadinho. Cuzinhadinho é tipo brincar de casinha e fazer comida de verdade. A gente catava o siri lá na beira da caiçara, do rio e depois ia cozinhar em água com sal, assim. (HOLANDA, 2019A).



Foto 9: Rayssa com Leninha (criança que cuidava; filha da vizinha)
Acervo: Risomar de Holanda



Foto 10: Meninos do Porto do Capim (Fev. de 2019)
Autora: Natalia Freire Moura

¹¹ Em entrevista na data de 19 de março de 2019.

¹² “sentimento da infância” corresponde à consciência da particularidade infantil, do que essencialmente distingue a criança do adulto. ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

Através do estudo sociológico, que cito também, da antropologia da criança, busca-se desconstruir a visão biológica – da criança como única e universal. Para perceber os espaços e marcas sociais, adjuntas as peculiaridades culturais e de relações, para por fim, ter o efeito de estudo do sentido de infância, e o ser criança em uma determinada sociedade. (JOVINO, 2004)

No entendimento que existem “infâncias” e “crianças”, não pressupondo uma infância universal, como indica Ariès (1981) – de que a ideia de infância (e o sentimento de infância) tem uma origem histórica muito localizada, portanto, de uma perspectiva própria ocidental (COHN, 2013, p. 224). “Infâncias” e “crianças” são plurais, levando em conta que os seres humanos transitam por duas linhas não excludentes: a infância como tempo cronológico e a infância como experiência de vida - dos mundos sociais das crianças dos adultos separados, com visibilidade dos sinais de infância. (JOVINO, 2004)

Para a leitura sobre as infâncias da Comunidade do Porto do Capim, com uma atenção especial a infância de Rayssa e de Rossana, busca-se examinar por uma perspectiva de interseccionalidade¹³ – tendo em conta que as gêmeas são meninas, negras, filhas de mãe solteira sem escolaridade, residentes em uma família em condição de “subcidadania¹⁴” (Souza, 2009).

Rayssa Marlene Holanda da Silva e Rossana Marlene Holanda da Silva nasceram no ano um da década de 1990. Elas correspondem, a classe de meninas¹⁵ afrodescendentes, criadas “sem pai”. A mãe - Risomar Marlene de Holanda (Chamada na comunidade e pela família, pelo apelido de Chilica) chegou a frequentar a escola municipal de primeiro grau,

¹³ Os marcadores sociais (interseccionalidades) correspondem às conexões de diferentes fatores que demarcam territórios específicos de vivências na vida de cada sujeito e/ou grupo. A interseccionalidade traz a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais destes chamados eixos de subordinação. Trata especificamente da forma pela qual os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições sociais e como as ações e políticas específicas geram opressões que circulam ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (PERPÉTUO, 2017).

¹⁴ Sobre noção de subcidadania, “o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”. (SOUZA, 2009. p.21)

¹⁵ A considerar, que Rayssa e Rossana fazem parte da categoria gênero feminino, cito a perspectiva da historiadora estadunidense, Joan Scott (1995), que indica gênero como uma lente de percepção que possibilita ensinar os significados de macho/fêmea e masculino/feminino. Dada sua aceção pelo método pós-estruturalista, que busca desconstruir o vezo do pensamento ocidental da oposição entre homem e mulher, com amparo epistemológico de desconstrução de Derrida, somado a influência de conceito sobre “poder” de Michel Foucault, e concebe uma visão de “gênero” inseparável das relações de poder.

no bairro Roger, pois em sua infância, no início da década de 1980, o Porto do Capim ainda não contava com instituição escolar. Risomar cursou até o início da 3ª série do 1º grau, mas devido ao seu querer, em poder comprar roupa, desodorante, sapato, e ao fato de seu Pedro (pai de Risomar) cumprir a tarefa de levar os provimentos para casa, porém, sendo suficiente, apenas para por de comer aos onze filhos, a ele e para a esposa Marlene - ela foi trabalhar no início de sua adolescência.

Chilica, de pele branca e cabelos lisos, filha de afro indígena e de pescador, desde criança auxiliava a cuidar das casas dos vizinhos e de parentes, dos “pirralho” da comunidade, para conseguir ajuda de custo e doações de coisas. Assim sua vida de “adulta” começou cedo – a trabalhar desde os doze anos, a namorar também, desde os doze, e teve o primeiro filho Jobson Holanda da Silva (apelido de Gueco, pai de Jadson), um dia antes de completar treze anos de idade. “Gueco nasceu dia 24 de maio às 8h25 da noite e eu faço aniversário, no outro dia, em 25 de maio. Tive ele com quase trezes anos”. (RISOMAR, 2019)¹⁶.

Na gestação da Ibeji (Rayssa e Rossana), Chilica tinha 17 anos. Soube que estava grávida no primeiro mês, porém, como não teve condições de fazer o pré-natal, assim como não teve na primeira gestação (de Jobson), não imaginara que estava à espera de gêmeas. Disse que a barriga que formou era bem pequena. No dia 10 de setembro de 1991, ainda estava entrando no oitavo mês de gravidez, começou a perder líquido, sentir algumas cólicas e seguiu para maternidade Santa Isabel, em João Pessoa. Ainda na sala de avaliação, a médica, que também é professora e na ocasião orientava alguns alunos residentes, informou que não daria tempo de ir para a sala de parto e que teria de ser ali mesmo, o procedimento.

O parto das gêmeas foi também parto normal, mas foi uma surpresa, porque eu não sabia que estava grávida de duas. Eu não cheguei a fazer pré - natal, nem na de Gueco, nem delas. Minha barriga era muito pequenininha e eu quase não sentia mexer. Quase com oito meses, eu quase não sentia mexer e na verdade eu nunca cheguei nos nove meses de gravidez. Com oito meses e alguns dias eu entrava em trabalho de parto. Não sentia muitas dores, só perdia aquele líquido. Eu entrei em trabalho de parto em casa mesmo. (HOLANDA, Risomar de 2019).

Com tranquilidade, às 13 h., veio à primeira menina (o que Chilica muito queria-uma menina), então a médica achou estranho que a barriga ainda estava alta e disse que faria um pequeno exame de toque para avaliar. Verificou-se que lá estava mais outro bebê,

¹⁶ (HOLANDA, Risomar, em entrevista para essa pesquisa, agost. 2019).

nascendo cinco minutos depois, sendo também menina. Posteriormente, Chilica que só tinha pensado em um nome (o de Rayssa), precisou pesquisar outro nome, que gostaria também de ser iniciado com a letra “R”, teve a sugestão da madrinha de uma das filhas, Néia, ao nome de Rossana, e assim a batizou.

Começou apertar a dor pela manhã e foi de 12h30 para uma hora, eu nem cheguei a ir para sala do parto. Era uma doutora e uns acadêmicos que ficam, aí e ela disse: Bora mãe, vai ter aqui mesmo, não dá tempo de ir para sala de parto, Aí tive uma, e depois a barriga que fica meio alta mesmo, a médica falou : Estranho mãe, tem um negócio alto aqui, bora pro exame para ver o que tem de estranho. Aí pelo exame de toque ela viu e disse - vamos fazer mais uma forcinha que tem outro neném aqui. Aí eu: Ah!? É mãe vai ser gêmeos, viu? Foi em cinco minutos, mais uma menina. (HOLANDA, Risomar de 2019).

Nascem as gêmeas Rayssa e Rossana, dotadas de dois corpos femininos negros de nacionalidade brasileira, de origem na comunidade do Porto do Capim, a enfrentar forças subjetivas de manutenção de desigualdades sócio econômicas, de gênero, de raça e de classe.

O corpo é, enfim, o campo de forças de uma hierarquia não expressa – entre sexos, classes ou grupos de idade – contribuindo decisivamente para a naturalização da desigualdade em todas as suas dimensões. Silva (2017, p. 105, apud, Souza, 2006, p. 58).

O pai de Jobson, que também é pai de Rayssa e de Rossana - Flávio Dilacio da Silva, negro, trabalhador da construção civil, não tem origem no Porto do Capim, se mudou para lá, já crescido. Filho de Maria das Neves, que antes fora proprietária de casa de prostíbulo; mulher que conseguiu obter algumas propriedades para família, inclusive no Porto do Capim, auxiliou Risomar a criar os filhos (na ausência de Flávio) e não gostava de comentar sobre sua vida pregressa. Flávio, segundo as gêmeas, não mantinha uma relação estável com Risomar e eles nunca se casaram. Disse Rossana, que Flávio tem fama de machista, mulherengo e de gostar de fazer filhos nas mulheres com quem se relaciona, o que provocou o término da relação com a mãe delas.

Meu pai é vivo, mas eu não considero como pai não, foi só genitor, não foi pai mesmo não. Ele não reside na comunidade, mora lá no Colinas do Sul. Temos uma relação pouco conturbada, com ele. Tem muito essa história de pular a cerca. O genitor, ele é de uma índole machista, uma construção muito machista, patriarcal, violento. (Rossana Holanda, em entrevista para pesquisa 04/03/2019)

Lembro mais de momentos de autoritarismo, de agressão. Mainha só estava ali para os momentos que ele mais precisava. Muito cheio de mulher e gosta de reproduzir muito. Em um momento quando a gente já estava maiorzinha, era época de Semana Santa. Na Semana Santa o pessoal come muito peixe, não come carne vermelha e aqui a gente tem muito disso também. A gente não estava podendo comer peixe porque estava com febre alta. A gente quando adoecia, adoecia muito juntas. E a gente foi pedir dinheiro a ele – o que lembro também dos momentos com ele, era quando íamos pedir alguma coisa, como material escolar, roupa de final de ano, mas que nem sempre ele atendia. Nesse momento, nesse dia, ele estava por aqui em um bar. A gente foi pedir dinheiro para comprar ovos. Aí quando a gente saiu, ele ficou falando que não demos nem obrigada, como se tivesse dando algo para algum estranho. E quando voltamos para dar o troco a ele, acho que ele deu R\$5,00, aí quando fomos devolver o troco, ele ficou falando – vocês nem deram obrigada. Aí a gente tem muito o jeito de nossa mãe, meio ranzinza. E então fomos a casa, pegamos os ovos e devolvemos os ovos, junto ao troco e dissemos que não precisava mais da ajuda dele. Rossana que fez o ato de devolver e eu que estava mais próxima, vi tudo. Ele começou a bater em Rossana, dizendo que ela era muito “queixuda” e “ignorante”. Hoje Rossana tem até uma deficiência no maxilar, por causa de uma tapa que ele deu. Menina, foi horrível! (HOLANDA, 2019B)¹⁷.

2

Foto 11: Rayssa (12) em projeto social no Conventinho Acervo: Risomar de Holanda



Foto 11: Rayssa (12 anos) em projeto social no Conventinho Acervo: Risomar de Holanda

A jurista brasileira, Fernanda Rocha da Silva (2017), ao explorar em seu artigo sobre “Decolonialismo” e Teorias feministas, usa da acepção de ‘habitus’ de Pierre Bourdieu, para tratar das disposições assimiladas pelos indivíduos desde a primeira infância, deixadas impressas de forma patente no corpo, a expressar à dimensão social ao

¹⁷ HOLANDA, Rayssa, em entrevista para pesquisa, março de 2019).

qual o sujeito pertence, e que está assujeitado, quanto ao tipo de acesso a capitais econômico, cultural, bem como, de classe. Fez um exame dos cursos de capacitação profissional ofertados pelo programa do governo federal “Mulheres Mil”, executado pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais, para mulheres da Ocupação Rosa Leão na cidade Belo Horizonte e da comunidade quilombola Santa Cruz no município de Ouro Verde de Minas. Em que partiu pelo pressuposto de que as mulheres participantes dos cursos partilham de um status de subcidadania (Souza, 2006), por incorporarem um habitus precário, e, também, por estarem inseridas num contexto social marcado por estruturas de dominação da colonialidade de poder, presentes na sociedade brasileira, ainda hoje. No qual, argumenta sobre a influência dos eixos de poder da colonialidade na estruturação social e no desenvolvimento de pré-condições sociais, culturais e econômicas das mulheres periféricas, formando verdadeiras “desclassificadas sociais”.

Já aqui nessa pesquisa, atenta-se ao que foi proposto por Bourdieu, considerando as forças estruturais que realizam a manutenção de sujeitos em condições de “subcidadania” - conceito explorado por Jessé Souza (2006), mas explora o conceito de “Patrimônio de Disposições” de Lahire (1998), á considerar Rayssa e Rossana como “ator plural”, detentoras de um patrimônio de esquemas de ação - de disposições, organizados em conformação de seus repertórios sociais, heterogêneos, com elementos comuns e até interconectados. Imbricados por esquemas de ação provenientes de experiências individuais, de cada contexto social e que em um momento posterior, são incorporados e ativados em contextos não necessariamente análogos ao qual foi adquirido. Não permanecendo estas no lugar de “desclassificadas sociais”, na medida em que suas biografias refletem uma mudança de direção de curva, decorrente de experiências e práticas, que as levam assumir outro lugar na sociedade. “o ator plural pode ativar esquemas de ação (disposições...) diferentes e, mesmo, por vezes, contraditórios em contextos sociais diferentes” (LAHIRE, 2001, p. 128).

Embora Lahire seja um apreciador dos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, ele busca ampliar o horizonte quanto ao conceito de Habitus, por entender que essa se resume a apreensões sociológicas possíveis para instituições totais, portanto, em sociedades pouco diferenciadas. (LAHIRE, 1998, p. 21, nota 6).

Não deixando de considerar o contexto histórico da mulher negra na América, para pensar a infância de Rayssa e Rossana no Porto do Capim, vale lembrar aqui, um pouco da referência do estudo feito por Ângela Davis, no livro “Mulheres, Raça e Classe” (1983), da

trajetória de mulheres negras, no período em que eram submetidas ao sistema escravagista. Davis traz uma abordagem ao contexto histórico, enriquecido por depoimentos de interlocutores testemunhais, sobre o trato dado ao povo negro - como propriedade, e à mulher negra - como unidade de trabalho lucrativa. Com aspectos apreendidos no séc. XIX verifica que enquanto crescia a ideologia da feminilidade no período oitocentista, que tem as mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, no lado oposto, em uma larga distância social, se encontravam as mulheres negras como uma representação anômala, assumindo trabalhos agrícolas em tempo integral; e nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, como escravas em trabalhos domésticos, no entanto, sendo a cada oito pessoas escravizadas (entre homens e mulheres), sete trabalhadores da lavoura. Além da menina negra, no início de sua juventude, designada ao trabalho solo, na coleta de algodão, no corte da cana e na colheita no tabaco. Davis trata sobre a mulher negra, norte americana, com episódios que conformam, algumas similaridades com o contexto histórico e social da mulher negra e pobre do Brasil - o escravagismo, o trabalho forçado, o sofrimento da exploração e violência ao corpo e da subalternidade. Podendo elencar três estruturas fundamentais que distinguem o “mundo da vida” de mulheres pertencentes ao feminismo branco e mulheres do feminismo negro, que são: condição histórica de trabalho; estrutura e arranjo familiar; e abuso sexual.

Dona Risomar, mãe de um menino negro e duas meninas negras, não sabia o traço histórico que suas filhas e seu filho já carregavam ao nascer e que ela mesma também já tinha como carga. E para além destes, acentuado ao repertório de injustiça social, o que a família Holanda viria vivenciar, diante de conflitos permeados entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Comunidade do Porto do Capim, para legitimação de sua “gente” em seu território.



Foto12: Rayssa (da esquerda), Rossana (da direita).
Acervo pessoal Rossana Holanda

Mas de que Porto do Capim que tem infância é aqui falado por Rayssa e Rossana?

Através de uma leitura poética e antropológica e em conformidade com o local, o antropólogo Emanuel Braga e a arquiteta e socióloga Carla Gisele (ambos técnicos efetivos do IPHAN/PB), descrevem o Porto do Capim, como uma comunidade ribeirinha, situado no Centro Histórico de João Pessoa, que abriga particularidades em seu lugar, em sua paisagem, no convívio comunitário, nos costumes e manifestação culturais:

Existe um lugar em João Pessoa onde o quintal de casa é um rio, o apito de um trem faz parte do dia-a-dia e onde, de tempos em tempos, as pessoas se arrumam, se enfeitam e fazem ensaios para os festejos em homenagem aos santos juninos. Existe um bairro na nossa querida cidade onde os vizinhos põem cadeiras na calçada nos fins de tarde e falam da vida alheia, dos namoros que começaram ou terminaram, dos sonhos para o futuro dos filhos e sobre o último capítulo da novela das sete. Na esquina da rua Dom Vital, apostas são feitas no jogo de dominó no meio das “risadarias” das velhas amizades regadas a cerveja. Em frente ao bar da Vera, um rapaz exhibe a caixa de som do seu carro com os últimos hits do momento. Descendo a ladeira São Pedro Gonçalves, crianças trazem os últimos trocados conseguidos com os turistas que vêm visitar o antigo hotel Globo e apreciar do terraço a vista panorâmica do rio Sanhauá, aquele mesmo rio que é o quintal de muita gente e que outrora foi palco de histórias de potiguaras, africanos, holandeses e portugueses. Todos os anos acontecem neste bendito lugar, a procissão de Nossa Senhora da Conceição. Dia oito de dezembro, os moradores se reúnem em frente à Igreja São Pedro, descem para o porto, levando muitos barcos para o Sanhauá e dali, do velho atracadouro, partem para a Ilha da Santa, com adornos, flores, velas e cantos. Ouve-se o barulho de fogos e, por vários cantos do centro da cidade, sabe-se que aquele povo está em festa. (BRAGA E MORAES, 2016, p. 21).

Para chegar até lá, por terra, pelo caminho de quem vem do bairro Roger, a entrar na via que permite o acesso ao miolo da comunidade, é como um extravio de percurso. Passa pela lateral do bairro Roger, faz uma acentuada curva, atravessa uma via comercial com muitas madeiras e ao aproximar-se do semáforo, procede a uma quebrada para direita, diante de um alto muro cinza de concreto, pertencente a um grande pavilhão abandonado, que abrigava a empresa de revenda de carros. Na frente desse edifício sem uso, concentram-se costumeiramente, carroças e carrinhos de supermercado, cheios de resíduos sólidos, manuseados por catadores. Tendo o chão da via - uma mistura de terra, resto de pavimento e entulhos.

Ao prosseguir pela Frei Vital, passa por um corredor de casas coloridas; umas que só dão para ver o muro e o portão, como a casa de nº 122 - de Rossana, local em que vive com seu marido em um imóvel de alvenaria, casa tipo Kitnet, em terreno pertencente aos pais de Diego (seu companheiro, que veio de Recife no início da adolescência). E outras

mais expostas, com portão baixo ou com a fachada da casa disposta na calçada. Até chegar a altura da rua rompida pelo trilho do trem – onde ao lado esquerdo, de quem chega, está uma casa, com front pintada de cor azul céu, com pequena janela gradeada, uma pequena porta de madeira com grade de ferro de cor marrom e uma placa de PVC preta suspensa com a logo “RR” em prata, indicando onde funciona o Ateliê Ibeji. Sendo ao lado, na mesma casa, a entrada com uma varanda, sinalizado com uma placa de madeira, pintada com letras em cor verde de tamanho graúdo “Manicure e Pedicure”; sendo nessa casa onde mora Rayssa, seu irmão Guego, sua cunhada Angélica (Manicure) e seu sobrinho de quase quatro anos, Jadson. Essa, a mesma casa em que Rayssa e Rossana passaram muitos dias brincando na infância, quando a avó paterna, Maria das Neves, ainda estava viva e cuidava das gêmeas para a mãe Chilica, poder trabalhar como faxineira em casas de família.

A avó sempre que podia - tava ali, presente, falava com ele assim, mas na verdade eu e ele quase não moramos juntos, mas o que ela podia fazer fazia. Ela é a mãe de todo mundo. Ela foi para mim, mesmo, uma mãe. Eu gostava muito dela, mesmo. Acho que por conta dela, eu me segurava de cobrar o pai das meninas, porque o que ela fazia, cobria. Só que tem aquele negócio, o que importa para elas e agora mais ainda, que elas estão grandes, e entende mais ainda das coisas, era ele estar presente. (HOLANDA, Risomar, agost., 2019).

Era domingo, 23 de fevereiro de 2019, eu me encontrava no terceiro dia de campo, a acompanhar a Ibéji (Rayssa e Rossana), que nesta data se concentravam para o “Bloco da Pólvora” (nome dado por Rayssa, para uma manifestação do movimento negro do bairro Varadouro em época de carnaval, que estava na sua primeira edição), com abertura da programação com “Ala Ursa” do bairro Roger a fazer uma espécie de cortejo pelo Porto do Capim e seguir para o Parque cultural da Pólvora (Centro histórico de João Pessoa). Ao chegar próximo ao Ateliê Ibéji, a uns 20 metros de distância, avistei Rayssa junto a Jennifer (menina de 10 anos da comunidade que gosta de aprender a fazer bijuterias e maquiagens com as gêmeas) e que sempre me orienta onde estão Rayssa e Rossana - quando chego à comunidade. Nesse dia, Rayssa e Jennifer colocavam mesa e cadeiras plásticas na frente da casa, para comerem um lanchinho ao céu aberto, com algumas colaboradoras, antes de seguirem para concentração.

Até esse domingo, eu ainda não tinha andado entre os antigos edifícios. Percorremos uns 50 metros do trilho do trem, até chegarmos “do outro lado”, onde seria a concentração para saída da Ala Ursa. Sentados nos meios fios das calçadas, e nas portas de frentes das

casas antigas, tinham muitas crianças e adolescentes misturados e com intensa interação de conversas e brincadeiras.

Algumas (a maioria meninas) me olhavam e perguntavam uma para outra sobre mim, “quem é ela?” o que me fez sorrir, dizer oi e receber o oi e alguns sorrisos com empatia.

A perspectiva do lugar para mim mudava a partir dali. Eu geralmente passava pelo outro lado do contorno, de carro, e ainda não tinha andado pelas ruas do Porto do Capim. São edifícios históricos, com tipologias antigas nas fachadas, misturadas com ruínas e uma energia de um tempo outrora que pode ter sido próspero. E assim, passando as ruas perpendiculares de Edifícios históricos, vai se chegando à comunidade, que naquele curto espaço, abriga aproximadamente 500 famílias. Eram muitas crianças brincando e participando ativamente do cortejo da Ala Ursa, organizado, principalmente por Rayssa e Rossana. Percebia-se - crianças bem vestidas e até gordas e outras sujas de brincar e sem camisa.

Sobre dados específicos quanto grau de escolaridade, renda per capita, nutrição e outros dados sociais referenciais do Porto do Capim, inacreditavelmente não há nada específico disponível. Como os governos (Municipal e Estadual) inserem a comunidade do PC (Frei Vital, Praça XV. Vila Nassau e Porto do Capim), tudo no Bairro Varadouro (que é um bairro grande), dificulta o recorte específico da comunidade estudada. No entanto, no dia 31 de janeiro de 2019, fui até o prédio do IPHAN PB, onde abrigava o Erário da cidade. Lá, com auxílio do servidor público, que chamamos de Sr. Daniel (pessoa que gostei da amizade no tempo do estágio no IPHAN), foi possível ter acesso ao documento impresso, do arquivo, sob o nº 234, em que constava um Plano de Ação para Cidades Históricas, com o Projeto Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim, com planos de ação, incluindo o Fórum Porto do Capim (2005). Neste compilado de informações, havia dados estatísticos e a forma como é considerado o Porto do Capim para os governos municipal e estadual, no que dizia: O Porto do Capim é a maior favela localizada no Centro Histórico, formada por assentamento irregular, localizado às margens do Rio Sanhauá, no antigo cais do Porto e aterros acrescidos a estes. Possuía cerca de 870 habitantes, em 1993, com renda média mensal de um salário mínimo, e grande parte de sua população ativa (38,46%) encontrava-se desempregada. Possuindo (nesse tempo, em que Rayssa e Rossana tinham dois anos), baixa escolaridade, com 71,43% sem o 1º grau completo e com 24,24 % de analfabetismo. Com habitações com padrão subnormal, dotadas apenas de água e energia.

De volta ao trabalho de campo, em outro dia, quando perguntado, mesmo que separadamente para Rossana e Rayssa sobre infância, ambas associam no primeiro momento; a liberdade de ser criança.

No desenvolvimento da conversa, Rayssa fala sobre infância e ser criança, com um olhar objetivado ao tempo atual, na qual, ela diz trazer sua leitura tendo em vista um tipo de realidade contemporânea, onde considera que as crianças estão mais presas do que a gente imagina, do que a gente consegue ter dimensão. Pergunto: presas em que sentido? Então ela continua – “presa no sentido tecnológico, de modernidade, até ideologicamente, porque quando a gente tem a liberdade de ser criança, a gente vai para vários lugares sem precisar ter padrões, a gente tem a liberdade mesmo de experimentar coisas. Penso que hoje, a sociedade diz muito e muito não, e condiciona a educação das crianças a uma ferramenta tecnológica - o celular ou a TV”.

Não que isso não exista na comunidade do Porto do Capim, até porque a gente usa muito esse termo - que a gente é uma comunidade de interior, que tem o físico de interior, mas que tá dentro da capital. Não que as nossas crianças hoje não tenham celular, não tenham computador, não tenham, como é? a Smart TV - que tem esses canais diferenciados. Mas elas têm opção de sair e brincar na rua, jogar de boa até a hora que elas quiserem. (HOLANDA, Rayssa, julho 2019).

Rossana e Rayssa são de questionar, mas em relação uma a outra geralmente corroboram entre si. E no desenvolvimento sobre a reflexão da liberdade da criança nos dias atuais, podendo essa usufruir de infância, Rossana complementa:

A liberdade de você ter a opção de escolher, quando eu quero. Quando eu quiser brincar no celular eu vou, mas quando eu quiser brincar na rua, jogar futebol, brincar de baleado, eu vou ter também essa possibilidade, coisa que em bairros, normalmente não se vê. É uma relação que não se vê. E aqui no Porto, as crianças têm. (HOLANDA, Rossana, agost. 2019).

Geralmente, as gêmeas ou estão com crianças no colo, ou fazendo mimo para elas, ou brincando, estejam trabalhando no Ateliê Ibéji, ou em reunião, ou mesmo festejando. Embora Rayssa e Rossana já estejam com 27 anos, tanto uma como a outra, não tem filhos, ainda. Quando pergunto se desejam ser mães, expressam achar muita responsabilidade e que no momento não tem condições. Porém, elas ocupam o lugar de tias de todos “pirralho” do Porto do Capim e eles se portam como se fossem todos sobrinhos, sendo as crianças chamadas pelas gêmeas, pelos seus nomes e/ou apelidos .

Entre os trabalhos sócios culturais que Rayssa e Rossana desenvolvem no Ponto de Cultura Porto do Capim, tem o grupo de dança “As Comadres” que também é conhecida como o “Xote das Meninas”. Composta em seus membros por meninas de 7 a 12 anos de idade, mas também por meninas jovens adultas e mulheres.

Rayssa, diz que um dos motivos que desenvolve trabalhos sócios culturais com as crianças do Porto do Capim é no sentido de propiciar o lúdico, a arte, a cultura – a ocupar o espaço da violência que no Porto do Capim também já chegou, após a ocorrência de ocupações de gente de fora, no edifício do antigo Curtume, e também pela violência que está por muitos lugares.

Rossana já se mostra engajada no trabalho de transmissão de tradição, para as novas gerações, no sentido político, entendendo que a tradição, a história local e história de seu povo auxiliam na legitimação de ocupação do território do Porto do Capim, em que esmera propiciar oportunidades às crianças, tirando estes do mundo do trabalho precoce, a fim de explorar seus sentidos críticos, assim como, a produção de narrativas críticas – a garantir cidadania.

Minha relação com as crianças do Porto do Capim é de afeto, de respeito, de identificação. Eles despertam a nossa vontade pelo trabalho de eles não migrarem para outro caminho. “Lugar onde não tem arte – a violência toma conta”. (Rayssa Holanda, 2019)



Foto. 13: Menino do Bairro Roger vindo pelo trilho do trem a se apresentar na Ala Ursa, na comunidade do Porto do Capim. Acervo desta pesquisa

Ser criança é ter oportunidades, é idealizar coisas que crianças pode fazer e conseguir fazer. É ter oportunidade de ser criança, porque muitas vezes a gente tinha que deixar de brincar para assumir uma responsabilidade, como quando mainha saía e a gente tinha que cuidar do lar. A gente nunca teve irmão mais novo (por parte de mãe), para ter que cuidar. Ser criança é sonhar e tornar esse sonho possível. Brincar, se divertir. Ter responsabilidades, mas não ser maior do que a diversão. E a infância é o momento de sonhar, o de pensar que tudo pode ser possível e de ser verdadeiro nas nossas imaginações. (Rayssa Holanda, 18/03/2019)

Rayssa e Rossana são jovens negras, que carregam marcas sociais, de processos históricos de subalternidade, nascidas em território de conflito com a gestão governamental da cidade - pela luta de permanência, que têm próximas a sua geração, como a mãe, apenas 17 anos mais velha, pertencendo o hall de analfabetos, cuja parou de estudar na 3ª série do primeiro grau, para trabalhar, com doze anos de idade. Sobre isso, tratarei no Capítulo 3.

A Ibeji do Porto do Capim, carrega na memória uma infância com espaço para brincar, mas que também teve liberdades suprimidas, pela ausência de condição real econômica, além da presença forte da violência machista, incorporada também pelo pai. As crianças do Porto do Capim tem acesso à arte e cultura através de manifestações culturais tradicionais como Ala Ursa, Arraial do Porto do Capim, em julho e Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro, muitos fomentados pela energia e esforço de Rayssa e Rossana, junto a Dona Zita (Maria José), e colaboradoras da Associação de Mulheres do Porto do Capim.

É possível verificar a tradição, o lúdico, a cultura popular em vida dinâmica nas novas gerações. O Porto do Capim se apresenta como local que abriga um lugar para infância, mas ainda, com condição precária em serviços públicos básicos para oferecer qualidade de vida às crianças, assim como, para todos os seus habitantes.

A transferência do Porto Varadouro (1935) para o município de Cabedelo derrubou o status da região como Centro Mercantil, entrando em decadência após o absoluto abandono. Nesse mesmo tempo, nascia Sr. Pedro, avô de muitos netos, entre eles Rossana Marlene Holanda da Silva e Rayssa Marlene Holanda da Silva.

Percebe-se, que o abandono ao Porto do Capim, desde o início de sua história foi promovida pelo Estado. Teve o lugar, ocupado pelos moradores de ilhas - pescadores e trabalhadores braçais, que ressuscitou da água ao ar, habitando, expressando cultura, promovendo socialização e até promovendo recuperação progressiva do manguezal. (Relatório, 2014).

As famílias do Porto do Capim, hoje, ainda são pobres, com baixo grau de escolaridade, e com ausências de serviços públicos do governo, em que vivem diante do rio que é palco de sua história e elemento de sua identidade, sendo poluído diuturnamente por fatores externos. Geralmente seus habitantes se casam entre si, sendo muitos chefes de família, prestadores de serviços subalternos, como de carregadores das madeiras locais, como no caso de Jobson, irmão de Rayssa e Rossana e do marido de Chilica (Dona Risomar).

O local consegue preservar uma forma rural de viver, onde a vizinhança mais do que se conhecem, vivem de forma solidária, auxiliando uns aos outros, a olhar suas crianças, assim, a promover, sobretudo, a sensação de liberdade das crias e das famílias. O rio, o mangue, as árvores ensejam o contato das crianças e seus moradores com a natureza, além do convívio com coisas vivas; terra, água, mangue, árvores, crustáceos, cachorros, pássaros e peixes. O que pode concluir que no Porto do Capim tem uma realidade social e cultural específica, com ausências de serviços públicos, porém, com existência de uma infância, em que as crianças brincam e são dotadas de uma liberdade específica (no ter além da tecnologia para brincar).

Na próxima parte, será abordada a relação de vizinhança e de parentesco da Comunidade do Porto do Capim, que apresenta esse terreno “seguro” para as crianças transitarem e brincarem, inclusive quando os pais ou responsáveis precisam se ausentar, além da força solidária nas relações e a presença de elo consanguíneo entre seus moradores.



Foto 14: Rayssa, Marli (representante do Inst. Maria Quitéria e Jeniffer) em lanche antes da Concentração para saída da Ala Ursa.
Acervo desta pesquisa



Foto 15: Apresentação Xote das Meninas
Autora: Acervo pessoal Rayssa Holanda



Foto 16: Café da manhã comunitário Vila Nassau (03/2019)
Autora: Natalia Freire de Moura

1.3 PARENTESCO E VIZINHANÇA

O cronista e religioso brasileiro, da Ordem de São Bento que pertenceu à Academia Brasileira dos Renascido do século XVIII, D. Domingos Loreto, descreveu a cidade da Paraíba¹⁸: “É habitada de quase três mil vizinhos, com uma sumptuosa Igreja Maior, Misericórdia, sete templos, convento S. Bento, S. Francisco, Carmo e Collegio da Companhia que tem anexo um magnifico seminário, onde se dão estudos de philosophia e nos conventos de S. Francisco e Carmos, philosophia e teologia.” (DIAS, 2014, p. 63). E ainda, descrito pelo Governador Fernando Delgado Freire de Castilho nos primeiros anos do séc. XIX: “A cidade Nossa Senhora das Neves ficando, como digo na margem austral do Rio Paraíba está situada em alto com bastante terreno e planícies para seus lados por onde se pode comodamente estender”; a cidade resta um pequeno burgo onde “os negociantes por quem corre o tracto da capitania são poucos e pobres”, faz saber, em ofício, o Governador Castilho à Rainha de Portugal. Dias (2014, p. 63, apud, Pinto, 1977, p. 206).

Ao ter acesso no trecho da carta escrita por D. Domingos, ainda no século XVIII, época colonial, no Brasil, de como era ocupada à cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), com quase três mil vizinhos, cercado da força eclesiástica, por igreja sumptuosa, sete templos e conventos, e ainda, no séc. XIX dito pelo Governador Castilho, já como cidade Nossa Senhora das Neves, cidade situada na margem do rio Paraíba, com um pequeno burgo com poucos negociantes e pobres. Pode-se pressupor que no local, onde hoje é o Porto do Capim, nos anos de 1700, seu povoado era composto acerca de 3000 pessoas, residentes na região do Centro Histórico, com trabalho característico do comércio e que muitos eram pobres¹⁹. E constituído ao seu modo de viver, as Igrejas Católicas ao redor, com regência da forma moral - organização matrimonial daquela comunidade.

A memória social - coletiva, da comunidade do Porto do Capim, ocorre em seu contexto espacial, relacionado aos seus movimentos e hábitos.

¹⁸ “Chega o século XIX com a cidade da Paraíba apresentando uma população de cerca de 3.000 habitantes (1808), a considerar como aceitável a indicação de Southey (1965, p. 280). Também Koster (2002, p.130) estimou entre 2.000 e 3.000 habitantes, a população para a cidade que conhecera no ano de 1810. Decorreram mais de duzentos anos e a cidade pouco crescerá”. (Dias, 2014, p. 67).

¹⁹ “No final do séc. XIX, os comerciantes em grosso estabelecidos no Porto do Capim não queriam seus caixeiros morando distante do armazém; mesmo os mais lordes que moravam na Rua da Areia ou na Rua Direita, deixavam o seu primeiro andar assinala- se aqui, no Brasil do patriarcado urbano, uma espécie de “moleque ricardo”, da bagaceira dos sobrados de armazéns” (DIAS, 2014, p. 1).

Na obra “Família, Fofoca e Honra”, de Claudia Fonseca (2000), referente uma pesquisa, com extenso trabalho de campo, em uma vila na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, na década de 1980, a antropóloga refere-se ao Brasil, como país que é inegável o lugar de residência para a organização social. Onde indica que muitas pesquisas apresentam como, aqui, as redes de vizinhança e de parentesco mantêm-se relevantes apesar da mobilidade geográfica. (FONSECA, 2000, p. 8).

Nas minhas primeiras idas de convivência ao Porto do Capim, no período do trabalho de campo, iniciado em Fevereiro de 2019 e concluído em agosto de 2019, percebia que cada pessoa que eu conversava, diante de alteridades, fazia uma referência à outra pessoa da comunidade, como uma pessoa da família – com elo consanguíneo.

Perguntei sobre essa relação de vizinhança e consanguinidade para Rayssa e Rossana, no que elas de pronto me responderam – “quase todos aqui tem uma relação de parentesco”.

Fonseca (2000) faz um compilado detalhado do processo diacrônico das Ciências Sociais no estudo da família, com descarte de modelos de pensar hegemônicos sobre essa, a verificar a instituição como meio necessário de sobrevivência, deflagrado no campo, questões de raça, classe e arranjos de sobrevivência. Mas que, no entanto, o recorte de classe é colocado como empobrecedor – por alguns pesquisadores críticos, diante de tanta complexidade dos modelos adotados de família. Menciona que nos derradeiros anos, cientistas sociais europeus e norte-americanos, ao questionar a hegemonia da "família moderna", têm rejeitado a obviedade de um "sistema ocidental de parentesco", e, ainda mais, de uma "grande convergência" em que todos os modelos estariam evoluindo, na mesma direção e faz referência a diversos autores, dos quais procuram demonstrar a diversidade de padrões familiares, conforme a tradição nacional, a história regional e a classe.

No sentido de entender a relação do parentesco e de como se organizam as famílias na comunidade do Porto do Capim, verifico na pesquisa, o elo consanguíneo, os matrimônios e os ofícios por família.

Em uma quinta-feira (14 de fevereiro), Rossana se lembrou de enviar ao meu Whatswapp, a informação do adiamento do evento que ocorreria no Sábado (16 de fevereiro), de uma vivência no Porto do Capim, relacionado a uma iniciativa do Porto das

Garças²⁰ (em parceria com o setor turístico governamental local), decorrente de fortes chuvas durante a semana, que acarretou a cheia do rio, sendo o evento adiado para uma data futura. E aproveitou para me convidar para comparecer na Feira Teteto, ao lançamento do Ibeji Ateliê itinerante, que tem como proposta, circular com tudo que é produzido pelo Ateliê, como tranças com “identidade” (slogan utilizado no Banner que utilizam pendurado no stand), brincos de lã com cores vibrantes e coloridas (com média de preço de R\$13,00).

Passada a semana, no Sábado - dia da feira Teteto, mais adiante do corredor, concentravam-se os stands do setor alimentício. A Comunidade do Porto do Capim estava na última ponta, da mesma fileira que a Ibeji estava, sendo na ponta inicial. Da comunidade do Porto do Capim tinha uma senhora de uns 70 anos (Dona Zita), um jovem próximo aos 20 anos de idade e duas meninas. Estavam vendendo mariscada, que acompanhava arroz ou não ao preço de R\$10,00 e também havia outro item por R\$5,00. Eu comi a mariscada, achei bem saboroso, bem preparado, não sentia areia no prato e os mariscos eram graúdos. Perguntei ao jovem que me atendeu, a origem daqueles mariscos, ele disse, do Porto do Capim. Enquanto eu comia, perguntei as gêmeas, a origem do marisco e se o local tinha água com poluição. Elas disseram que não - “Essa é pescada já quase chegando à Praia do Jacaré, no pocinho” (Rayssa). Depois, concluindo a feira, enquanto todos organizavam suas mercadorias para levar ao transporte, à senhora da comunidade (Dona Zita) - nativa do PC, estava sentada perto da Ibeji. Então comentei novamente - “muito gostosa a mariscada”, pensando que ela seria a feitora do prato. Quando D. Zita diz: é tia de Rossana, ela quem faz, muito boa mesma! Percebi a presença da família das gêmeas no Porto do Capim, para além delas, seu irmão, sua mãe e seu avô Pedro. Tinha a partir dali, a tia que participava também, da vida comunitária e gerava recursos com o comércio alimentício, com prato típico, com o traço da identidade ribeirinha. E refleti sobre o porquê Rayssa e Rossana não falaram que teria sido produzido por sua tia, quando mencionei que gostei do prato, e pensei que, talvez seja normal sempre ser um tio, ou uma tia, ou prima, ou primo, quando se trata de moradores do Porto do Capim.

²⁰ Porto das Garças é o Coletivo do Porto do Capim, que promove ações culturais, foi fundado por Andréa, Joice e Elaine, que na época tinham na faixa de 19/18/19 anos de idade respectivamente. E por Rayssa e Rossana, que tinha 24 anos. E agora somando ao grupo, tem a Zita que tem aproximadamente 70 anos, Jeniffer (10), Talison (15), Bruna (16) e Sara (11). Fonte: Rossana Holanda, 2019.

Importante observar que quando é falado Comunidade Porto do Capim, estão abrangendo pessoas da Rua Frei Vital, Praça XV, Vila Nassau, Rua Porto do Capim, antigo Curtume e trapiche.





Na audiência na Câmara Municipal de João Pessoa, no dia 22 de março de 2019, Rayssa refutou a maneira estratégica que a PMJP segrega moradores das ruas e localidades da comunidade do Porto do Capim, como se fosse algo alienado, segue sua fala:

Costumamos dizer assim: Você não entende, então quer que a gente desenhe? Eles dizem que a comunidade da Vila Nassau não faz parte da comunidade do Porto do Capim, quer que desenhe com as mãos - o mapa de localização? Vila Nassau, Praça XV, Rua do Porto e Rua Frei Vital. Precisa de mais algum desenho – prefeitura? Pronto, agora aqui tem alguém com alguma dúvida de que Vila Nassau, Praça XV, Frei Vital faz parte da comunidade do Porto do Capim?

Todos respondem: Não!

Mais adiante, após uns dois meses de trabalho de campo, soube que Dona Zita, também teria laço consanguíneo com as gêmeas. Desta forma, fui entendendo que muitas daquelas relações de vizinhança tinham uma conjunção de parentesco, com laço consanguíneo. Em outra data, mais avançada, em conversa com Chilica (Risomar), ela diz que boa parte da comunidade do Porto do Capim é formada por três famílias numerosas, e que a partir destas famílias que se dão os matrimônios, que são: Holanda, Camelo e Bio, sendo a família Bio a mais numerosa. E então Zita (Dona Maria José), complementa: “e tem os Isidro, que eu também faço parte, por um lado. São quatro famílias: Holanda, Camelo, Bio e Isidro”. Assim, apresenta-se como probabilidade que a comunidade Porto do Capim seja quase endogâmica em seu contexto.

Todas as famílias do Porto do Capim tem vocação para o comércio, dito por Chilica. Será que são descendentes dos funcionários dos comerciantes, narrados pelo Governador Castilho, no começo do século XIX? - (uma hipótese factível). A família Holanda trabalhava com pesca que pescava e de terceiros, que mediava à venda de peixes, além de comercializar frutas e prestar serviço de guarda de casas nas ilhas; a família Camelo vinha da Ilha – que trazia por meio de canoas, madeiras de caibro para a venda na cidade, mantendo funcionários no Porto do Capim para carregamento; a Família Bio, trabalhava com caminhão, frete e transporte; e a família Isidro, com pesca e no Porto como estivadores. Tendo se instalado as famílias, em locais informalmente demarcados na comunidade, organizados da seguinte forma:

- Família Holanda: Frei Vital 
- Família Bio: Porto do Capim 
- Família Camelo: Frei Vital 
- Família Isidro: Vila Nassau 

Na sequência consta um mapa cartográfico das famílias.

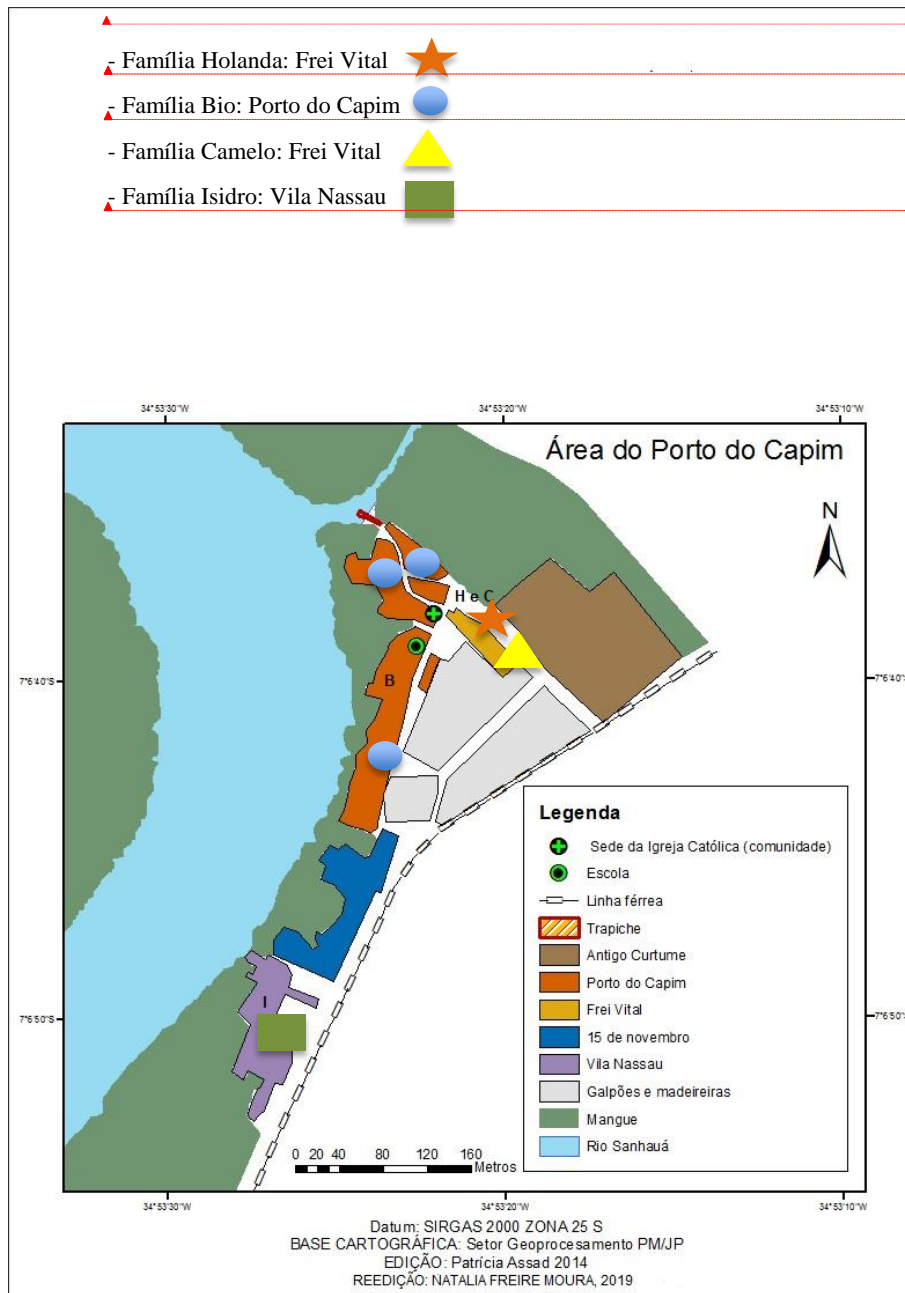


Fig.. 02: Cartografia de distribuição das famílias na Comunidade do Porto do Capim
 Autoria: Natalia Freire Moura (dados na imagem)

Dos filhos do senhor Pedro Paulino de Holanda e Marlene Jovino de Holanda, vingaram onze, sendo hoje, nove vivos e dois mortos (já quando adultos). Os nomes de

Chilica (Risomar) e de seus irmãos e irmãs, tios de Jobson, Rayssa e Rossana, são quase todos nominados por apelidos, sendo comum no Porto do Capim (na geração de Risomar, principalmente), serem seus nativos apelidados, ainda quando crianças, e serem chamados o resto da vida por esses nomes – que por vezes tem tom jocoso, ao ponto depois de esquecerem os nomes de batismo. São eles (tios das gêmeas): Gera (o mais velho), Geniso (o segundo, chamado pelo nome), Nino, Chota, Senhor, Gino, Quenó, Gerlande (única chamada pelo nome, das mulheres), Senhorinha e Branco.

Na pesquisa de tese de doutorado, da antropóloga Emilene Sousa (2014), um estudo sobre a construção do corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância, a cientista verificou o etnônimo atribuído pelos outsiders ao povo Capuxu, como algo que levou existência ao grupo, dando força a eles. Entendendo que as definições endógenas e exógenas não podem ser analiticamente separadas, porque estão em relação de oposição dialética. Sendo esta oposição, que fundamentou a etnicidade Capuxu atribuída de fora pra dentro e depois afirmada, reconstruída e confirmada de dentro para fora.

O fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre o povo Capuxu, talvez porque, em decorrência desta denominação comum eles fossem coletivamente objeto de um tratamento específico. Um tratamento que os assemelhava e unia, gerando uma identidade coletiva e uma solidariedade social. (SOUSA, 2014, p. 95)

Diferente do povo Capuxu, as pessoas da comunidade do Porto do Capim, recebem seus apelidos por pessoas de dentro da comunidade, que por sua vez, são da família. Mas que também é percebida, a produção de reconhecimento mútuo, o afeto aproximado pelo modo de tratamento, um auto reconhecimento do lugar onde pertence. Percebe-se que os apelidos dados uns aos outros, ainda quando crianças, no Porto do Capim, são nomes breves, com entonação do modo afetivo de relações estabelecidas – como um trato de conversa entre “comadres”, sem formalidade e não exigindo o falar correto; dos muitos que ali não têm estudo formal. Hoje já não se vê tanto, na geração de Rayssa e Rossana, serem chamados por apelidos em detrimento dos nomes de batismo. Sendo talvez, pelo fato, da nova geração ter mais frequência nas escolas, que acarrete o enfraquecimento de tal costume, pois já na escola (onde os professores e gestão) não tem diálogo tão próximo com a comunidade, percebido no campo e comentado pelos moradores, os alunos acabam sendo chamados pelos nomes de registro. Ao mesmo tempo, percebi que o irmão das gêmeas é dotado de apelido; Gueco.

Das relações de parentesco e vizinhança, é falado muitas vezes em conversa com Rossana e Rayssa, além de Chilica (Risomar), que as crianças são cuidadas por amigos e parentes na comunidade, assim como, membros da família se necessário, como o caso de Seu Pedro (sem visão) e Gino (que adoeceu devido alcoolismo), que são cuidados por Senhorinha, irmã de Chilica. Senhorinha é fiteira, casada, cuida do pai e do irmão e foi ela quem também cedeu espaço ao lado da casa em que mora, para Chilica montar uma lanchonete, dentro da comunidade. A casa que Chilica mora e a outra casa que Rayssa mora com irmão, cunhada e sobrinho, ambas foram deixadas como herança a eles, pela avó paterna, Maria das Neves.

Não verifiquei como são realizados os acordos e quando se trata de bens, como dão os contratos, a considerar que o território é local de conflito pela ocupação e com necessidade de regularização fundiária de muitas habitações. Mas o que toca, é a forma solidária em que vizinhos e parentes são uns com os outros, sendo presente tal solidariedade, também nas crianças.

A minha irmã que tem um fiteiro - a Senhorinha, as minhas irmãs (as duas mais velhas) e a minha cunhada - Delma e tem uma amiga minha, que a gente é muita amiga de infância que é a madrinha de Rossana, me ajudaram muito, na gravidez; a Néia ajudou tanto, que até chamei ela para ser madrinha e daí por diante eu recebi ajuda mais assim. (Risomar de Holanda, 07/08/2019).

As crianças podem brincar, as mães podem sair, o vizinho olha e sem nem pedir, porque é uma relação de irmandade, se a vizinha saiu e as crianças estão na rua, aí automaticamente a gente se torna, vou até usar uma frase que nesse processo de luta, a gente acaba se tornando um olho a mais uma das outras e se transformando num só olho. A gente se transforma em uma canoa que acaba navegando neste rio, então, cada mulher é um olho a mais de outra mulher. E isso se duplica isso se triplica navegando neste rio - nesse rio de luta. Foi até uma jovem que me passou essa frase, no processo de luta, uma jovem da comunidade. E esse é o Porto do Capim - a questão de família, de ver. Tanto é que uma criança aqui não se perde. A criança bate de uma ponta a outra. A não tem a criança que mora na Frei Vital e de repente está na Nassau, não, isso é comum, porque é o território. (Rossana Holanda, 13/03/2019).

Estabelecido às relações contíguas de vizinhança e parentesco, tenha sido este responsável, também, pela força e participação da comunidade nos processos de resistência ao direito de permanência no território que ocupa há gerações.

A comunidade do Porto do Capim apresenta ser um território formado por relações de dimensão simbólica, de memória, de trabalho, de solidariedade entre seus habitantes, mas também, de um elo forte consanguíneo de gerações, que o legitima ainda mais, como uma comunidade coesa e detentora do direito de ocupação do solo do Porto do Capim.



Foto 17: Crianças do Porto do Capim. Autora: Natalia Freire Moura



Foto 18: Crianças do Porto do Capim à espera do ala Ursa
Autora: Natalia Freire Moura

Tendo percorrido pelo local onde Rayssa e Rossana nasceram, se criaram e habitam, imbuído por memórias, relações de afeto, de situação de “subcidadania” e também por conflito. Na próxima parte, busca-se o processo de construção identitária das irmãs, que auxilia como força propulsora aos seus ativismos e empreendimento e também como entusiasmo ao trabalho pelas crianças, jovens e mulheres.



Foto 19: Rayssa e Rossana, no trilho do trem na mediação do Porto do Capim, paralelo a casa em que passaram a infância, e hoje, onde funciona o Ateliê Ibeji (Acervo pessoal Rossana Holanda)

1.4 DESPERTAR PARA IDENTIDADE

Eu não me lembro de um projeto específico, a gente passou por muitos de arte educação, mas nenhuma referência assim. Eu costumo trazer isso para hoje mesmo. Faço esse contraponto na atualidade, porque hoje em dia, tem meninas negras que veem na gente uma referência. Porque somos poucas mulheres negras assumidas, e conscientes dentro da comunidade, que usa seu “black”, que está estudando, fazendo faculdade, que tá letrada, sabe. Antes a gente não tinha isso. Mulheres de comunidade, tratando isso como algo mais de gênero, aí quando se trata de mulheres negras assumidas, ocupando um espaço que dá, instiga outras crianças. (Rossana Holanda, 04/03/2019, em entrevista para pesquisa)

No trabalho de campo, entre conversas com Rossana e Rayssa, e com pessoas que conhecem a atuação das irmãs, como Fernanda (atriz e ativista), Emanuel (Iphan), Marcela (Museu do Patrimônio Vivo) e Regina Célia (UFPB) foram lembrados muitas vezes o nome de Valeska Asfora, como pessoa importante na biografia das gêmeas, como fomentadora das irmãs, para os seus desenvolvimentos na construção identitária e para a formação de consciência crítica e cidadã, ao engajamento pela comunidade. Pois ela chega ainda na infância da Ibeji, quando tinham recém completado nove anos de idade, através do projeto social que ampliou e mudou a perspectiva de Rayssa e Rossana.

Valeska é natural de Campina Grande, assistente social, mestre em políticas sociais, gestora e produtora cultural. Atuou como gestora do projeto “Folia Cidadã”, no Porto do Capim, iniciado ao final dos anos 2000 como iniciativa da Associação Folia de Rua, cuja

sede era localizada no Hotel Globo. Fundada em 1997, a agregar blocos de prévia carnavalesca, com propostas culturais e de resgate da tradição cultural de João Pessoa, em um período de “revitalização” do Centro Histórico, imbuído de ações articuladas e atuação de algumas organizações governamentais e não governamentais naquela área, a exemplo da Comissão Permanente de Revitalização do Patrimônio Histórico de João Pessoa; Oficina Escola de João Pessoa (essas duas organizações fazendo parte do acordo de Cooperação entre Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Agência Espanhola de Cooperação); ACEHRVO (Associação Centro Histórico Vivo); Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) e a Associação Folia de Rua, além de bares e casas noturnas que começavam a ocupar os espaços da Praça Antenor Navarro, como o Parahyba Café.

O projeto foi aplicado na comunidade do Porto do Capim, após organizações e iniciativas privadas existentes na área, decidirem em reunião mensal realizada pela ACEHRVO, oferecer atividades ocupacionais e educativas para crianças do Porto do Capim, por ser verificada, a presença destes na praça durante o dia e a noite. Com objetivo principal de possibilitar às crianças e adolescentes, o desenvolvimento de suas capacidades fundamentais, baseando-se nos quatro pilares básicos da educação (de acordo com o Relatório da UNESCO para a Educação no séc. XXI): aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver. (ASFORA, Valeska, 2019)²¹.

Generosamente, Valeska cedeu entrevista para mim nessa pesquisa (23/04/2019), e quando abordado sobre o processo de formação e consciência identitária étnica afrodescendente e ribeirinha, além do engajamento comunitário de Rayssa e Rossana, ela manifestou um depoimento sobre sua impressão, na qual diz, que de alguma forma as gêmeas sempre tiveram essa consciência, sendo certamente por fatos vividos no dia a dia, mas também, por influência de suas atuações nos movimentos sociais, interações com outras pessoas, no universo de educadores, artistas, pessoas da área de direitos humanos, militantes, no que favoreceu essa formação de consciência. E sublinha um dado importante:

A maior parte dos moradores e moradoras da comunidade é formada por pessoas negras, no entanto, durante todo o tempo de convivência na comunidade nunca percebi nenhuma dessas pessoas se assumindo e se reconhecendo como tal, ou pelo menos expressando alguma vivência resultante do fato de ser pessoa negra. Era muito comum ouvir afirmações que davam conta de serem descendentes de índios, como se fosse possível uma relação direta com os prováveis primeiros

²¹ Valeska Asfora, em entrevista para essa pesquisa, 23/04/2019).

habitantes daquela área. Atualmente, Rayssa e Rossana exercem um papel de muita importância, fazendo com que essas pessoas se reconheçam como pessoas negras, que se auto afirmem e se empoderem como tal. Essa influência positiva que elas exercem é notável principalmente entre as crianças e as mulheres, inclusive quando inserem diretamente na comunidade elementos simbólicos e representativos da cultura negra.” (Valeska Asfora, 23/04/2019).

Uma grande parceira de Rayssa e Rossana, Fernanda, mulher negra, ativista do movimento negro e atriz, nascida em 1978, na cidade de Lagoa Santa (MG), chegou a João Pessoa no final do ano de 2005, já carregando na bagagem vivências com arte e iniciativas comunitárias e com cultura afro, em Lagoa Santa, e também, em Belo Horizonte. Com experiência em trabalhos no segmento afro mineiro, quando em João Pessoa, buscou “beber da mesma água” na cidade. Procurou por grupos culturais de bairros, indo nas periferias especificamente, onde sabia que nessas regiões encontraria manifestações culturais, como Coco de Roda, Capoeira e danças afro. E assim foi, achou e se envolveu nestes movimentos, onde foi possível conhecer pessoas ligadas ao movimento negro, como Balula e Mãe Renilda (que tinha uma Casa de Axé em Cruz das Armas), e também conheceu pessoas ligadas a movimentos políticos. Já inserida nesse convívio em João Pessoa, por intermédio de Valeska Asfora, que na época já era membro da ONG Porta do Sol, ouviu pela primeira vez os nomes de Rayssa e Rossana e também, da comunidade do Porto do Capim. Vale mencionar que Fernanda pelo seu mérito como cidadã, em março desse ano (2019) foi reconhecida pela Câmara Municipal de João Pessoa, com o Diploma Mulher Cidadã Ednalva Bezerra.

Valeska apresentou a comunidade Porto do Capim e as gêmeas, como membros da Associação de Mulheres do Porto do Capim. E eu, com minha experiência em projetos sociais percebi ali, que elas tinham perfil de liderança e que de fato, elas que movimentavam a essência daquela coletividade, sendo responsáveis por aquilo ali está acontecendo. (Fernanda Ferreira Santos, em entrevista para pesquisa, 12/06/2019).

Conheci Fernanda na universidade, em uma intervenção cênica, solo, que me arrancou lágrimas, na Biblioteca Central da UFPB, em evento pelo Dia internacional da Mulher, que durante a semana foram promovidas exposições, vídeos, apresentações e palestras. Foi na data de sete de março de 2017, na exposição coordenada pela Prof.^a Dr.^a Solange Rocha (Historiadora, professora universitária, ativista e coordenadora do

NEABI/UFPB), em homenagem a Lélia Gonzalez²² – “Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”. Depois estive com ela em reuniões para organização do COPENE (Congresso de Pesquisadores Negros do Nordeste), em alguns eventos culturais e no Encontro das Mulheres Negras da Paraíba, em novembro de 2018; dia que conheci Rossana e Rayssa.

Fernanda foi criada por avôs e mãe solteira (mulher negra que veio para João Pessoa, bem antes da filha, para atuar com trabalhos no terceiro setor - hoje proprietária do maior e mais bem conceituado restaurante natural de João Pessoa; Restaurante Flamboyant, situado no bairro Manaíra, em localidade nobre da cidade). Tem uma boa relação com a mãe, porém, reside no Varadouro, no Centro Histórico, imergida em ações coletivas, onde tem um convívio próximo com as gêmeas, sendo a Ibeji, responsável por suas tranças e penteados afros. Fernanda me concedeu uma rica entrevista, em que trouxe perspectivas quanto aos temas “enegrecimento” e “geração”, e algumas impressões sobre Rayssa e Rossana, diante do seu convívio com elas. Lembra que quando foi pela primeira vez no Porto do Capim, já tinha Dread e que Rayssa e Rossana, como jovens, ainda se encontravam em processo de autoafirmação. E pensando nela e nas gêmeas expressa sobre a mulher negra:

Não dá para romper com as barreiras impostas pela sociedade se não souber driblar, ser dinâmica. Assumir os papéis que requer (agente político e no campo profissional). O fato do negro ser barrado em muitos espaços, e na ausência do capital cultural e capital político e que assuma outras frentes. A imagem que eu tenho da mulher negra, é a imagem da água. Tem algum obstáculo, a gente contorna e se espalha. (idem).

Já Valeska traz outro relato de interessante menção – que na comunidade havia uma senhora negra, idosa, Dona Maria, uma cirandeira que tinha participado em sua juventude e idade adulta de tradicionais grupos de ciranda, que já são extintos. Ela era conhecida fora da comunidade, pois saía à procura de uma ciranda onde houvesse festa na área do centro histórico, e a quem lhe desse atenção, contava a sua história e cantava antigas cirandas. E que na comunidade ela não era reconhecida, sendo considerada apenas uma pessoa idosa que vivia de lembranças do passado. E da mesma forma, que existe ainda na comunidade

²² Lélia Gonzalez, cientista negra, brasileira do séc. XX, graduada em história e filosofia, professora da rede pública. Mestre em Comunicação Social, Doutora em antropologia política/social. Desempenhou pesquisas sobre gênero e etnia. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio) lecionou a disciplina Cultura Brasileira. Seu último cargo na instituição foi de chefe do departamento de Sociologia e Política. (fonte: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>).

uma mãe de santo, vista com certo preconceito por boa parte dos moradores, e por isso mesmo uma pessoa que se isola em sua casa, na sua vida cotidiana, não sendo de fácil acesso. Essas duas mulheres passaram a ser apresentadas (ainda não totalmente reconhecidas como tal por todos os moradores), como valores culturais da comunidade, pelo trabalho de Rossana e Rayssa.

Parece algo simples, mas o fato de que elas tiveram essa consciência, e que tendo consciência da importância dessas mulheres, da história dessas duas mulheres que eram como se apartadas da vida em comunidade, elas tenham tido a iniciativa de mostrar isso aos moradores e de incluir essas mulheres entre seus valores culturais, isso tem um significado muito grande. (ASFORA, Valeska, 2019)²³.

Há um dito popular conhecido que diz: “Deus está nos detalhes”. E esses detalhes na biografia de indivíduos faz com que estimule disposições a gerar mudanças, nas visões, ética, formação, na atuação e até no aspecto econômico. Rayssa e Rossana são partes de várias categorias, a dizer: meninas, negras, pobres, filhas de mãe solteira e sem estudo, que ainda considerado estas em sua interseccionalidade, fica subsumidas, em um local desfavorecido de complexa desvalia. Assim, os projetos sociais promovidos no Porto do Capim, integrado a pessoas sensíveis as questões sociais e culturais que cruzaram os caminhos das gêmeas, o apoio da avó paterna, os valores transmitidos pelo avô Pedro Paulino sobre a tradição de sua comunidade, somado as garras de Rayssa e Rossana que seguraram, participaram e fizeram os cursos, oficinas tudo que lhes aparecesse, aproveitando as oportunidades – propiciou um patrimônio de disposições (LAHIRE, 1998), disposto a promover uma mudança no curso do rio de suas vidas.

Um aspecto positivo que se pode reconhecer nas duas é o de que nunca desperdiçam qualquer forma de aprendizado. Percebo que tudo que apreenderam ao longo dos tempos elas transferem de forma consciente para as experiências de lutas e do cotidiano.” (idem).

As disposições criadas por cada ator decorrem de seus esquemas que compõe seu patrimônio de disposições (LAHIRE, 2001), sendo possível pela existência de atores individuais com disposições heterogêneas e contraditórias, entendendo que cada ator pertence ao mesmo tempo a vários grupos, que também não são homogêneos e tão pouco imutáveis.

²³ Valeska Asfora, em entrevista para essa pesquisa, 23/04/2019.

[...]vivemos experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias. “Um ator plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos (LAHIRE, 2001, p. 46).

O sociólogo francês Bernard Lahire, estudioso das elaborações sociológicas de Pierre Bourdieu, do qual foi aluno, atua no presente como professor na Universidade Lumière Lyon II, membro do Instituto Universitário da França e pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre socialização do Conselho Nacional Francês de Pesquisas Sociais. Lahire segue uma linha sociológica crítica, no qual percebe o indivíduo como construção singular do social, proveniente de distintos contextos de socialização, com absorção de diferentes formas de agir.

Enquanto criança, adolescente, pai de família, namorado, jogador de futebol, colecionador de selos, partidário político ou operário de sua empresa. O mesmo corpo biológico será designado pelo mesmo nome e sobrenome. E claro que o abstrato chega a tomar corpo, sustentada pela evidência da unidade biológica do corpo. Socialmente, porém, o mesmo corpo passa por estados diferentes e fatalmente portador de esquemas de ação ou hábitos heterogêneos e até contraditórios. (LAHIRE, 1998, p. 22).

Lahire mantém diálogo com autores de diferentes teorias da ação, e dedica-se com profundidade ao pensamento de Pierre Bourdieu e a sua teoria da prática e do habitus. Com a obra “Sucesso escolar em meios populares: razões do improvável” (1997) tornou-se um pensador “pop” no Brasil. Na obra o “Homem Plural”, o cientista provoca um exame respectivo as diferentes Teorias da Ação Social, com indicação contrária a generalização de achados científicos. A sociologia “disposicionalista” e contextual de Lahire verifica com atenção, como os indivíduos mobilizam seus patrimônios de disposições (de esquemas de ação) em concordância com a pluralidade de contextos que servem como molas da ação.

Valeska menciona também a participação de Rossana (que despertou primeiro ao movimento do que Rayssa), no Projeto Museu do Patrimônio Vivo Cultural realizado pela ONG Coletivo Jaraguá, como contribuidor decisivo na formação identitária da Ibeji.

“Com a questão da identidade negra que elas assumiram também, que foram várias coisas que aconteceram tudo muito próximos, eu acho que o museu foi responsável por alguma coisa, eu acho que uma conjuntura de acontecimentos contribuiu para a formação delas enquanto uma liderança popular, e no caso de Rossana, o protagonismo talvez que apareça mais porque ela há mais tempo está disponível a estar se inserindo nesses espaços de oportunidade. E para tudo, elas têm essa estratégia de pegar as oportunidades, seja para questões do Ateliê para elas terem um mínimo de autonomia para as questões criativas delas, seja com os

projetos culturais no Porto do Capim, seja com salão, seja como lideranças políticas, elas sempre estão assim, seja com curso de corte e costura que elas vão ter autonomia para poder ser empreendedoras, para elas não terem que pagar costureira. Elas têm pegado todas as oportunidades que o mundo dá para elas: politicamente, empreendedoristicamente, tudo, então assim, isso é um perfil que é das duas, que eu acho que faz a diferença no protagonismo” (MUCCILO, Marcela, 2019)²⁴.



Foto 20: Rayssa no projeto Folia Cidadã (com 9 anos de idade)

Marcela é paulista, criada na cidade de Primavera, interior de São Paulo, artista visual, com mestrado em Ciências da Informação, chegou há dez anos em João Pessoa para morar (2009), época em que já se interessava muito pela cultura popular e iniciava seus estudos sobre patrimônio imaterial. Participou do campo do “Inventario dos cultos” ao Inventario Nacional, quando começou a conhecer os mestres de cultura popular e o Fórum de Cultura. O Museu do Patrimônio Vivo, elaborado com colaboração de Letícia; mineira que passou por um tempo na Paraíba para realização do trabalho de campo ao mestrado. Teve como motivação para o desenvolvimento do projeto - duas experiências; participar do inventario das referencias culturais; e de perceber o inventário como um instrumento eficiente.

²⁴ Marcela Muccillo, em entrevista para essa pesquisa, 23 de março de 2019.



Foto 21: Rossana no projeto Folia Cidadã
(com 9 anos de idade)

Quando a gente formatou o projeto, decorrente do próprio fórum de cultura popular, já tinham mais ou menos mapeado bairros que tinha uma vida cultural intensa. A gente conhecia os mestres de ciranda, os mestres de coco, cavalo marinho, da barca, de muitos grupos de cultura popular da Paraíba. A gente sabia que eles se concentravam em alguns bairros, e quando desenhamos o projeto, pensamos em começar nesses bairros, até porque a gente já tinha articulação, já conhecia os mestres, para estes identificarem quem seriam potenciais agentes culturais comunitários, sendo jovens que teriam potencia para poder representar a comunidade e fortalecer esse movimento. E o Porto do Capim não estava nessa lista, porque a gente desconhecia o lugar. Inclusive, no Porto do Capim essa vida cultural, essa movimentação cultural que hoje a gente conhece, ele acontecia, mas ele era sempre um projeto. O Porto do Capim, não tinha uma representação no Fórum de Cultura Popular, assim não tínhamos essa entrada e nem contato local. Além de que a gente tinha limites de bairros para atuar, porque o pessoal que foi agente cultural recebia bolsa de R\$300,00/mês.” (idem).

O Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o prêmio Rodrigo de Melo. Teve seu desenvolvimento a partir do Curso de Formação de Agentes Culturais Comunitários e com a divulgação dos resultados de seu inventário, depois representado por um mapa das expressões culturais tradicionais de João Pessoa, ilustrando uma rede de pessoas, lugares e objetos de grande referência cultural para as localidades envolvidas. (fonte: www.museudopatrimoniovivo.com/o-que-estamos-fazendo). Havia na primeira edição, abordagem e pesquisa em seis comunidades. E na segunda edição um número dobrado, de doze comunidades, da qual participaram os do primeiro e ampliado para a

Grande João Pessoa. Sendo a vaga do Porto do Capim ocupada no lugar do Mandacaru, devido as suas duas agentes culturais não poderem assumir o trabalho no segundo momento.

Já referente o Porto do Capim, a gente conhecia a Valeska, conversamos com ela que estava precisando selecionar alguém e fazer o trabalho na comunidade. Pensando que a comunidade tem práticas culturais, com um saber fazer relacionada ao rio, sabíamos que podia ser interessante. A gente sabia que Valeska tinha um trabalho de longa data no Porto do Capim, por isso que ela seria o canal. Entrevistamos Rossana, foi ali que a gente a conheceu, foi amor à primeira vista. (Marcela Muccillo, 2019).



Foto 22: Rossana e Marcela no projeto MPV, na entrega do reconhecimento pelo Museu do Patrimônio Vivo – MPV, da tradicionalidade da Comunidade do Porto do Capim

Quando Rossana assumiu ser agente cultural do projeto, ela tinha que conciliar com o trabalho, pois trabalhava como repositora de supermercado.

Ela fazia muito, entrou com muito gosto, com garra, deu um gás mesmo, a gente se identificou muito com a posição dela. Ela não faltava. Na época, Rossana falava do desconforto que sentia devido à possibilidade de remoção, ao mesmo tempo ela não estava inserida em nenhuma instituição ainda. (HONORATO, Pablo – Coordenador MPV, 2019)²⁵.

Para Valeska o crescimento de Rayssa e Rossana atualmente, não lhe causa muita surpresa. Acredita que com as características de personalidade e capacidade que sempre apresentaram, a tendência seria que se desenvolvessem como cidadãs, mulheres atuantes, lideranças comunitárias. Relata que na fase de conflitos, com a questão da ameaça de remoção da comunidade de seu espaço, que se pode considerar agudo a partir de 2010, de

²⁵ Pablo Honorato, em entrevista para essa pesquisa, em 23 de março de 2019.

início Rossana e Rayssa não se envolviam diretamente. Diz que enquanto aconteciam às reuniões de mulheres (em sua primeira fase no terraço da Escola Padre João Felix, sempre as terças feiras à noite) as gêmeas estavam trabalhando em empreendimento familiar, que é a lanchonete de Chilica (dona Risomar). Sendo a primeira a se aproximar, a Rossana, quando participou de uma reunião. E que a partir desse momento começou a se tornar figura fundamental nesses encontros, pela capacidade de entender com clareza todas as ocorrências, de traduzir tudo que acontecia para as demais mulheres, de questionar, de se posicionar, de manter a união das mulheres usando sua capacidade argumentativa e de bom humor.

Rossana tem um sentido de sororidade muito perceptível, está sempre atenta a tudo que acontece no cotidiano das mulheres que fazem parte da comunidade. Desta forma, logo se tornou uma voz de destaque através da qual as mulheres e os demais moradores se viram representados. De início com a crescente participação de organizações externas na intermediação do conflito entre a prefeitura municipal e moradores, em momentos de discussões públicas, Rossana ainda se colocava como uma segunda ou terceira voz após as vozes externas que se colocavam como conhecedoras da questão, detentoras de um maior saber. Aos poucos começou a refletir e dialogar com outras pessoas sobre o seu papel a fim de alimentar essas reflexões, passou a reconhecer e assumir o seu lugar de fala. O seu amadurecimento nessa fase coincidiu, e não por acaso, com a formação da Associação de Mulheres do Porto do Capim, como entidade representativa de fato e de direito da comunidade. Como era de se esperar foi escolhida para presidir e representar a organização. (ASFORA, Valeska, 2019).

Junto à formação da Associação, Rossana passou a sentir necessidade de realizar um trabalho educativo com as meninas do Porto, que ao mesmo tempo fosse um referencial da identidade cultural da comunidade, dessa forma começou a criar o grupo de danças regionais *As Comadres* (Xote das Meninas), e foi através desse seu trabalho cultural que Rayssa começou a se aproximar do movimento. Logo no começo, Rossana se ressentia da falta de sua maior parceira nessa luta e afirmava que ia trazê-la para perto. Em uma fase mais adiantada, e com a criação do Ponto de Cultura Comunitário, criaram o grupo de jovens “As Garças do Sanhauá” que vem desenvolvendo um importante trabalho na comunidade e que em alguns aspectos inspira-se no Projeto Folia Cidadã.

E essa ética delas, é o que dá o que confere a legitimidade para elas internamente da comunidade, e o que irrita muito os órgãos com que elas lidam né, porque na prefeitura elas vão eventualmente... Recebem aquelas, "você já está incomodando de novo, vocês não sabem o que vocês querem". Quando na verdade não é isso, elas sabem muito bem o que querem, elas têm essa clareza muito firme, mas a prefeitura não está interessada nesse tipo de liderança. Agora o que é muito interessante nelas - quando eu olho para Rossana, eu fico sensibilizado,

porque eu percebo tipo uma Marielle, eu vejo Marielle em Rossana, eu nunca falei para ela, não sei se ela sabe disso, mas eu olho para ela e vejo uma liderança de uma comunidade ética, firme, forte, uma mulher que se reconhece como negra, que a comunidade olha para ela com legitimidade, e ela chega nos espaços e bota secretário no bolso, e eu vi ela fazendo isso várias vezes, ela fez mesmo assim. Eles se irritam por isso, porque o cara pega o microfone, fala duas horas, ela tem 3 minutos, aí pega e da aquele cheque –mate.” (HONORATO, Pablo, 2019).

Rossana menciona que no processo do trabalho no Museu do Patrimônio Vivo e no processo de construção de militância, ela foi construindo a questão da identidade e a própria identidade, em que também, foi criando uma consciência mais crítica e tentando entender mesmo esse movimento do que era a ameaça dos moradores, serem retirados da comunidade do Porto do Capim, sendo tudo decorrente de ter se inserido num processo de organização política da comunidade, que iniciou pela comissão Porto do Capim em Ação²⁶, e posteriormente, quando se deu a Associação de Mulheres do Porto do Capim, em 2014. Iniciado em 2011 a comissão, se formando como associação no ano de 2014, e em 2016, consolidado o grupo de jovens. Tendo participado de todos esses movimentos.

Como agente cultural do Museu do Patrimônio Vivo, Rossana fez o inventário da comunidade sobre o tema “comunidade do Porto do Capim e a pesca artesanal” que incluiu as marisqueiras também, onde a seção sobre a pesquisa contém texto que produziu e imagens que registrou.

As gêmeas, por várias vezes relembram memórias de uma infância existente, com brincadeiras de cuzinhadinho, catar marisco, catar siri, secar o barco, e em outros momentos, ou pela voz de Rossana, ou pela voz de Rayssa, são trazidos à tona, experiências vividas não positivas, marcantes para ambas. Rossana fez uma vez, uma fala durante o campo: “tive uma infância tão apagada, tão violada de identidade, que poderia ser o que fosse, poderia ter oportunidades, mas eu não tinha muita expectativa de vida”. E que hoje seu foco é comunidade, inserida, atualmente em grupo de mulheres negras; em um movimento de crianças e adolescentes, que é uma rede de proteção, com reuniões periódicas uma vez por mês, e o movimento cultural - O Museu do Patrimônio Vivo e outras que são bem pontuais, como o movimento de comunidade, de moradia e cultura, além do movimento de mulheres negras.

²⁶ Página virtual, no Facebook, criada no ano de 2012 de manifestação comunicativa da comunidade do Porto do Capim, para divulgar ações Culturais, artística, educacionais e comerciais da Comunidade Porto do Capim. A página em agosto de 2019 tinha 2.784 pessoas curtidas e 2.815 pessoas seguidoras. Fonte: https://www.facebook.com/pg/PortoDoCapim/about/?ref=page_internal.

Rayssa²⁷, conta mais aos detalhes, como foi o processo de preparação e estruturação da Ibeji e a construção do trabalho comunitário pelo direito ao território. “Desde que estávamos na barriga de mainha uma trançava a outra”. (HOLANDA, 2019B).

De acordo com Rayssa, quando ela e Rossana eram crianças, usavam o recurso da trança para fugir do cabelo crespo natural. Teve uma vez, quando elas tinham entre 8 e 10 anos de idade, seus cabelos eram menos crespos, assim, mais soltos – possível de se ver crescer os cachos. Até que certo dia um “chicletes” grudou nos cabelos de Rossana. E então, o companheiro da avó Maria das Neves não contou a história e foi logo “metendo a tesoura” – cortando os cabelos, deixando Rossana com os cabelos curtos. Na ocasião, Rayssa estava no bairro Roger, e quando chegou na casa e viu a situação, disse: “Já que é gêmea, vou cortar também”. Posteriormente, os colegas de escola colocaram nelas dois apelidos desagradáveis: “Tonho da Lua” e “Chupa Cabra”, sofrendo muito bullying. Um tempo depois, de os cabelos de Rayssa e Rossana atingirem certo comprimento, elas “lascavam química”. Néia, madrinha de Rossana, que não aguentava vê-las chegar chorando, sempre reclamando das piadas que faziam com elas, aplicava química nos cabelos das duas. Não sendo provavelmente, produtos próprios para serem usados em crianças, mas elas aplicavam, mesmo assim, enfatiza Rayssa.

Já após chegarem à fase de jovem adulta, Rayssa se juntou com o então namorado e foi morar no bairro Roger, que fica em local próximo, porém, distante do dia a dia da comunidade do Porto do Capim. Ela não gostava de morar no Roger, tinha o sentimento de querer voltar para sua comunidade, que fez imediatamente, ao se separar. Nesse tempo trabalhava em uma empresa que fazia promoções e distribuía produtos em supermercados, atribuídos de metas de vendas, além de ter que carregar caixas pesadas com produtos, por uma baixa remuneração. Rayssa descontente conseguiu arrumar a situação e fazer acordo para ser despedida, para não perder benefícios, pois havia trabalhado por alguns anos e de forma correta, como ela diz. Em Fevereiro do ano de 2016, conseguiu sair da empresa, sem arrependimento e com o dinheiro conseguiu reformar a casa onde mora e também, onde funciona o Ibeji. Nesse mesmo tempo, Rossana também saiu da empresa em que trabalhava que era também com promoção de produtos em supermercado, juntou os provimentos com a irmã e parceira. Conseguiram fazer cursos de corte e costura; no primeiro momento na Casas Barros – onde aprenderam o estágio inicial, a manusear as máquinas de costura; e posteriormente no Senai – com uma formação para costura

²⁷ Rassa Holanda, em entrevista cedida para essa pesquisa na data de 18 de março de 2019.

industrial. Compraram máquinas de costura com interesse de costurar fora do mercado industrial, estimuladas pelo grupo de dança “As Comadres” (2012) - nome recente, dado pelo elo da tradição e como reconhecimento a entidade “Comadre Fulozinha²⁸”, tendo o grupo em seu início, o nome “Xote das Meninas”.

Para a Rayssa o “enegrecimento” se dá quando elas assumem a reminiscência negra, ao fazer transição capilar, a partir de um processo de consciência, iniciado no ano de 2013, concretizado em 2015, vindo outras pessoas demandar o trabalho da Ibeji.

Antes da comunidade se organizar e criar uma instituição de representação, os projetos sociais chegavam de forma esporádica, aleatoriamente e os moradores ficavam informados através de “burburinho”, e por vezes por notícia na imprensa e não pela comunidade.



O Porto do Capim antes de se organizar pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, tinha uma associação comandada por um homem apenas, que atuava conforme seus interesses. Exemplo: quando a prefeitura precisava reunir todo mundo da comunidade para mostrar a maquete e então ele reunia todos e dizia que o projeto seria lindo e benéfico para todos, sempre apoiando a prefeitura. Foi quando a Universidade (UFPB), veio junto a comunidade e formou a comissão Porto do Capim em Ação. (HOLANDA, Rayssa, 2019).

Foto 23: Ensaio do “Xote das Meninas” Para ação comunitária (2017)
Fonte: Página Porto do Capim em Ação

²⁸ “Comadre Fulozinha” é uma menina/mulher que anda nua, com os cabelos bem longos feitos de urtiga caindo pela frente do corpo. Ela anda agachada, com os braços entrançados por detrás das pernas. Tem um assovio bem fino que quando se escuta por perto, é porque ela está longe e vice-versa. Odeia ser chamada de caipora e gosta de ser agradada com papa e fumo. A Comadre faz muito hábil e rapidamente tranças nos cabelos dos cavalos, de maneira que esses não sentem, deixando no local uma marca vermelha. Essa trança só quem consegue tirar é o dono do cavalo ou então tem de cortá-la. Se alguém matar um bicho que ela protege, a Comadre castiga dando chicotadas com seus cabelos. Reconhecem-se esses bichos quando têm uma listra na asa ou na perna. Relato SAAD (2014, P. 40) sobre “Comadre Fulozinha”, por crianças do Porto do Capim participantes do grupo de pesquisa.

Após iniciar a Comissão, prosseguiu ao exame sobre os reais interesses da prefeitura. E por meio da união das mulheres e o talento feminino, começou Rossana e Rayssa, unidas à comunidade do Porto do Capim, a fortalecer a identidade ribeirinha e a própria identidade, despertando a negritude.

Para Rayssa o talento é algo quando “a gente” tem facilidade e habilidade para fazer, como alguém que pode chegar e pedir um desenho, uma costura diferenciada e – tanto ela quanto Rossana “desenrolarem”. Entende que o aprendizado da técnica é importante, mas que o talento faz um diferencial. E que o trabalho na Ibeji conflui tudo isso, aprendizado, identidade, talento, ativismo e empreendedorismo.

Desta forma, percebe-se que Rayssa e Rossana tem uma vocação imanente comunitária; com talento para se sociabilizarem; além da criatividade artística; disposição para impactar e causar mudanças; e esperança na força dos ancestrais e das gerações. Percebe-se que os projetos sociais com fundamento e desenvolvimento de um trabalho responsável, podem abrir oportunidades intangíveis para vidas, mas que exige uma reciprocidade, um corpo do outro lado com energia e estímulo para participação. Nada se faz sozinho! Ao passo, que cada vida tem sua experiência individual que forma um sistema de disposições capaz de mudar uma biografia da outra. Muitos detalhes influem no curso do rio. É dado que forças macroestruturais podem abrir oportunidades ou bloqueá-las e que nem sempre, nos locais onde há precariedade e desmantelo no serviço público, tem a sorte como a comunidade do Porto do Capim, em receber oportunidades do terceiro setor e pertencer em sua comunidade, cidadãos dispostos ao trabalho comunitário.

As identidades das gêmeas estão no gerúndio – formando, em um processo constante de construção individual e coletiva como forma de sobrevivência, de legitimação, de emancipação, de ativismo, de autoestima e para ocupar um lugar de direito como cidadã mulher, jovem, negra e ribeirinha.



Foto 24: Rossana e Fernanda Ferreira
o evento na Casa da Pólvora (2019)



Foto 25: Rossana e Veronica em Festa de
Nossa para Senhora da Conceição (2017).



Foto26: Divulgação do evento “Arraiá do Porto”, 2 de julho de 2019.

1.5 ESCOLA E PROJETOS SOCIAIS



Foto 27: Fachada da Escola João Félix – época de reforma, abril de 2019.
Autoria: Natalia Freire Moura.

ESCOLA

Rayssa e Rossana, quando pertencentes ao ensino do 1º grau, o que equivale hoje, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, em época anterior a publicação da Resolução CNE/CEB nº 3/2005²⁹, pelo governo brasileiro, através da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, estudaram os quatro primeiros anos, na única escola existente até hoje, na comunidade do Porto do Capim; EEEF - Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre João Félix (sigla atual), situada na Rua Porto do Capim, s/n utb 1127, vizinha a casa em que as gêmeas foram criadas (onde Chilica, mãe de Rayssa e Rossana, ainda mora).

No tempo em que Rayssa e Rossana estudaram na escola João Félix, (HOLANDA, 2019 B)³⁰, que havia apenas duas salas, com 30 alunos em média por turma, dentro de uma estrutura física e educacional bem precária, ao mesmo tempo, que se tinha uma relação entre professores e alunos bem estreita. Não existindo biblioteca, como ainda hoje não há, nas instalações. Pela memória de Rossana, muitas vezes não se fornecia lanche aos alunos, em que ela fala: “tinha mês que faltava mesmo, o mês todinho”, e já na memória de Rayssa (18/03/2019), eram poucas as vezes que não tinha lanche (pelos motivos de falta de água, porque tinha faltado merendeira, ou porque não tinha sido realizado o repasse de verba), e que o lanche era gostoso, em que ela diz: “A gente comia, e ainda repetia os lanches, principalmente os que tinham leite”. Penso que a versão de ambas confere com que ocorria, mas que por ventura, Rossana já tinha um olhar atento, para algumas ausências em sua comunidade.

Após concluírem os quatros primeiros anos (próximo aos anos 2001), migraram para a EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso (sigla atual), no bairro Roger, algo comumente feito pelas crianças do Porto do Capim (também na atualidade), quando chegavam no tempo de cursar o período ginásial (hoje fundamental II),

²⁹ A Resolução CNE/CEB nº 3/2005, é composta por dois artigos, sendo o Art. 1º A antecipação da obrigatoriedade de matrícula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade implica na ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos; e o segundo com as tabelas com as divisões dos anos respectivo ao ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Fonte: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf. Acessado em 24 de agosto de 2019.

³⁰ Rossana Holanda em entrevista para essa pesquisa em 07 de março de 2019.

em que seguiam e seguem seus estudos em escolas sediadas em bairros vizinhos, como nos bairros Roger e Tambiá. Na escola Frei Afonso, Rayssa menciona (18/03/2019) que tinha biblioteca – mas que usavam quando queriam fugir da sala de aula (aproveitando que gostavam de conversar com a bibliotecária responsável), em que Rayssa, fala: “A moça que era responsável por lá era gente boa demais”.

Quando estavam na 7ª série, por “fogo” (dito por Rayssa, 18/03/2019) em experimentar uma escola diferente, estimulado por uma amiga que estudava lá (filha de uma amiga de Chilica, em que trabalhava próximo da escola), as gêmeas foram estudar em uma escola na Ilha do Bispo, mas que logo voltaram a estudar no Roger; em que diz: “pois tinha essa coisa de deixar uma marca (de conclusão do curso), registrada na Escola Frei Afonso, porque eles produzem uma placa, em que a gente tinha o desejo de ter nossos nomes gravados na placa” (idem). Além da dificuldade que tinham (Rayssa, Rossana, Pequena - prima, e uma vizinha), para conseguirem ir e voltar diariamente da escola, sendo algumas delas (possuir a passagem para pegar o trem; que quando não tinham, iam a pé embaixo de Sol quente). Diante das dificuldades, Rossana e Rayssa desistiram de estudar naquele ano, o que acarretou reprovação de série para as duas. “Já repetimos o ano, que a gente inventou de estudar na Ilha do Bispo. A gente já era jovem nessa época, eu já namorava e tudo. Eu já namorava com meu companheiro. Tinha quinze anos” (Rossana Holanda 07/03/2019).



Foto 28: Paisagem do Porto do Capim, abril de 2019.
Autora: Natalia Freire Moura

O Sol, a gente voltava pela manhã varada de fome, até a casa de mainha. As vezes tinha lanche, as vezes não, às vezes era coisa para comer que a gente não gostava. Era meia hora ou mais andando no Sol. O caminho era perigoso. Tem uma vez que Rayssa estava voltando e teve um cara que pegou no peito dela. Ela chegou em casa falando, ninguém estava acreditando que era verdade, mas aí, na blusa tinha a mão do cara. (Rossana Holanda, em entrevista 07/03/2018).

No ensino médio, as gêmeas foram estudar no bairro Tambiá, na EEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity, em

que Rayssa diz que não se sentia a vontade, pois, ela estava acostumada com a Escola Frei Afonso, onde tinha construído laços de amizade. Rayssa e Rossana só fizeram o primeiro ano do ensino médio na escola do bairro Tambiá, entraram juntas para cursar no período da manhã, mas posteriormente, somente Rayssa permaneceu em horário matinal, e Rossana foi para o período da tarde (sendo esse o primeiro momento em que as duas se separaram nos estudos).

Desde novas trabalhavam informalmente, Rayssa por vezes tomava conta de crianças - filhos de vizinhos, em que conta que ganhava R\$10,00 por semana, tendo dia que tomada conta das crianças, a noite inteira, também. E Rossana, arrumava serviço de varrer casa, lavar louça, pratos de vizinhos. Na adolescência as duas foram trabalhar em um bar - um espetinho (que era vizinho de Chilica). E por fim, conseguiram concluir no ano de 2010, aos 19 anos, pelo sistema EJA (Educação Jovem adulto), na EEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João José da Costa, no Bairro Torre, o ensino médio.

A Escola Pe. João Félix, no ano de 2019 entrou em reforma estrutural do prédio, no sentido de ampliar o espaço e atender a demanda da comunidade do Porto do Capim, que vem crescendo, segundo Rossana (0/03/2019), desde 2014, com a ocupação do antigo Curtume. A reforma especificamente visa construir mais duas salas, para passar de duas para quatro salas, no total, e criar oito turmas, sendo quatro pela manhã e quatro para tarde. Não tendo, a única escola da comunidade, diálogo com os seus, se mantém fechada, atrás de seus muros, sem interagir o conteúdo e comemorações da instituição escolar, com os costumes e calendário específico da comunidade do Porto do Capim.

Atualmente é uma relação conturbada, porque a gestão não entende a importância da comunidade se estreitar com a escola e a escola se estreitar com a comunidade. (Rossana Holanda, 07 de março, 2019).

Atualmente, as gêmeas do Porto do Capim, são alunas universitárias na área de humanas, em uma faculdade privada em João Pessoa, com 80% das mensalidades pagas (como um empréstimo), mensalmente, pelo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES ³¹,

31 “O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>;

conquistadas pelo processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM³². Rayssa estudou um pouco de pedagogia, mas decidiu mudar para o curso de Psicologia em que está no 4º período. E Rossana é aluna no curso de Serviço Social, ambas as faculdades, realizadas na UNINASSAU, no município de João Pessoa. Sendo essa conquista, de atingir o estudo no nível universitário, na comunidade do Porto do Capim, um destaque, tendo em vista o baixo índice de escolaridade local, pelo levantamento empírico, no trabalho de campo, pois em busca de levantamento de dados específicos atuais de grau de escolaridade dos habitantes da Comunidade do Porto do Capim, detectei ausência do olhar para educação por todos os órgãos públicos e estudos realizados, até o momento. Onde em alguns mapas cartográficos, produzidos após pedido do Ministério Público Federal, no ano de 2015, foi solicitado aos habitantes assinalar dados da escolaridade, mas não tinha espaço para aferir o grau de instrução formal, para cada membro da família.

PROJETOS SOCIAIS

Os projetos sociais e iniciativas de assistência social são presentes nas vidas de Rayssa e Rossana desde quando eram crianças. Segundo Chilica (2019)³³, por meio da gestão da escola local, Padre João Félix, foi conseguido em conjunto com a Pastoral relacionada à Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (Varadouro), a parceria com pessoas físicas da Espanha, na adoção simbólica de crianças pertencentes as dez famílias mais carentes economicamente, residentes na comunidade do Porto do Capim, para recebimento mensal de benefício financeiro. Rayssa e Rossana já não estudavam na João Félix, mas pelo fato da família se enquadrar nos critérios exigidos para recebimento do auxílio monetário mensal, Chilica por um período aproximado de cinco anos, teve garantido o recurso. O dinheiro era como uma prévia “informal” do que parte do Programa Bolsa

³² O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho escolar ao final da Educação Básica. Realizado anualmente pelo Inep, desde 1998, o Enem colabora para o acesso à Educação Superior – por meio do Sisu, Prouni e convênios com instituições portuguesas – e a programas de financiamento e apoio estudantil, caso do Fies. Os resultados também permitem o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. Qualquer pessoa pode fazer o Enem. A prova é aplicada em dois domingos, tradicionalmente em novembro, sobre Linguagens; Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, que somam 180 questões. Fonte: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/enem>.

³³ Riosar Holanda (Chilica), em entrevista para essa pesquisa, em 19 de julho de 2019.

Família³⁴ viria representar, a suprir o hiato da pobreza e complementar renda às famílias pobres e extremamente pobres.

A gente era considerada uma das famílias mais miseráveis da comunidade e tinha uma ONG, não era uma ONG, era uma Pastoral da igreja, igreja católica que dava doações. Então, assim, era escolhido 10 famílias e a gente estava nela, no meio dessas famílias, a gente recebia lençol, no fim de ano, tinha uma cesta básica. Era mais um caráter assistencialista que a igreja desenvolvia. (HOLANDA, 2019 B)³⁵.

Rossana e Rayssa destacam que um dos principais projetos que elas participaram quando crianças e adolescentes foi “Folia Cidadã”, iniciado quando tinham 9 anos de idade. Em que faziam percussão, teatro, curso de bijuteria, dançavam, e tinha lanche.

“as crianças iam muito porque tinha lanche, acordava todos os dias de manhã, porque não só iria usufruir das oficinas, mas também, porque tinha ali a comida, a refeição certa. Na situação da gente, especificamente da minha família, não posso dizer do todo. A gente não tinha, a gente acordava tinha almoço (uma refeição por dia) e olhe lá, era uma situação bem precária, o cardápio era arroz, feijão, salsicha, ou carne enlatada”. (idem).

A gente fazia parte de projetos sociais, em que eu costumo fazer essa ligação. Que a gente era o objeto e hoje somos protagonistas. E a gente desde criança participava destes projetos, a arte sempre teve na veia e a gente percebe que é muito por uma questão de ancestralidade, vinculação, de história mesmo, de raízes e vinculado muito à origem negra, e desde criança, a gente sempre gostou de brincar, de dançar, fazer quadrilha junina, tinha o projeto social que a gente fazia parte, que é o Folia Cidadã. (HOLANDA, 2019 A)³⁶.

O projeto “Folia Cidadã”, de acordo com Valeska Asfora (2019)³⁷, desenvolvia atividades, em seu começo (final do ano 2000), sem aplicação de tecnologia social, por um dos fatores – de que não havia ainda, um corpo de profissionais capacitados para tal fim. A diretoria da Associação era portadora de uma visão tradicional em que seria necessário manter as crianças ocupadas, direcionando a comunidade para uma ação benevolente e assistencialista. Como forma de estabelecer uma aproximação com a comunidade, era

³⁴ O Programa Bolsa Família, iniciativa governamental implementado em 2003 e convertida em lei aos 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836, trata-se de um benefício pago pelo Ministério do Desenvolvimento Social às famílias consideradas em situação de extrema pobreza ou pobreza (com renda per capita inferior a R\$ 178,00 - cento e setenta e oito reais). Para receber o benefício, o cidadão necessita estar inscrito no Cadastro Único, que é uma plataforma disponível do Estado brasileiro, que exerce o caráter de inventário, no qual possibilita ao governo federal relacionar todas as pessoas que recebem assistência social. Sendo um dos programas públicos mais associado ao CadÚnico, o Bolsa Família, que necessita que o interessado se apresente ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). (Fonte: <https://obolsafamilia.com.br/>).

³⁵ Rossana Holanda, em entrevista para essa pesquisa, em 07 de março de 2019.

³⁶ Rayssa Holanda, em entrevista para essa pesquisa em 18 de março de 2019.

³⁷ Valeska Asfora, em entrevista para essa pesquisa em 23 de abril de 2019.

oferecido um “Sopão” acompanhado de alguma apresentação cultural em formato de intervenção, todas as sextas – feiras, executada na entrada da comunidade, após a linha do trem. E que, num segundo momento, foram oferecidas oficinas de capoeira, de pandeiro e de musicalização, que aconteciam no jardim do Hotel Globo (marcando a primeira etapa do projeto). Após dois meses, ulterior a uma entrevista, com a então presidente da Associação, Valeska se interessou pela iniciativa, na qual já percebia potencialidades, perspectivas e equívocos. E pelo fato que era dotada de familiaridade de certa forma na área, resultante de uma Pesquisa Participante de Mestrado, em que produziu junto aos alunos, muitos deles moradores na Comunidade e mestres da Oficina Escola, somado ao seu interesse em arte educação, comunidades e linguagens artísticas do carnaval de rua, foi até a Associação oferecer seu trabalho voluntário. Posteriormente se aproximou da comunidade, utilizando a tecnologia comum ao serviço social: visitas domiciliares, observação, questionários de pesquisa, e diário de campo. Nesta fase foram interrompidas atividades tais como o “Sopão”. Após, elaborado o perfil da comunidade a partir desses instrumentos e também já definindo qual o desejo dos moradores no sentido de uma atividade educativa que pudesse ser realizada dentro dos objetivos da Associação, partiu para a segunda etapa, de planejamento das ações. A partir do início de 2001, posterior às primeiras etapas cumpridas, o Projeto passou a ser norteado pela metodologia de Educação através da Arte para o Desenvolvimento Humano, aliado ao método de abordagem inspirado na filosofia de Paulo Freire, tais como a relação dialógica entre comunidade e projeto, projeto e educandos, em que foi fundamental como suporte, a articulação projeto-família-escola-comunidade. Foi quando Valeska Asfora passou a ser coordenadora geral do Projeto.

Principais atividades desenvolvidas no projeto social Folia Cidadã:

- Oficinas com o eixo central - carnaval de rua, pelas linguagens artísticas de: Percussão Criativa, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música (canto);
- Oficinas diversas e de suporte: Leitura, Fabricação artesanal de papel e papel machê;
- Visitas monitoradas em: museus, exposições de artes, e também em apresentações artísticas;
- Workshops e rodas de conversas com artistas convidados;

- Formação Continuada dos Educadores e equipe;
- Visitas semanais as escolas frequentadas pelos educandos do Projeto;
- Reuniões de pais e responsáveis, com pelas crianças e adolescentes;
- Organização e saída do Bloco Folia Cidadã (durante a abertura da prévia carnavalesca Folia de Rua e onde eram apresentados os resultados mais imediatos das oficinas);
- Grupo de Percussão Latatá (apresentações em público, aberturas de shows nacionais tais como Lenine, Lanlan e os Elaines, Festival Mostra do Riso, entre outras).

Chama-me atenção uma das atividades; as reuniões de pais e responsáveis com as crianças e adolescentes. Pois, normalmente, as escolas formais de ensino e instituição de educação e cultura, promovem reuniões periódicas entre “Pais e Mestres” e ou com responsáveis. A abertura para as crianças e adolescentes, proporem pauta, apresentarem o desenvolvimento de seus trabalhos e contarem com espaço de exposição de suas ideias, expressões e afetos, pode ser um instrumento social educativo que promove formação de uma geração, com uma desenvoltura mais autônoma. Podendo algo simples, ter servido de auxílio para criação de algumas disposições de Rayssa e Rossana, no ativismo comunitário.

Valeska diz que derivado aos diálogos permanentes com os moradores, principalmente junto às mulheres (mães e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes, sobre os objetivos do projeto), o Folia cidadã foi muito bem aceito, e teve um desenvolvimento positivo.

Com o sucesso dos resultados, o “Folia Cidadã” efetivou, durante seu tempo de execução (2001 – 2004), parcerias e apoios com diversas organizações, empresas, fundações locais e nacionais tais como: Instituto Ayrton Senna, Brazil Fondation, SEBRAE, CBTU- João Pessoa (em que utilizaram os galpões da Estação Ferroviária de João Pessoa), Igreja São Frei Pedro Gonçalves (utilização das salas do antigo Conventinho). No que assegurou, ampliação de espaços para atividades, compra de material, aquisição de equipamentos e contratação de equipe.

Nessa época não existiam grandes desafios e conflitos. A comunidade era bem menor, formada por em média duzentos núcleos familiares, a maior parte com laços de parentesco entre si. Tinha, portanto o sentido exato de vida em comunidade, sem interferências externas. Os seus moradores viviam os desafios cotidianos de uma comunidade esquecida pelos poderes públicos, com ausência de infraestrutura adequada, de políticas públicas de saúde, educação, segurança, habitação. Já existia o projeto de “revitalização” da área, porém parecia algo

distante e menos agressivo não chegando a causar apreensão aos seus moradores. (Valeska, Asfora, 23/04/2019, em entrevista cedida)

No ano de 2012, a *Fundação Cia da Terra*, oito anos depois do término do projeto “Folia de Rua”, se encontrava em situação similar, em que se viu a Associação Folia de Rua. Quando foi se instalar na Praça Antenor Navarro, integrantes da entidade perceberam a presença de crianças da comunidade do Porto do Capim, na Praça e também, no pátio da Igreja – que despertou o interesse de realizar um trabalho educativo voltado para aquela comunidade. Ao conversarem com algumas mulheres da comunidade, as mesmas citaram já ter acontecido ali uma ação desse tipo e se referiam ao Projeto “Folia Cidadã”. Assim, procuraram Valeska Asfora (indicada pela comunidade) para buscar sua colaboração no trabalho de aproximação entre a Fundação Cia da Terra e moradores do Porto do Capim. Foi quando um grupo de mulheres recebeu o convite para formar um grupo do gênero, para conversar com a diretoria da Fundação, junto a Valeska, sobre um possível projeto de arte educação para as crianças. Nesta reunião, as mulheres colocaram o interesse em ter um projeto como era proposta, mas também relataram que o principal problema acometido pela comunidade e seus moradores, naquele momento, se referia aos rumores de que o Projeto de Revitalização (previsto para realização a partir de 2013 na gestão municipal que iniciaria) seria proporcionado, em detrimento de seus moradores serem removidos de seu território. E ainda, que não tinham nenhuma informação concreta. Após esse dia, já com a nova gestão municipal assumida, as mulheres da comunidade do Porto do Capim fizeram o relato, que procuravam frequentemente as secretarias envolvidas no Projeto de Revitalização, para obterem informações, mas sem sucesso. E com isso, pediram de maneira expressa, que o novo grupo institucional que ali chegava, naquele momento, servisse como canal de comunicação entre a PMJP e a comunidade do Porto do Capim, em que almejavam, sobretudo, esclarecimento acerca do projeto.

O compromisso foi firmado de acordo com o pedido das mulheres, e desse dia em diante, deu - se inicio as reuniões semanais, das terças feiras à noite, para tratar de encaminhamentos necessários. Nesta fase, foi conseguida uma audiência com o prefeito Luciano Cartaxo; uma sessão especial na Câmara Municipal; participação de secretários e técnicos em reuniões na comunidade; participação de técnicos do IPHAN em uma reunião; articulação com organizações da área do Centro Histórico; parceria com a UFPB através do Proext e do Centro de Defesa de Direitos Humanos (que teve uma participação decisiva) quando elaborou o *Relatório de Defesa de Direitos Humanos*, que serviu de base para que

a Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim recorresse ao Ministério Público, além, da promoção do curso de Formação de Cidadania, em que foi criada a página *Porto do Capim em Ação* (nome que as mulheres deram ao movimento que se configurava) no Facebook, com efeito de publicizar o *Fato* corrente na Comunidade. E foi realizado o primeiro *Ocupe Porto do Capim*, sincronizado com outras atividades. Nesse tempo que Rossana começou a participar das reuniões de terças –feiras compreendendo os anseios da comunidade e sendo reconhecida como uma liderança comunitária pelos seus pares. Já não seria mais a Rossana como criança, aluna de projetos sociais, mas, como uma jovem mulher, no início do processo de construção identitária. E Rayssa, nesse tempo, morava no Roger trabalhava com promoção de vendas de produtos em supermercado e estava vivendo uma relação com um cônjuge.

Dois anos depois, em 2014, Valeska apresentou o projeto no edital Rede de Pontos de Cultura MINC/FUNJOPE, através da organização não governamental que ela coordena Associação Porta do Sol, com o objetivo primeiro em entregar um Ponto de Cultura para a Comunidade do Porto do Capim. Em que foi conseguido ser aprovado, mas devido a uma incapacidade de gestão governamental, os recursos chegaram ao Ponto de Cultura, somente no primeiro ano - 2015 (dentre os três anos previstos no Prêmio), o que prejudicou de certa forma, as atividades e a compra de equipamentos de audiovisual, principalmente. Mas embora a intercorrência, a instituição conseguiu manter o Ponto de Cultura, em funcionamento.

Valeska diz que nesse momento aprendeu mais uma vez com a Comunidade do Porto do Capim:

E foi uma fase onde aprendi mais um pouco com a comunidade. Achando ainda que a comunidade se ressentia da falta do Projeto Folia Cidadã, tentei fazer algo nos mesmos moldes, sem me dar conta que algo novo estava nascendo. Eu queria implantar projetos de leitura, quando na verdade estava começando a nascer uma ação voltada para as meninas e jovens da comunidade que é o *Xote das Meninas*.

O “Xote das Meninas”, uma iniciativa que começou como grupo de danças para a festa junina, ampliou sua dimensão. Em seguida, foi concebido o grupo de danças “Jovens Garças do Sanhauá”, que foi tomando para si outras responsabilidades com a comunidade como um todo. E então com o amadurecimento de Rossana e Rayssa e o desenvolvimento das gêmeas, nas iniciativas no Ponto de Cultura, e na Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim, a gestão do Ponto de Cultura foi entregue em sua integralidade, para a comunidade. Tendo a colaboração esporádica de Valeska, quando

solicitada, para contribuição na elaboração de projetos para captação de recursos, ou orientação quanto ao funcionamento do ponto de vista burocrático, em que a Associação Porta do Sol é proponente.

As Garças do Sanhauá é um Coletivo que faz atividades. O Ponto de Cultura é uma ação das Garças, As Comadres (que tinha o nome Xote das Meninas) é uma ação das Garças. As Oficinas que a gente faz parceria com extensões é ação das Garças. Essas organizações de manifestos é Garças e Associação de Mulheres. (HOLANDA, 2019 A).³⁸

Rossana coloca (19/08/2019) que a página no Facebook do *Porto do Capim em Ação*, é um embrião. E que não foi gerado uma página específica na internet, para a Associação de Mulheres do Porto do Capim, no sentido de não enfraquecer e descentralizar os informes do *Porto do Capim em Ação*. E que para o coletivo, *Garças*, foi criado uma página na rede social- porque consideram o público jovem, atento e usuário frequente do suporte. Mas que de fato, a Associação de Mulheres, as Comadres e as Garças são movimentos que se entrelaçam, que não possuem divisão, sobretudo, porque está tudo lig, com os mesmos membros participes das distintas, porém orgânicas, frentes.

Quanto ao papel assumido por Rossana e Rayssa, como lideranças comunitárias do Porto do Capim, Pablo Honorato, gestor administrativo do projeto Museu do Patrimônio Vivo, declara:

A atuação delas é exemplar para muitos outros movimentos. Elas demonstram força, coerência, com posições afirmativas, e ao mesmo tempo abrem espaço para outras vozes da comunidade. Estão na linha de frente, evidentemente por essa postura que demonstram, mas não se colocam como as principais protagonistas, há um esforço de multiplicar esse papel, de dar espaço, de compartilhar as vozes, de forma que elas apresentam características de verdadeiras lideranças, principalmente Rossana. Eu me arrisco a dizer que Rossana já está em um grau de amadurecimento como liderança comunitária muito elevado, e Rayssa está em um processo de formação nesse sentido, porém muito rápido e acertado. (HONORATO, Pablo, 2019)³⁹.

No aspecto empreendedorístico cultural, com o negócio comercial em funcionamento e ampliação - Ateliê Ibeji, Rayssa (18/03/2019) e Rossana (07/03/2019) menciona que o Programa Bolsa Família, foi um dos propulsores. Tendo em conta que Chilica (em que as gêmeas se referem como Mainha), trabalhava como faxineira, ora com serviço, ora sem, e que assim, foi preciso que ambas trabalhassem desde muito nova,

³⁸ Rayssa Holanda, em entrevista para essa pesquisa em 19 de agosto de 2019.

³⁹ Pablo Honorato, em entrevista para pesquisa, em 23 de março de 2019.

diante da necessidade de salário para sobrevivência, em que pesava para se manterem em empregos que exigiam muitas horas de dedicação, por uma baixa remuneração. E que quando Chilica passou a receber benefício do PBF, ela conseguiu organizar as contas básicas, a juntar um “dinheirinho” para montar o próprio negócio – que de início era um carrinho com vendas de lanches (Sanduíches diversos), dentro da comunidade. E que ao expandir o negócio, elas começaram a trabalhar junto com a mãe, também, em que se estimularam e se organizaram para ser micro - empresárias e montar seu próprio negócio.

Eu tenho uma recordação que mainha começou a se organizar mesmo (porque tinha tempos que ela trabalhava, e tempos que não), foi quando ela começou a receber o Bolsa Escola; o Bolsa Gás e depois o Bolsa Família. (HOLANDA, 2019 B).⁴⁰

De acordo com Pires e Jardim (2014), O Programa Bolsa Família, foi responsável por alterar a dinâmica financeira de famílias (beneficiadas), propiciou para uma larga parcela da população brasileira, a primeira experiência de recebimento de renda regular e, por conseguinte, a entrada no mercado de consumo. Embora não tomando uma configuração, em termos sociológicos, como uma nova classe social, ou ascensão à classe média.

Desta forma verificamos que os projetos sociais, promovidos pela sociedade civil, em que Rayssa e Rossana tiveram oportunidade de participar, somado ao aproveitamento de ambas, de todas as boas oportunidades que lhes apareciam, ainda, já quando adolescentes e jovens, o recebimento de complemento de renda e de estrutura através de Programas sociais do governo, atribuído de suas vocações, lhes conferem a possibilidade da formação do “patrimônio de disposições” (LAHIRE, 1998) das duas, além da formação cidadã política, para ocupar “o lugar de fala” e representar politicamente como lideranças comunitárias. No próximo item, será trazida a percepção nativa sobre o “Fantasma da Remoção”, advindo da relação pouco dialógica por parte da PMJP com a Comunidade do Porto do Capim, para implantação do projeto de “Revitalização do Centro Histórico”. E faz-se uma leitura de algumas perspectivas sociológicas para entender sobre forças opressoras, encarnado também em mulheres, sobre mulheres, percebido nessa pesquisa, na reunião do dia vinte um de março, na Praça XV de novembro.

⁴⁰ Rossana Holanda, em entrevista para essa pesquisa, em 4 de março de 2019.

CAP. II O “FATASMA” DA REMOÇÃO



Foto 29: Ativistas da Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim (2019)
Fonte: Porto do Capim em Ação

Ala Ursa quer,
Se não der... 4x

Ala Ursa quer respeito se liga prefeito,
Nós queremos ser ouvidos,
Que situação...
Há anos um fantasma ronda nossas casas,
Que conversa é essa de relocação?
Ala Ursa quer?
Respeito!
Ala Ursa quer?
Posto de saúde!
Ala Ursa quer?
Coleta de lixo!
Ala Ursa quer?
Tomar banho de rio!

É eeee índio quer respeito se não der....
O pau vai...

Compositor:
Erick de Almeida

2.1 O “FANTASMA” DA REMOÇÃO

Na manhã de dois de agosto de 2019, uma sexta-feira, a Praça XV de Novembro, em João Pessoa, estiveram reunidos moradores e sociedade civil para um café da manhã, a celebrar mais uma etapa no processo de defesa do território do Porto do Capim, organizado pela Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim – AMPC, junto ao Coletivo Garças do Sanhauá, e Comissão Porto do Capim Em Ação. O motivo da comemoração era devido ao fato, do Ministério Público Federal (MPF) ter ajuizado uma ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) aplicasse a paralisação das obras do Parque Ecológico Sanhauá, na área onde está situada a comunidade do Porto do Capim, incluída Praça XV e Vila Nassau, no bairro Varadouro, no Centro Histórico da cidade. Tendo juntado a ação, o pedido de fixação de multa diária no valor de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais) para caso de descumprimento da determinação judicial, além de outras medidas porventura necessárias ao cumprimento da decisão proferida. (MPF move ação para que Prefeitura de João Pessoa (PB) paralise obras no Porto do Capim, seção de notícias página virtual do Ministério Público Federal, 1 de agosto de 2019)⁴¹.

No café da manhã, crianças, mulheres, senhoras evangélicas, católicas, juremeiros, e as que não seguem nenhuma doutrina religiosa, como Rayssa e Rossana, homens jovens e senhores como o Senhor Alagoas - que se apresentou a mim e a minha filha Glória Tereza (que me acompanhou muitos dias no campo), pelo seu nome de registro – João Firmino e contou que jura na “pedra rocha⁴²” que a comunidade do Porto do Capim é um dos melhores lugares para se morar. Entre pingos de chuva, calor fraterno, comida fresca - como tapioca, bolo de milho, bolo de chocolate, suco de Seriguela e de goiaba, frutas, sanduíches e com sentimento externado de gratidão, estavam os moradores reunidos, relembando o processo de resistência da comunidade. Batucaram e cantaram as músicas “Ala Ursa Quer” e “Pare, Olhe, Escute, Aqui Tem Gente” com jovens e crianças do projeto social que atua no Porto do Capim “Subindo a Ladeira”; que trabalha a história da Paraíba e educação patrimonial através da arte; e que foram compostas em 2013, com o músico e

⁴¹ (fonte: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-move-acao-para-que-prefeitura-de-joao-pessoa-paralise-obras-no-porto-do-capim/view>).

⁴² Pelo que entendi do senhor João Firmino, alagoano lúcido residente há mais de 50 anos na Vila Nassau, que tem pele curtida de Sol, com seus 87 anos de idade – que jurar na “pedra rocha” é de deixar gravada, sua palavra, em um local duradouro, para história, de maneira exposta.

facilitador Erick de Almeida, junto às crianças, por um processo de atividades com conversas e palavras geradoras, no qual levantaram-se demandas pelos participantes, como: “Quer Posto de Saúde”, “Quer Tomar Banho de Rio” para composição da letra “Ala Ursa Quer”, e foi criado por eles, na aula de teatro - a personagem “Fantasma da Remoção” (ALMEIDA, Erick, 2019).⁴³

Nesse dia de agosto, a comunidade peregrinou com batida de zabumba, triângulo e cantoria pelas ruas da comunidade – quando muitos saíam de suas casas sorrindo para contemplar o movimento. E motivado pela ativista da comunidade, de reminiscência indígena Potiguara, de Rio Tinto, boleira e fiteira⁴⁴ - Sueely Potira. Foi mudado o curso da caminhada, que ao invés de descer a ladeira do Hotel Globo, passaram em frente ao Iphan, em que fizeram barulho, ergueram faixas, manifestaram em seus corpos repúdio e depois retornaram para Praça XV, acompanhados por umas cinco crianças, incluindo Jadson, sobrinho de Rayssa e Rossana e da cadela com nome de Morena; da ativista Odaci (moradora a 50 anos da Vila Nassau), canino que minha filha se afeiçãoou e queria a todo custo levar para casa.



Foto 30: Rossana puxando o início do batuque (02/08/2019)

Autora: Natalia Freire Moura

⁴³ Erick Almeida concedeu informações para essa pesquisa, via Whatsapp, em agosto de 2019.

⁴⁴ Fiteiro é algo comum em João Pessoa, trata-se de uma pequena banca comercial privada, situada nos bairros, para venda de bolos, doces, frutas, bombons, água, refrigerante, e até produtos de limpeza. (fonte: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/muitoprazer/2011/10/07/noticiasmuitoprazer,2310979/o-charme-nordestino.shtml>)



Foto 31: Manifestação em frente ao IPHAN (02/08/2019)
Autoria: Natalia Freire Moura



Foto 32: Adriana da Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC). Manifestação em frente ao IPHAN (02/08/2019) Autoria: Natalia Freire Moura

Ao que se vive hoje (percebido nessa pesquisa em trabalho de campo), no imaginário das crianças e moradores do Porto do Capim, como um “Fantasma da Remoção”, advém de um processo histórico, iniciado de um arrebato político de ‘reabilitar e valorizar’ o “Centro Histórico”, a partir do início de 1987. Sob o argumento defendido por movimento de intelectuais e artistas, de que a cidade de João Pessoa fazia parte do antigo Império da União Ibérica, na época de suas edificações de casarios do

Varadouro (atualmente tombado como Patrimônio Cultural do Brasil)⁴⁵ – em tempos que se presenciava uma efervescência portuária e comercial. (Braga e Moraes, p.28, 2016).

Somado aos esforços do então Ministro da Cultura, Celso Furtado (Paraibano e Economista), foi pactuado o convênio de Cooperação Internacional, entre os governos do Brasil – através dos Ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; da Espanha - pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI); e pelo Governo do Estado da Paraíba – por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP e Prefeitura Municipal de João Pessoa. (Silva, 2016, p. 98-99).

A pesquisadora Sonia Gonzalez, em entrevista para outra pesquisadora, Regina Celly (29/01/2012), relata como se deu a iniciativa por parte do então Ministro da Cultura, Celso Furtado, ao Convênio com Espanha, para recuperação do Centro Histórico de João Pessoa:

Celso Furtado, em visita à Paraíba, soube do estado de abandono em que se encontrava seu Centro Histórico. A preocupação veio do Ministro da Cultura, que a época era Celso Furtado, paraibano, e que tinha conhecimento de um programa que a Espanha começava a desenvolver junto com os países que ela colonizou, em comemoração aos 500 anos do descobrimento das Américas. (...) Consciente do processo de degradação que se encontrava o Centro Histórico de João Pessoa, (...) preocupado com a cultura, com a visão do que estava se perdendo aqui, trouxe esse programa para cá e daí deu início a esse processo de revitalização. (SILVA, 2016, p. 99).

Após confluências de interesses por partes dos governos, aos 13 de abril de 1987, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Dada a importância por parte do Governo Espanhol, expressado pela porta voz, então Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Francisco Fernandez Ordonez em 7 maio de 1987, que o convênio procedia a recuperar as raízes culturais comuns (em que necessitava de um estudo para verificação dessas raízes culturais comuns), a constituir um caminho de informações, entendimento e conhecimento

⁴⁵ João Pessoa, capital da Paraíba, teve seu centro histórico tombado pelo Iphan, em 2009. O tombamento abrange 502 edificações, a maior parte dos bairros do Varadouro (Cidade Baixa) e Cidade Alta, em uma área de 370 mil m², em 25 ruas e seis praças, bem como o antigo Porto do Capim, local de fundação da cidade. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/>

recíprocos, ao trabalho de resgate e valorização do patrimônio edificado e urbanizado da Ibera – América, com reconhecidas e importantes características. (Silva, p. 99, 2016).

Em que pese já se percebia um prenúncio de vontade de intervir no Centro Histórico, no ano de 1982, representada pelo decreto de nº. 9.484, de 13 de maio de 1982⁴⁶, assinado pelo então governador do Estado da Paraíba - Tarcísio De Miranda Burity, que delimita o território “centro histórico inicial de João Pessoa”, sob área de jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP⁴⁷, com o discurso de “proteger” as margens do Rio Sanhauá “até encontrar a Rua Porto do Capim com a Rua Frei Vital”. Podendo desde então, ainda antes de 1987, ter o prenúncio da ameaça de remoção da comunidade de seu lugar ribeirinho. (BRAGA; MORAES, 2016, p. 22).

Com respaldo financeiro do Convênio Brasil/Espanha, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, mediante o Decreto Estadual nº 12.339 (1987). Do qual indicou uma área menor, para realização das primeiras intervenções, passando a equipe técnica a operar em 117 hectares do núcleo tombado, pelo órgão competente da esfera governamental estadual. Tendo como base, o registro do séc. XIX, da cidade, respectivo a planta de 1855. Feito estudos de tipologia, inventário das áreas e produção de diretrizes para as intervenções, resultando no primeiro Projeto de Revitalização, dividido em 26 etapas, para área do Centro Histórico (Silva, 2016 p. 43-44).

⁴⁶ O Centro Histórico Inicial de João Pessoa fica delimitado pelas seguintes artérias: Av. Gouveia da Nóbrega, Av. Dom Vital, Rua Borges da Fonseca, Rua João M. Almeida, Rua da Saudade, Rua Monsenhor José Coutinho, Rua 19 de Março, Rua Perílio de Oliveira, Rua Frei Caneca, Rua Santa Rita, Rua Conceição Cabral, Espaço aberto da ZEP2 - contornando a penitenciária Modelo, na parte que faz frente para a ZEP2, pegando a direita na bifurcação existente, até encontrar o limite entre a ZEP2 e ZER, a delimitação continua pela ZEP2 até encontrar a Av. Desembargador Boto de Menezes -, Av. Desembargador Boto de Menezes, Av. Princesa Isabel, Av. D. Pedro II, Rua Rodrigues de Carvalho, Rua Marechal Almeida Barreto, Rua Diogo Velho, Rua Gal. Antônio Soares, Av. Monsenhor Almeida, Av. Aderbal Piragibe, Av. 12 de Outubro, Rua das Trincheiras, Av. Saturnino de Brito, Av. Rodrigues Chaves, Rua Índio Piragibe, Rua João Tavares, onde a linha limítrofe corta a quadra entre a rua João Tavares e Rua Frei Miguelino, Rua Sebastião Oliveira, continuando a linha limítrofe, margeando o Rio Sanhauá até encontrar a Rua Porto do Capim com a Rua Frei Vital, Rua Frei Vital, Rua Silva Ramos, Rua Anísio Salatiel e Av. Gouveia Nóbrega, ficando esta área sob jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP

⁴⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, fundada aos 31 de março de 1971, por meio do instrumento legal em forma de Decreto – Lei nº 5.255, a servir no sentido de preservar os bens culturais, artísticos e históricos do Estado da Paraíba, que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, executou iniciativas de proteção, como primeiras tentativas, de um sítio urbano de valor histórico em João Pessoa, resultante do Plano Diretor de João Pessoa, desenvolvido no ano de 1975, onde foi apresentada a primeira definição de uma poligonal de preservação para urbe - qualificada como “rigorosa”. (Silva, p. 41, 2016).

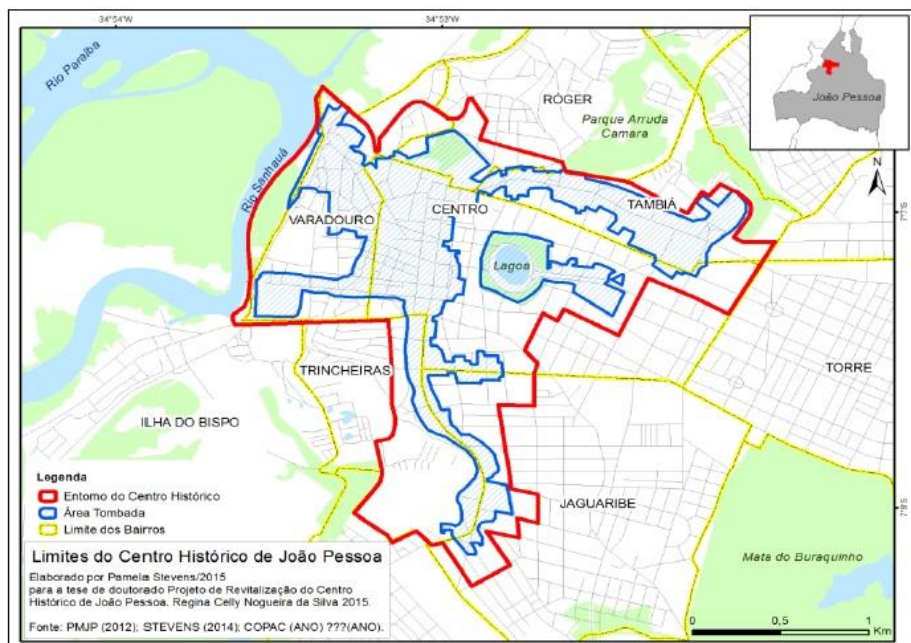


Figura 3: Limites do Centro Histórico de João Pessoa

Fonte: Tese “A Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: Uma Estratégia para Reprodução do Capital”. Universidade de São Paulo – USP. Regina Celly Nogueira da Silva, p. 44, 2016).

Em entrevista fornecida para essa pesquisa (24/04/2019), Raglan Rodrigues Gondim – superintendente substituto do IPHAN/PB, diz que o acordo Brasil/Espanha foi um momento muito especial, de muita esperança, de muita alegria e de muita positividade:

No sentido de ter um convênio maravilhoso, com um país europeu que desaguaria aqui, não só toda essa experiência técnica na área de preservação urbana, paisagística, mas também, com aporte de recursos. E então teve a formação da comissão também, que foi um momento muito especial, com IPHAN, IPHAEP, Governo do Estado, que juntos formaram uma equipe técnica, e trabalharam com a Universidade, mais um grupo de técnicos da Espanha e iniciaram os trabalhos (RODRIGUES, Raglan, 2019).

Raglan Gondim, arquiteto e paisagista trabalha no IPHAN desde o ano de 2010, permanecendo dos anos 2000 a 2010 como técnico no IPHAEP. Atualmente é Superintendente substituto do IPHAN, cujo cargo efetivo é Chefe de Divisão Técnica, atuando seis anos e meio no IPHAN do Piauí. No início do processo do Porto do Capim (décadas de 80 e 90) foi estagiário do IPHAN, quando ainda pertencia a regional de

Pernambuco, e posteriormente, enquanto vice - presidente do IAB⁴⁸ Paraíba, e membro do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC⁴⁹. Assim, no início do processo do Porto do Capim, desde a intervenção da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, ele diz ter acompanhado como um observador.

Contudo, o superintendente substituto do IPHAN PB narra um resumo referente à tramitação aos estudos, projetos e intervenções para “revitalização” do Centro Histórico, que diz: A recuperação do Centro Histórico era uma série de intervenções urbanas, desde a Cidade Alta, que pegava Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, as Ruas Duque de Caxias, General Osório, com recuperação de todas as igrejas. Teve intervenção na Igreja São Bento, Igreja de São Francisco, na Casa da Pólvora. Com o recurso, respectivo a moeda de hoje, o quase meio milhão de reais, subsidiado pela Espanha, foi propiciada uma série de intervenções. O que se conhece hoje, em termos de desenho na Praça do Carmo, Praça Rio Branco, Praça São Francisco, a conformação da Igreja São Bento, a Biblioteca Municipal, a conformação da São Francisco, Casa da Pólvora. Sendo todas essas ações operadas a partir da Comissão do Centro Histórico⁵⁰ e para, além disso, por meio do enorme e exaustivo trabalho de inventário. Pois de início não se tinha nada, foi necessário produzir um largo inventário de todos os imóveis, com uma extensa equipe. Sendo na visão da época, inventários sobre os imóveis, e não das tradições, pois o viés do Convênio com a Espanha compreendia Patrimônio cultural material, tendo em vista, a qualificação do espaço urbano. Tendo o IPHAN um papel efetivo, em que fornecia aporte técnico, físico e

48 “O Instituto de Arquitetos do Brasil IAB é entidade de livre associação de arquitetos e urbanistas brasileiros, que se dedica a temas de interesse do arquiteto, da cultura arquitetônica e de suas relações com a sociedade. Fundado no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1921, o IAB é a mais antiga das entidades brasileiras dedicadas à arquitetura, ao urbanismo e ao exercício da profissão. O IAB não tem fins lucrativos e seus dirigentes não são remunerados.” Fonte: <http://iab.org.br/quem-somos>

49 O Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, instituído e composto nos termos da lei 5.357, de 16 de janeiro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº14.569, de 10 de julho de 1992 é órgão colegiado de orientação e deliberação superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Fonte: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/08/COMPEC.pdf>

50 Em 1978, o Decreto nº 7.651 tornou o IPHAEP, órgão com autonomia administrativa e inanceira, para executar e custear os planos, programas e projetos afetos, bem como administrar e contabilizar. Em 1987, através do Decreto nº 12.239 (1987), foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico do Município de João Pessoa, vinculada à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1992, o Decreto nº 14.569 aprovou o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, subordinado à Secretaria da Educação e Cultura, como órgão responsável pelo cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba. Fonte: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/04/JORNAL-NOVO-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-1%C2%AA-EDI%C3%87%C3%83O.pdf>

até de recursos e operacional, também, para Comissão. “O IPHAN foi uma importante instituição neste processo” (GONDIM, 2019). Sendo possível a partir da produção cartográfica e dos inventários, a realização de intervenções para outro rumo. Despontado como uma das ações de prevenção, a assistência em arqueologia, iniciado nesse momento o trabalho com a arqueologia, dentro da cidade de João Pessoa, nas diversas instâncias, em diversas frentes. Assim, com todas as intervenções feitas no período da Comissão, capitaneadas por processos arqueológicos antecedentes, vinda de uma exigência da própria estrutura da Comissão em si, que não era representada apenas por uma entidade e sim um pool⁵¹ de entidades, de um corpo técnico que trabalhava em consonância com outro corpo técnico – europeu espanhol.

“Dessa conjunção de técnica, de experiências, e de troca de experiências, gera esses procedimentos. Isso foi muito bom. Nesse período da Comissão aconteceu algo muito interessante - houve uma provocação externo da Universidade, mas que adentra o meio acadêmico e me parece que causa um turbilhão de inquietações, ideias latentes (intra) acadêmicas, que não tinham caído mundo a fora; fora de suas fronteiras, digamos assim, e que desperta várias ações de pesquisa. Posso estar equivocado, mas acho que é nesse período que a Academia, nos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo, História e outros, começam a ter uma visão mais precisa, concreta, social também, de todos os processos de criação e evolução da cidade. Principalmente em relação ao Centro Histórico da cidade. O volume de pesquisas que aconteceram via Universidade geraram uma capacidade de se ver de uma forma concisa e precisa esse processo de evolução.” (GONDIM, 2019)⁵².

Na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa tinham técnicos remunerados e representantes de órgãos como: Belina (arquiteta), Eliane (arquiteta), Cleber (advogado), que representavam o IPHAN. Claudio (contratado pela Comissão), Sonia Gonçales e Rosângela (três arquitetos pela prefeitura). Gilberto Guedes (IPHAEP), e Nai Caju e Eurípedes - pelo SUDEMA. (GONDIM, 2019).

Ao falar da atuação do Iphan PB, no Porto do Capim, o Superintendente substituto menciona que á partir dos anos 2000, a autarquia começa a ter um olhar para bens imateriais e em 2004 com mais intensificação, do qual realizou uma série de identificações na comunidade, no que concerne; representantes da comunidade; manifestações culturais,

⁵¹ Termo em inglês que tem um significado semelhante ao do pôster. Agrupamento voluntário de um grupo de empresas que, embora mantendo a sua personalidade jurídica própria, desenvolvem uma política comercial comum, a fim de restringir a concorrência e aumentar os seus lucros. Fonte: La Gran Enciclopedia de Economía. <http://www.economia48.com/spa/d/pool/pool.htm>

⁵² Em entrevista para essa pesquisa em 24 de abril de 2019.

culminado na exposição "Memórias Ribeirinhas"⁵³. Na perspectiva de Raglan, o viés hoje de intervenção do Centro Histórico, em todo Brasil, não se restringindo a João Pessoa, visam à requalificação e a reabilitação desses Centros, com foco principal - dar condições para que os bairros antigos, centrais, tenham acima de tudo, qualidade de vida. Em que especifica essa qualidade de vida como conectada com o restante da cidade, aliada a uma discussão de mobilidade urbana, que rompe fronteiras até então presentes na construção da preservação do Patrimônio no Brasil, criado para os Centros Antigos; como algo parecido com um "arredoma imaginário" de lugares totalmente especiais, raros, de muito cuidado, de muita burocracia, que fez por isolar essas áreas das demais áreas da cidade, gerando problemas, sendo talvez o principal deles, o abandono político dessas áreas, que justifica ser a temática de patrimônio e de restauração, e tudo que envolve Centro Histórico, ser visto como um processo de muita dificuldade. Diz que as atenções políticas foram migradas para outras partes da cidade, que se tem a possibilidade de viabilizar de maneira mais ágil, ora com tensões corretas, ora com tensões obtusas, mas que de certa forma, livres de "grilhões"⁵⁴ técnicos, ficando submetidos apenas a "grilhões" que eles mesmos criam e que podem atrasar um processo de interesse econômico. A resultar na consequência do abandono político, econômico, que deflagra uma série de problemas sociais, vinculadas a qualidade de vida dos habitantes desses Centros - transitórios ou não, como também, a desocupação de edifícios históricos e depreciação do acervo material:

“aí surge um arcabouço de problemas que aparecem decorrentes disso. Então tem problemas sociais marginalizados, no sentido geográfico (á margem desses interesses) e assim tem toda uma situação de degradação, e por outro lado tem resistências - em suas várias vertentes.” (GONDIM, 2019).

O arquiteto conclui a entrevista, em que diz estar saturado da situação de não resolução entre a PMJP e a comunidade no Porto do Capim, no qual, ele aponta que a morosidade do processo abre oportunidades de pessoas de fora ocuparem espaços vazios, como o ocorrido no antigo Curtume, deixando moradores antigos, que permanecem no

⁵³ “Memórias Ribeirinhas” é um projeto realizado em parceria com a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC – JP), entre os anos de 2009 e 2011, com atividades desenvolvidas junto a comunidades de Porto do Capim e Vila Nassau. Mantinha interface com o Programa de Educação Patrimonial “João Pessoa, Minha cidade”, cujo objetivo era desenvolver ações educativas com os alunos que estudavam e residiam no Centro Histórico de João Pessoa, tendo sido realizadas três atividades principais: registro audiovisual com os moradores mais antigos das comunidades; oficina “Percepção do Olhar” com crianças e jovens; e a produção do documentário e exposição “Memórias Ribeirinhas : Porto do Capim”.

⁵⁴ Raglan menciona Grilhões como uma algo que provoca empecilho, a dificultar o andamento de um processo.

local por gerações, perca espaço na dimensão da tradicionalidade, podendo fortalecer o discurso de grupos que os queiram realocá-los, inclusive, a considerar, que alguns dos ocupantes que chegaram após o ano de 2014, trouxeram junto, a prática do comércio ilegal – em que indica ser uma ameaça à segurança da comunidade. E sugere que o ideal para o problema do Porto do Capim, é a abertura de uma ampla chamada pública com edital de concurso, para inscrição de empresas com e sem fins econômicos, nacional e internacional realizar uma proposta de projeto, a incluir tecnologias sociais.

O Centro Histórico de João Pessoa é uma área que abriga em seu repertório, memórias de um local onde secularmente, por mais de 400 anos teve concentrado uma dinâmica na vida econômica, social, política e religiosa da cidade. Tendo seu conjunto urbano, organizado em torno de dois núcleos históricos: Cidade Baixa, ou Varadouro, e Cidade Alta. (SILVA, 2016, p. 41).

No Relatório Técnico Multidisciplinar⁵⁵ (2015), resultante da pesquisa produzida pelo projeto *Abrace o Porto do Capim*, propiciada pela Pró Reitoria de Extensão – PROEXT, em parceria com Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim, foi verificada e questionada a ausência de interesse; de dados e referências significativas da dimensão histórica da comunidade do Porto do Capim, inclusive quanto às suas tradições, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa. E sugerem que essa ausência traduz um indicativo, da forma como o poder público municipal entende a “coisa pública” (governança e o que compreende os direitos dos cidadãos), e dos seus procedimentos nas intervenções nos espaços da urbe.

Vale lembrar que desde o acordo Brasil/ Espanha para “Revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa (1987), o projeto moveu-se pela governança de nove prefeitos filiados a partidos políticos de caráter ideológico heterogêneo, e também, elegidos por diferentes cenários.

Sendo caracterizado o Porto do Capim, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa, como local que foi importante para formação da cidade e do estado, testemunho de uma economia próspera em tempos passados, habitado posteriormente com aglomeração ao redor. Sem ser reconhecido pela gestão – o seu povo.

⁵⁵ A equipe técnica do Relatório Técnico Multidisciplinar do projeto *Abrace o Porto do Capim* era formado por: Acácio José Lopes Catarino; Hugo Belarmino de Moraes; Maria Araci Farias Silva; e Regina Célia Gonçalves.

Segundo o Procedimento Preparatório de Referência: PP nº 1.24.000.001117/2015-16, Volume IV, iniciado pela p. 168, sob o assunto - Requalificação da Comunidade Porto do Capim, localizada no Centro Histórico de João Pessoa (PB) ⁵⁶. A Superintendência do IPHAN Paraíba, em resposta ao ofício nº 3542/2015/PR/PB/PRDC, a pedido do Ministério Público Federal, representado pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. José Godoy Bezerra de Souza - O mesmo procurador chamado por Odaci (membro da Associação das Mulheres da Comunidade do Porto do Capim e moradora a 50 anos da Vila Nassau) e reconhecido pelas demais mulheres da ASMPC; de “Nosso Cowboy”, colocado o procurador pela comunidade, que tem este uma relação de empatia recíproca com os moradores - o lugar simbólico de um bravo vaqueiro em defesa do povo. Traz averiguações e ponderações quanto à documentação de pesquisa enviada pelo PROEXT/UFPB, no tocante ao programa de extensão com título: “Requalificação Urbana Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, locado no Bairro Varadouro em João Pessoa – PB”; subdividido em cinco tópicos de pesquisa: requalificação urbana e arquitetônica; requalificação ambiental; memória e documentação; educação patrimonial e ensino de história; e assessoria jurídica popular. Utilizado para análise, os materiais entregues ao IPHAN PB que constam: Fase n. 01, relatório técnico com informações complementares e anexos; volume n. 01. 01, que trata do levantamento da área; volume n. 01.02, continuação do levantamento da área; volume n. 02 sobre a cartografia desejada da área.

Teve emitido pela autarquia federal, a análise técnica assinada pelo arquiteto Raglan Gondim e pelo arquiteto Cláudio Nogueira, esse último, servidor técnico concursado do IPHAN PB, que na época (2014), ocupava o lugar de Superintendente do escritório IPHAN PB.

Cláudio Nogueira é importante ser citado, pois durante meu estágio como Cientista Social do IPHAN PB (2018-2019), ele representava para mim, pelas falas de alguns funcionários da autarquia (que reconhecem o Porto do Capim como comunidade ribeirinha e são veemente contra a postura autoritária da PMJP perante a comunidade do PC), como o próprio “Fantasma da Remoção” encarnado, onde foi possível verificar uma divisão de visões e forças na instituição, decorrente de disputas internas sobre o projeto Porto do Capim, que um lado defende requalificação com inclusão dos moradores; e de outro lado

⁵⁶ Do Inquérito Civil MPF nº 1.24.000.000390/2008-96 - Invasões ocorridas na área ocupada pelo Antigo Porto do Capim

galga uma implantação de “revitalização”, como empreendimento turístico, sem a inclusão dos moradores e logo sem as tradições e cultura da população local, sendo a última, nomeada pela população (apropriados já de termos acadêmicos), como projeto “eugenista”⁵⁷, de “gentrificação”⁵⁸. Assim como foi possível presenciar, o nome de Claudio Nogueira associado por Rayssa e Rossana, e por participantes da AMPC, nos vários encontros de mobilização da comunidade, como a pessoa do IPHAN PB, idealizadora do projeto macabro de “gentrificação” do Porto do Capim.

Nesse processo denso e longo de estudos multidisciplinar qualitativo e quantitativo, realizado por professores da Universidade Federal da Paraíba, junto a estudantes universitários, pesquisadores científicos, com a participação da percepção dos moradores da comunidade do Porto do Capim, que compreende (Vila Nassau, Praça XV de Novembro, Frei Vital, Curtume e Porto do Capim) e também de técnicos do IPHAN, reunidos no “Relatório de Violação aos Direitos Humanos no Processo de Implantação do PAC⁵⁹ – Cidades Históricas e PAC – Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim”, Claudio Nogueira emitiu um parecer que não reconhece os aspectos metodológicos qualitativos utilizados na pesquisa, caracteriza o projeto “Memórias Ribeirinhas” realizado junto ao IPHAN, apenas como de caráter educacional patrimonial; ignorando as referências identificadas como potencial, para explorar outros estudos e até efetivar uma possível abertura de processo de Salvaguarda a Comunidade do Porto do Capim, no Livro de lugar, como Patrimônio Cultural Nacional Imaterial; declina as proposições expostas no dossiê

⁵⁷ “Eugenia é um termo que veio do grego e significa ‘bem nascido’. “A eugenia surgiu para validar a segregação hierárquica”, explica a pesquisadora Pietra Diwan, autora do livro “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo”. A ideia foi disseminada por Francis Galton, responsável por criar o termo, em 1883. Ele imaginava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin (seu primo) – também se aplicava aos seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos”. Fonte: <https://www.vix.com/pt/ciencia/547185/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar>

⁵⁸ O vocábulo “gentrificação” é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora descreveu e analisou determinadas mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural.

O contexto histórico específico para que certos segmentos intelectuais e a sociologia/ antropologia urbana tenham se interessado em nomear e classificar algo como gentrificação foi a segunda metade do século XX. Na Europa, conforme estudos de Jean-Yves Authier (2001) e Catherine Bidou-Zachariasen (2003), os processos de intervenção urbana em bairros antigos vêm ocorrendo desde a década de 1970 (...). Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>

⁵⁹ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

para Requalificação das Áreas do Porto do Capim e Vila Nassau, indicando que a intervenção depende de alterações de legislações nos aspectos ambientais de incidência em nível nacional, que a transforma numa reflexão teórica e conceitual, e que assim o IPHAN não tem competência da adoção institucional. Não considera elegível o foco na problemática habitacional das comunidades da área do Porto do Capim ao PAC Cidades⁶⁰ Históricas, com argumento que esta financia exclusivamente a requalificação de espaços públicos e imóveis de uso público de reconhecido valor cultural e protegido em nível federal. Desta forma, verifica-se que Cláudio não identifica os valores culturais da comunidade, o que acarretou ao Porto do Capim não receber valimento para reconhecimento (da imaterialidade) e tombamento (da materialidade), para uma possível projeção financeira de investimento, com um projeto em que integra os moradores da comunidade. Menciona que a metodologia utilizada pela UFPB, por meio do PROEXT é de vanguarda, no entanto, que precisa estabelecer diálogo com os bens tombados. Reclama o não diálogo da proposta apresentada pela UFPB, com os bens tombados, exemplificando que nos documentos apresentados, o IPHAN aparece com a competência institucional relacionada apenas a fase executiva dos imóveis da Alfândega, Superintendência da Alfândega e Fábrica de Gelo. E indica que a competência abrange toda a região, com todos os seus componentes edificados, que sejam antigos, novos ou ainda por construir. Sobreleva resquícios materiais, como um sinalizador náutico e um canhão do período colonial utilizados como cabeço de amarração para os navios, que indica a possibilidade do antigo cais do Porto do Capim estar subjacente às habitações. Menciona outras estruturas portuárias, como o atracadouro de Samuel Galvão e as estruturas do inacabado Porto do Varadouro, mandado construir pelo então presidente Eptácio Pessoa (ambas na Vila Nassau). Enfatiza que a metodologia da pesquisa tem caráter empírico, sem valimento técnico. Indica inoperância da proposta, que incorre aos documentos, como necessários ao Ministério das Cidades, para usufruir dos Programas Minha Casa Minha Vida⁶¹ e PAC

⁶⁰ O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>>. Acesso em 04 out. 2013.

⁶¹ “Para dar sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no Brasil, o governo federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com ênfase no segmento social com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00. O programa contribui para reduzir o déficit habitacional do país e atua para garantir o patrimônio financeiro para as gerações futuras dessas famílias. Em dezembro de 2014, o Minha Casa Minha Vida atingiu a meta proposta para o período 2011-2014, de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias em 5.239 municípios, alcançando o desafio de prover moradia para essa parcela da

Sanhauá (coordenado pelo Ministério das Cidades), e o PAC Cidades Históricas⁶² (Coordenado pelo então Ministério da Cultura/IPHAN).

Neste mesmo ano (2014), Rossana Holanda integrada com sua comunidade, já assumia uma posição de liderança comunitária em que vocalizava o potencial da tradicionalidade ribeirinha, a efervescência cultural localizada - com um calendário ativo do território e abertura dos moradores ao diálogo com os órgãos públicos, para construção de um projeto participativo e sustentável ao Porto do Capim.

Querem que a comunidade seja destruída para algo que não vai favorecer nem os moradores, e nem o meio ambiente. Para trazer cultura, não precisa tirar os moradores daqui. Inclusive a comissão do Porto do Capim, montou um calendário cultural fortalecendo as atividades já existentes, que é o carnaval, o São João, o 5 de agosto (que foi quando a cidade nasceu) - que esse espaço é o berço da cidade de João Pessoa. Então se os moradores forem retirados daqui, essa relação, esses festejos, essa convivência, essa vivência não vai existir. Esse mangue que hoje a comunidade preserva, por consciência mesmo, no projeto da prefeitura, não vai existir. A gente quer a permanência dos moradores aqui na comunidade, quer moradia melhor, saneamento básico. E só tirar de fato as pessoas que realmente precisa - e que seja realocada para uma área próxima da comunidade. Como casas que são dentro do mangue, que são até afetadas quando tem uma maré alta. Eles falam que não é possível trazer saneamento para comunidade - que tecnicamente é impossível. Mas em um projeto de apresentação da instituição IPHAN, na Universidade a gente teve conhecimento desse projeto alternativo, que prevê a permanência dos moradores e mostra que é sim possível fazer uma estação elevatória, para trazer saneamento básico para comunidade. E é bem mais em conta do que a prefeitura prevê para cá " (HOLANDA, 2014 B)⁶³.

Embora, Cláudio Nogueira enquanto Superintendente do IPHAN PB fez menção que o projeto “Memórias Ribeirinhas” tenha sido apenas de caráter educativo patrimonial. Já, na dissertação de Helena Tavares Gonçalves (2014, p.61), o projeto “Memórias Ribeirinhas” é apresentado, como um instrumento mobilizador e também para despertar o olhar dos agentes (IPHAN/PB) que participaram de todo o processo, assim como dos

população”. Fonte: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/minha-casa-minha-vida>

⁶² O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Para atender às cidades que possuem bens tombados pelo Iphan, há o PAC Cidades Históricas com R\$ 1,6 bilhão destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros. Coube ao Instituto a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada com a cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais.

⁶³ Rossana Holanda, 2014. Entrevista concedida ao Programa televisivo “Pé Na Rua”.

moradores do Porto do Capim, quanto às riquezas e diversidades culturais locais. No qual, técnicos do Iphan/PB foram sensibilizados, após vivências junto aos ribeirinhos, em que extraíram relevantes depoimentos, em que na etapa ulterior, passaram a compreender a relação do território do Porto do Capim, para a manutenção das relações cotidianas ali estabelecidas. Registrado nesse episódio, a manifestação por alguns técnicos do IPHAN PB, o questionamento se haveria realmente a necessidade de realocação de toda comunidade para outra área.

O PAC Sanhauá, vinculado ao Programa de Aceleração de Crescimento⁶⁴, do governo federal, representou um investimento de R\$11,8 milhões, com período de 18 meses previsto para conclusão, na intervenção nas comunidades Porto do Capim, Frei Vital, Praça XV de Novembro, Trapiche e Vila Nassau, em “benefício” de 297 famílias, consideradas moradoras de habitações em condições precárias à margem do rio, com ausência de infraestrutura, submetidas a esgoto exposto, insetos, vulneráveis a doenças. E aplicação da importância na ordem de R\$147.897,19, por meio do Projeto Trabalho Técnico Social (PTTS), realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), com execução durante 27 meses. Lançado em solenidade no bairro Varadouro, no dia 03 de março de 2010, com discurso do então prefeito Ricardo Coutinho, em que disse ser o PAC Vale do Sanhauá, uma obra importante para toda cidade, pelo fato da modificação visual que sofreria um dos pontos turísticos mais visitados da cidade: "Este investimento trará para esses moradores mais geração de renda, com a atividade turística que deverá se intensificar no local". Tinha o projeto, previsão de remanejamento da Comunidade Porto do Capim para unidades habitacionais, a serem construídas em dois terrenos disponibilizados pela Superintendência do Patrimônio da União da Paraíba a 100 e 300 metros da área de origem, do qual, cada apartamento previsto para construção, teria o tamanho de 42,77 m², composta por uma sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. (PAC Vale do Sanhauá beneficia 297 famílias do Varadouro. Jornal da Paraíba, 03 de março de 2010).⁶⁵

⁶⁴ O Governo Lula assumiu compromissos de ação e diretrizes de governo, em que tinha como meta, o crescimento econômico de 5% ao ano entre o período de 2007 a 2010. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) inaugurou o Programa de trabalho do governo aos seus objetivos, dividido em três eixos de infraestrutura: logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária); energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis), e social e urbana (Luz para Todos, saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos) (Silva, 2016, p. 209).

⁶⁵ Fonte: http://www.jornaldaparaiba.com.br/cidades/noticia/37528_pac-vale-do-sanhaua-beneficia-297-familias-do-varadouro. (Acessado em 24 de agosto de 2019).

Na tese de doutorado na área de Geografia, de Regina Celly Nogueira da Silva (2016), no item 3.4, do terceiro capítulo, é narrado o percurso e as tramas do desenvolvimento da implantação do Programa PAC Sanhauá, em que apresenta visões dicotômicas dentro do próprio IPHAN quanto ao tipo de projeto ideal a ser implementado no Porto do Capim, além da relação entrópica entre Prefeitura Municipal de João Pessoa, com a comunidade do Porto do Capim, sobretudo, pelo fato da primeira não escutar as demandas da segunda e propagar uma falsa coesão entre as partes, quanto ao projeto.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa- PMJP vende há tempos, a ideia que seu projeto é de perfil de alto empreendedorismo turístico e de defesa patrimonial cultural e ambiental. Com justificativa que vai promover o resgate entre o rio/cidade, com a transformação do rio, do antigo porto e do Varadouro em importante núcleo turístico do município. Com o Porto do Capim à cidade de João Pessoa, como um espaço consolidado para divulgação e intercâmbios culturais, ao mesmo tempo em que isso visa recuperar sua história, no qual possibilitará transformar o Antigo Porto como protagonista entre outros pontos importantes do Centro Histórico, além, de permitir o uso de seus espaços para eventos, concentrações e contemplação. Gonçalves (p. 46 - 47, 2014, apud, CPDCHJP, p.5, 1997).

De uma tendência estratégica perceptível, poderes públicos nas esferas (municipal, estadual e federal) adotaram, em especial nas décadas 1980, 1990 e 2000, nas cidades brasileiras, de querer realizar os três “R” - revitalização/requalificação/reabilitação de centros históricos e bairros antigos, com respaldos técnicos (como conhecimento mais legítimo) de arquitetos e urbanistas. (BRAGA; MORAES, 2016, p. 23).

Contextualizado esse fato nacional e internacional, pela arquiteta e socióloga Jovanka Scocuglia:



Prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, recebendo ofício da Comissão de Mulheres do Porto do Capim, solicitando audiência entre prefeitura e moradores
Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação, 2013.

Foto 33: Ofício da AMPC a PMJP (2013)

Fonte: Regina Celly, 2016, p. 238.

[...] nos últimos anos, cidades de diferentes países e de diversas regiões do Brasil propuseram intervenções em seus centros antigos visando à reabilitação de seu patrimônio cultural. Atente-se para o fato de que nos cinco últimos anos as propostas são mais complexas e articulam projetos de transformação dos usos, do valor do solo e das funções. Apesar de uma crescente visibilidade e suposta valorização de áreas públicas e do patrimônio cultural em centros urbanos, sobretudo a partir da década de 1990, muitos são os impasses, controvérsias e conflitos permanecendo uma exponencial deterioração e segregação sócio-espacial, especialmente nos casos brasileiros. Braga; Moraes (2016, p. 23, apud, Scocuglia, 2010, p.69).

No final da década de 1990, é iniciado o segundo Plano Setorial para restauração e “revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa, sofrendo intervenções: Antigo Hotel Globo (1994), Praça Antenor Navarro (1998), Faixa de Domínio Linha Férrea – 1ª Etapa (2000), Estação Ferroviária (2000), Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (2002), Memorial da Arquitetura Paraibana – Prédio N° 02 (2002) e o Largo e a Ladeira de São Pedro Gonçalves (2002). Com foco na ação de revitalizar o Antigo Porto, previa – se ainda, as seguintes ações: Remoção da Comunidade Porto do Capim - construção de novas unidades habitacionais; Implantação da Praça Porto do Capim; construção de píer flutuante para atracar embarcações turísticas; Restauração e Requalificação dos Edifícios da Antiga Estrutura Portuária: Requalificação dos Espaços Públicos: com a reurbanização da Praça XV de Novembro e das ruas Visconde de Inhaúma, João Suassuna, Porto do Capim e Frei Vital. (fonte: <https://centrohistoricojp.blogspot.com/2012/03/comissao-permanente-de-desenvolvimento.html>)

A gestão do patrimônio cultural de João Pessoa estava em consonância com gestões pertencentes a outros sítios históricos (edificar prédios antigos e não incluir os habitantes de baixa classe social). Em que utilizou o mesmo projeto de revitalização, elaborado em 1997, para ser executado no ano de 2013, através do financiamento do PAC Cidades Históricas. (SILVA, 2014, p. 54).



A - NÚCLEO PORTO DO CAPIM
 01 - Praça Porto do Capim
 02 - Comunidade Porto do Capim
 03 - Rua Maciel Pinheiro
 04 - Convento de São Pedro Gonçalves
 05 - Rua Maciel Pinheiro

B - MANGUE
 06 - Parque Ecológico

C - NÚCLEO MATARAZZO
 07 - Antiga Ponte do Rio Sanhaú
 08 - Antiga Fábrica Matarazzo

Figura4: Área demarcada no Porto do Capim de intervenções pelo PAC – Cidades Históricas (março de 2012). Fonte: <https://centrohistoricojp.blogspot.com/2012>).

Em um cenário de empreendimento da coisa pública em busca de geração de riquezas é percebido um nicho político e econômico, presente também em João Pessoa, assim como em Fortaleza e demais cidades brasileiras, nas décadas de 1990 e 2000, com motivação, organização e execução dos *eventos culturais*. Sendo eleitos bairros antigos e centros históricos como espaços preteridos para apresentações culturais, em que unia concepções contemporâneas de aspectos materiais e imateriais do chamado “patrimônio cultural”, formando uma indústria de bens e serviços no segmento, maioria das vezes - turísticas. (BRAGA; MORAES, 2016, p. 29).



Figura 5: Praça Porto do Capim (1990), do Projeto de Revitalização do Porto do Capim. Fonte: Tavares, 2014, pág. 48, do Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1997.

Entre os anos de 2010 e 2014 foi registrado alteração no regime de ocupação dos imóveis registrado na comunidade do Porto do Capim. O IBGE (2010) registrou o total de 185 moradias nas comunidades da área – sem ter caso de habitação em regime de aluguel. E já no ano de 2014, a empresa ACQUATOOL Consultoria⁶⁶, verificou o universo de 329 habitações existentes, sendo 31% destas – moradias ocupadas em regime de aluguel total ou parcial do imóvel. (Fonte: PP n° 1.24.000.001117/2015-16, Volume IV, Ministério Público Federal).

No mês de setembro de 2016, a Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba fez um relatório de imóveis da União situados na área de abrangência do projeto de requalificação urbana do Porto do Capim, que em suas considerações finais, tendo como base o levantamento realizado pela equipe da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba - SPU/PB trata que o território é composto de imóveis, com variedade de situações dominiais e cadastrais. Sendo de propriedade da União, os situados na área de abrangência do Projeto de Requalificação Urbana do Porto do Capim. Indica a necessidade do registro fundiário e regularização das diversas destinações a serem abarcadas pela futura configuração urbana proposta para a área. Isentando-se a União, de exigências quanto aos procedimentos, onde cita de maneira geral - que será necessário apontar os instrumentos e os meios mais adequados à cessão das áreas onde serão executadas as obras públicas fundamentais à reabilitação pelo órgão competente, ao mesmo tempo, em que reconhece e valida, que será preciso esforços no sentido de promover a desocupação de áreas utilizadas irregularmente e de forma dissonante com os objetivos do projeto. Ressalta que:

Para cada situação dominial e cadastral identificada, seja de irregularidade ou mesmo de regularidade, deverá ser adotado o rito procedimental apropriado, de forma a garantir todo o respaldo jurídico dos atos administrativos, bem como o contraditório e a ampla defesa. A supremacia do interesse público não implica em ignorar possíveis direitos de particulares. (Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba, relatório de imóveis da União situados na área de abrangência do projeto de requalificação urbana do Porto do Capim setembro de 2016).

De forma amena, a SPU expressa que o órgão entende que com a aprovação do citado projeto, será produzido para a área em comento, um mapeamento dos diversos usos

⁶⁶ ACQUATOOL CONSULTORIA S/S LTDA EPP, empresa contratada pela Secretaria Municipal de Habitação Social (SEMHAB) pelo valor de R\$ 1.063.120,00, conforme Registro de Responsabilidade Técnica (RTT) sob responsabilidade do Senhor Jean Cario Fachine Tavares, com vigência entre 27.12.2013 e Término em 22.12.2014 - prazo para elaboração do Projeto. Fonte: PP 1117-2015-16 Anexo 02 Vol 03 – Ministério Público Federal da Paraíba).

e ocupações que deverão ser abrigados no espaço, a relevar o atendimento às múltiplas demandas de interesse público que ali encontram convergência: a inclusão social, com a preservação dos valores culturais; a proteção ambiental, com a oferta de infraestrutura urbana adequada; a conservação do patrimônio edificado, com sua valorização no conjunto da paisagem; a garantia do acesso às áreas de uso comum do povo (às margens do rio). Para toda a população, com o incentivo a atividades de lazer e turismo; e os consequentes resultados em termos de desenvolvimento econômico e social. E concluem com reconhecimento da relevância da ação de interesse público em que colocam de significativo alcance social, merecendo empenho de todos os agentes envolvidos, no qual a Superintendência do Patrimônio da União expressa seu compromisso e dedicação através de sua equipe técnica da Superintendência Paraíba.

“A SPU/PB atuará em prol da consecução do projeto, guardando consonância com o cumprimento da missão institucional da SPU, que é: “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.” (SPU/PB, 2016).

Ao ler a mensagem polida e diplomática da SPU, acima, na conclusão do relatório, levanto a pergunta: E quais são os programas estratégicos para Nação, do governo presente? Vale lembrar, que no mês de setembro do ano de 2016, já era Michel Temer que regia o cargo de presidente do governo brasileiro.

Helena Gonçalves, na dissertação produzida no ano de 2014, escreveu:

A promessa de requalificação para a área continua até os dias atuais e embora o projeto tenha sido elaborado em 1997, até hoje, dezesseis anos depois, ainda são as mesmas diretrizes e metas que norteiam as intervenções que estão para acontecer. (GONÇALVES, 2014, p. 46).

No dia 05 de Junho, quando fui ao Ministério Público, para ter acesso ao processo do Porto do Capim, sob o nº 1.24.000.001117-2015-16, tive a oportunidade de conversar com um dos assessores do procurador Dr. José Godoy, em que eu perguntei a ele, o que impedia uma decisão favorável ao Porto do Capim e por que o uso da estratégia do “banho maria” com o processo, ou seja, não agir com uma atitude incisiva, uma ação judicial contra a prefeitura, pois, pior do que a abordagem da PMJP na comunidade do Porto do Capim no ano de 2013, no presente ano, de 2019, a PMJP, aos 19 de março, emitiu um ofício pela suas Secretarias do Meio Ambiente e Planejamento, notificando moradores da

Vila Nassau, que teriam que sair de suas casas em 48 horas, para demolição e início do projeto, que agora recebe o nome de Parque Ecológico Sanhauá. No que o assessor me esclareceu que um dos mecanismos que interfere na não resolução do fato, diante de visões e objetivos e interesses heterogêneos entre as partes envolvidas, é que embora o Brasil tenha publicado o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, com base na convenção da OIT nº 169⁶⁷ com entrada em vigor no Brasil, em julho de 2003, o Estado brasileiro ainda não conta com uma lei específica, que reconheça comunidades tradicionais, e sim, apenas, possui instrumento legal de reconhecimento de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas. Temendo o Ministério Público Federal, entrar com uma ação contra a prefeitura, e a comunidade ficar dependente da interpretação e sentença, primeiramente, de juiz da região.

Mas agora, pensemos na pergunta: O que emperra o passo seguinte para Comunidade do Porto do Capim garantir sua permanência?

As mulheres da Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim estabeleceram uma relação solidária e de união, que durante o campo, percebi uma sinfonia harmoniosa e consciente, de cada ato, passo e fala destas.

⁶⁷ a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais; b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

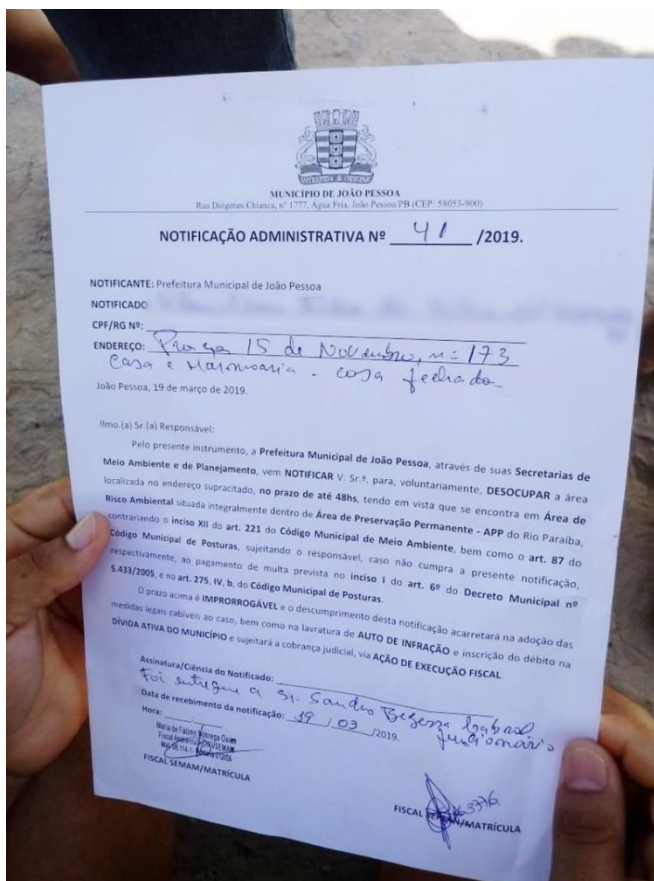


Foto34: Notificação administrativa nº 41 - Secretarias Municipal do Meio Ambiente e Planejamento. Desocupação de solo. Vila Nassau, 19/03/2019. Fonte: Rossana Holanda



Foto35: Manifestação da Comunidade do Porto do Capim em 19/03/2019.
Fonte: Página no Facebook do Porto do Capim em Ação

Com abstração perante o conflito, recorro a uma pequena abordagem da perspectiva de Foucault sobre o “poder”. Michel Foucault (1926 -1984) explora uma análise global das relações de poder, que abre uma perspectiva metodológica, em que aponta este, não limitado de tecnologias de poder no seu interior. O filósofo francês faz o exame das práticas, em que afirma ser um equívoco pensar a instituição como uma entidade total autônoma, própria de um universo abreviado. Foca no extra - institucional no que propõe uma (des)funcionalização das relações de poder com uma correlata (des)institucionalização. Em que apresenta a instituição distante de ser um monocentro favorecido por adminículos – ao defender que neste, o poder é exercido em uma extensão indefinida crivada por tecnologias de poder, que tem interposta a disciplina, por exemplo, como um tipo de poder; uma tecnologia. Lemos at al(2013, p. 2, apud, Foucault, 1999, p. 177).

O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Relacionado ao poder, Foucault indica algo que eu interpreto, como diversos “ramos”, dotados de forças que nutrem o poder; como o saber; o discurso; o prazer. No qual, o poder não assume uma instância negativa repressora, na medida, que é intercedido por uma rede produtiva que atravessa o corpo social de forma integral. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Na afinação entre saber e poder, o discurso opera-se como instrumento para consolidar o poder, caracterizado pelo processo ao qual passa orientar as práticas dos indivíduos nas instituições. “o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 254).

Respectivo aos processos de normalização, Foucault (1987) infere que se faz necessário observar a relação entre saber e poder, a perceber nas diversas esferas do cotidiano a existência de multiníveis de relações entre os indivíduos, em especial, nas instituições criadas na modernidade (escolas, prisões, quartéis, asilos, fábricas), onde nascem e se desenvolvem assimetrias que fortalecem relações de poder.

(...) O Estado não tem essência. O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem

deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade central, etc. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. É por isso que eu me proponho analisar essa angústia do Estado, essa fobia do Estado, que me parece um dos traços característicos de certas temáticas correntes na nossa época. Ou antes, proponho-me retomá-la e testá-la, mas sem procurar arrancar do Estado o segredo do que ele é, como Marx tentava arrancar da mercadoria o seu segredo. Não se trata de arrancar do Estado o seu segredo, trata-se de passar para o lado de fora e interrogar o problema do Estado, de investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 105-106).

Para Foucault (1979), o poder não estaria no topo, representado pelo Estado, mas sim, nas diversas relações vivenciadas pelos indivíduos, “em baixo”, distante das esferas estatais, porém, influenciando a configuração estatal, o que o leva a explorar uma análise de poder ascendente).

A reflexão despendida por Foucault ao “poder”, foi explorado desde suas primeiras publicações, com destaque á partir de 1970, quando o filósofo passou a ministrar no Collège de France, em que reuniu um estudo das diversas estruturas políticas engendradas pelas sociedades ocidentais, a partir da antiguidade greco-romana até à contemporaneidade. Foucault pensa o funcionamento do poder como modo difuso, disseminando - se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica; de um conjunto de relações de forças multilaterais. Sendo móveis as relações de força e suscetíveis de mutação, em que compõem arranjos transitórios dados a uma constante transfiguração. Em que diante da tal mobilidade, Foucault (1995) assume a hipótese de existir resistência face ao controle, reconhecendo-a enquanto elemento indissociável de seu exercício (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 35). “Se antes guerras eram iniciadas a fim de proteger o soberano, na era do biopoder a morte de uns assegura a existência de todos” (FOUCAULT, 1999).

Então, qual será o “fio miúdo”, ou “os fios miúdos”, no conflito do Porto do Capim, que busca exterminar a existência de todos? Qual/Quais ou quem é/são o “Fantasma da Remoção”?

O Ministério Público Federal da Paraíba assumiu o papel de mediador entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e Comunidade do Porto do Capim, á partir dos anos de 2015. Em que muitos comentários são trazidos o quão pior era a abordagem da Prefeitura Municipal de João Pessoa sobre a Comunidade do Porto do Capim, quando não tinha esse apoio da justiça, de forma imparcial, e que considera o lugar legítimo da comunidade.

“O que aconteceu em 19 de março de 2019 foi um ato de desrespeito a regras estabelecidas através de diálogos onde o Ministério Público atuou como mediador. No entanto a postura autoritária do poder público municipal em relação aos moradores do Porto do Capim não é nenhuma novidade desde o ano de 2013”. (ASFORA, 2019).

Em audiência pública na Câmara Municipal de João Pessoa, em 27 de março de 2019, o procurador Dr. José Godoy, fez uma fala com ponderações que discorrem sobre o conflito e aspectos legais importantes de serem reproduzidos:

• _____ “art. 215 CF 1988: É obrigação do Estado, proteger a manifestação da cultura brasileira, e isso é possível ao proteger a comunidade tradicional que traz estas manifestações;

_____ Tratado OIT 169 - O Brasil é signatário, estabelece a proteção de comunidades tradicionais, principalmente em seus territórios. O reconhecimento das comunidades tradicionais, onde estas precisam participar e serem consultadas (prévia e informada) precisa estar municiado de informações;

“Decreto 6040/07 - estabelece no art. 2º à proteção de comunidades tradicionais; O Porto do Capim é uma comunidade tradicional e que, portanto, requer um trato diferenciado; O projeto precisa ter recurso suficiente, necessita inserir o humano, as pessoas que nela envolvem, exemplificou com o caso da construção da barragem de Acauã; art.º1 CF 1988 - a dignidade da pessoa humana. Essa é uma questão de justiça, retirar a população de algo que possa ser bom e belo para comunidade; da gravidade da ordem do pedido de saída da casa em 48 horas. A comunidade tem o direito de reflexão e de estar a par do assunto; Alegava-se a questão ambiental; fere a boa fé objetiva, citando o código florestal por ser área de APP (área de preservação permanente), e no novo código florestal de 2012, no qual é tolerado áreas de ocupação humana. Começamos o diálogo, em 2015 fizemos algumas reuniões, e em 2016 as reuniões ficaram mais difíceis de acontecer, havia um pouco de desconfiança parte a parte, mas em 2017 começamos a retomar, onde participara Universidade Federal, IPHAN, Defensoria pública da União, Prefeitura e comunidade e SPU/PB, do debate No final de 2016, um arquiteto da equipe da UFPB ao ter acesso ao processo, percebeu que a gente estava rodando em círculos. E disse: Há um consenso aqui, o projeto que a prefeitura propunha previa que sairiam as pessoas da Rua Frei Vital, e agora a prefeitura demonstra a intenção de rever essa posição. Que sairia praticamente a Rua Porto do Capim, que também já está com possibilidade de rever essa posição. A comunidade entende que em algumas áreas será preciso sair, seja por conta de alagamento, ou por conta de risco de desabamento e por outros vários consensos, a comunidade entendeu que precisava sair. (...) Em maio de 2017, nós os procuramos para tratar exatamente da área da Vila Nassau. Por que a área da Vila Nassau? Porque é uma situação mais precária, era uma situação que chamava atenção. A secretária Socorro Gadelha (que estava na mesa conosco), concordou em ir conosco à comunidade para discutirmos com eles - a saída do pessoal da Vila Nassau, no caso do Galpão da Nassau. E foram muito interessantes essas reuniões, porque elas aconteceram a noite. Nós entendíamos que não teria como toda comunidade, os trabalhadores discutir isso durante o dia. Não teria uma participação tão representativa. Foram umas quatro reuniões, que terminavam por volta das 22h. A comunidade sempre de portas abertas. A prefeitura estava conosco e nós discutimos inicialmente dois pontos nessa reunião: 1º Para onde o pessoal do Galpão da Nassau vai? E a prefeitura sugeriu Área 2. A comunidade de forma unânime considerou a área sugerida bacana e concordaram se mudar para a área proposta. 2º Qual projeto, o que seria construído ali, qual formato das habitações? Os técnicos da SEMAB trouxeram um projeto que a comunidade não gostou muito, e diante disso a secretária Socorro teve uma saída muito interessante: eu disponibilizo um ônibus, levo vocês ao Bairro São José; mostro o projeto de lá, e vocês gostando, a gente pode adaptar. E foi o que aconteceu, a comunidade

Formata
numeraçã

Formata

Formata

Formata

Formata

mais uma vez de forma unânime concordou (isso em Julho de 2017). E ainda confirmaram para gente, que em torno de três meses seria dado início ao processo de licitação, a construção dessas habitações. Hoje teríamos as habitações terminando e o projeto começando. Nós precisamos discutir isso aqui em João Pessoa, na Paraíba e no Brasil - a chegada de políticas públicas. Você não pode achar que vai fazer um projeto de turismo e deixar o de moradia para depois. E é isso que talvez teríamos resolvido, caso aquele projeto de 2017 tivesse sido iniciado. O que chama atenção naquela época é que já não era a secretária Socorro, e já era a secretária Sashenka que informou que os recursos não eram suficientes e que teria que haver um elevatório, que era caro, e que beneficiaria todo bairro, ou seja, após ser restaurado, revitalizado todo o bairro, o elevatório serviria para toda aquela região, Porto do Capim, Frei Vital, Curtume, o todo ali que fosse revitalizado. A Caixa informou que tinha recurso por outro convênio, mas que a prefeitura decidiu não usar por alguns motivos que não convém, e esse projeto ficou parado. Essa é uma primeira questão que nos traz um problema muito grande, para hoje. Sendo uma das questões que quero propor ao final, de um projeto como esse, com uma estação elevatória, com participação do estado, da Cagepa, já que o Elevatório tem um custo alto. Quem sabe a prefeitura entre com o recurso para construção na área que a comunidade aceita ir, já foi discutido isso, que os territórios, os terrenos que já foram apresentados, são terrenos que a própria comunidade concorda, nós já fizemos essa discussão, não tem nada de novo. Em seguida pode ver um consórcio, uma forma de trabalho conjunto, se não há recursos suficientes por parte da prefeitura para isso, o próprio estado, outro que poderia construir a estação elevatória. É uma comunidade tradicional, precisamos nos instruir, buscar consultas informadas e buscar consensos, consensos criativos, em uma região do Porto do Capim, eu lhe asseguro é possível, é viável e eles vem acontecendo sim. Não dá para você (você – ele se refere a prefeitura) comparecer, e vir com uma notificação que em 48 horas tenha que sair e dizer olha: eu tenho outra casa para você. Você já colocou o caos na vida da pessoa. Isso eu volto a reiterar, isso quebra muito o diálogo, quebra a possibilidade de diálogo. E isso precisa ser restaurado, para que a gente volte a discutir o Porto do Capim de maneira serena, que realmente é uma área importantíssima, belíssima para cidade e eu sei, o quanto a comunidade quer isso. A restauração daquela área, para ter mais turista visitando e vocês terem, mais e mais turmas para conhecer. A caminhada do Porto do Capim, tudo, o potencial turístico que vocês têm para mostrar e oferecer mais desenvolvimento sustentável, mais renda para aquelas famílias da região. Então senhores vereadores, eu concluo propondo que voltemos realmente ao campo do diálogo, o diálogo informado, o diálogo de boa fé, em que possamos discutir. Em primeiro lugar - não é viável, não é factível você estar dizendo que não está se tratando do Porto do Capim. Desde 2015 toda discussão envolvia Frei Vital, Rua Porto do Capim, Largo do Coité, Praça XV, Fábrica de Gelo, Galpão da Nassau. Era um bloco só. Podemos separar quando fomos arrumar soluções para cada parte, mas dizer que não está tratando do Porto do Capim não corresponde ao que foi debatido desde 2015. Eu tenho um inquérito civil público sobre isso e afirmo a vocês, que trata de toda a área. É possível separarmos para buscarmos uma solução, acho que sim. Mas é algo que devemos fazer, tendo a consciência que é um todo, que a comunidade ocupa toda essa área e nós podemos sugerir soluções, com toda comunidade acompanhando o debate. Outro ponto essencial, devemos avançar na solução do todo, seja voltando a discutir o terreno da PROSERV, voltando a discutir a questão do Curtume, o que é possível. Até para que a comunidade seja ocupada de maneira ordenada, porque da forma como está ocupada atualmente, nos preocupa bastante. Não é uma ocupação minimamente organizada nesse momento. De maneira organizada, urbanizada, de maneira que até com construções verticais. Então você vai ter uma possibilidade muito maior de acomodar famílias. É preciso pensar isso, certo. Superar os dissensos apontados pelo arquiteto Flávio Ventura que não são muitos, sendo possíveis de ultrapassarmos eles. Nós não podemos ter um projeto que tire gente e coloque somente turismo. É possível fazer turismo com essa pessoa lá, é isso que nós queremos. E aí tem a questão de custo, a prefeitura levantou um argumento que nós não podemos ignorar, a questão de custo. Eu concordo que há questão de custo na moradia. Mas dizer que tem o dinheiro para fazer o projeto e não tem o dinheiro para fazer a moradia. Aí eu tenho que dizer, ou chega às duas políticas ou não dá realmente, é algo inviável. Tem parlamentares que fazem base ao governo do estado, propor que haja um consenso, haja um diálogo entre ambas as partes, para quem sabe, a prefeitura entre com a moradia e o estado entre com a estação elevatória, porque a Cagepa é uma empresa estadual que tem obrigação, inclusive, na questão de fazer

o saneamento básico da cidade. São questões como essas que nós temos que avançar. E eu digo uma coisa para vocês com muita sinceridade, vereadores e vereadoras aqui presentes, por parte do Porto do Capim há uma vontade enorme para o diálogo. Mas o que não dá, é você chegar e dizer: Saia em 48 horas. Isso não é viável, isso ofende a dignidade da pessoa humana. Isso nós temos que postar muito claramente”. (Procurador José Godoy, 27 de março de 2017).

O ato da PMJP fere o que impera o Estado moderno ocidental; as leis. Que amparadas por estas, têm asseguradas preceitos morais e civilizatórios no que diz ao respeito à vida, não apenas humana, mas de todo ser biosférico, como o rio, o mangue, o pássaro e tudo mais. Fere a natureza da coisa pública; desencanta o mundo.

Enquanto estava a comunidade pelas ruas da cidade fazendo caminhada, a câmara convocando para audiência pública, nas redes sociais, a imprensa publicando notas de repúdio de paraibanos, a PMJP manteve o vídeo que divulga o projeto do “Parque Ecológico Sanhauá”, disponível no site oficial da PMJP, a ignorar todos derivados de seu ato, do dia 19 de março de 2019. Interessante observar, que edifícios que já passaram por restauros e reformas, como Hotel Globo e Casa da Pólvora, a prefeitura não pensou, de fato, em nenhum projeto de ocupação permanente. Ficando os imóveis com portas abertas apenas para visitação e eventos esporádicos. E para que mais um equipamento público no Centro Histórico, sem gente, sem ocupação?

E canta em coro as mulheres do Porto do Capim junto às crianças: "pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não pisa no formigueiro". Como no ditado popular: quem canta seus males espanta. A comunidade canta a espantar o dito “Fantasma da Remoção”.



Fonte: Página no Facebook Porto do Capim em Ação

2.2 O DIA 21 DE MARÇO

A forma violenta como a prefeitura suprimiu todo o processo de “diálogo” que vinha sendo construído junto à comunidade, mediada pelo Ministério Público Federal, desde o ano de 2015, em que de maneira abrupta foi solicitado na data de 19 de março de 2019, à desocupação dos moradores da Vila Nassau, em “48 horas”. Que conforme as falas das representantes da Associação de Mulheres da Comunidade do Porto do Capim(dia 21 de março de 2019), em consequência do ato foi desencadeado pânico aos moradores da Vila Nassau, com diabético submetido a picos na taxa glicêmica, mulher com entrada em trabalho de parto antes da hora, dores de cabeça em muitos moradores, além de outros males. Disto, a comunidade do Porto do Capim, reagiu em busca de garantir seus direitos, quanto à moradia, tradição, subsistência e paisagem. E iniciou uma série de convocações, como a do dia 21 de março, com o seguinte texto:

Porto do Capim Resiste!

O protesto começou às 08h. e só veio parar às 12h.

O Secretário Zennedy da SEDURB se fez presente, após reivindicarmos a presença da PMJP para abrir um canal de diálogo. Foi combinado que hoje (Quinta, 21/03), às 19h, no IAB (em frente ao hotel Globo), os secretários da PMJP viriam até a comunidade para dialogar com os moradores. O MPF também foi provocado para participar da reunião. Mas ainda não confirmou.

Fica aqui o convite a todos os parceiros que desejam somar com o movimento da comunidade.

#PortoDoCapimEmAção

Rossana chegou a abrir as portas da sede do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil na Paraíba), localizado no bairro Varadouro. No entanto, recebeu recado (por integrante da comunidade) de Rayssa, sua gêmea, que estava na Praça XV de Novembro, com as secretárias, junto ao secretário Zennedy, da Secretaria de Serviços Urbanos, e que estes não concordaram em subir a ladeira para ter reunião no IAB. E que se caso a comunidade tivesse interesse na conversa, que ocorresse em local aberto, indicando que estariam a espera na Praça XV de Novembro.

A comunidade cedeu, e se concentraram na Praça, para realização do fatídico “diálogo”. O ambiente que se percebia era de um local de disputa, entre a visão capitalista, da estética verticalizada para “ascensão” do poder econômico da cidade de João Pessoa, com prioridade nas construções megas estruturais de onerosos orçamentos, ignorando substâncias discutidas entre Nações e indicações por sustentabilidade, como “Agenda 2030 - Para o desenvolvimento Sustentável”, publicado pela ONU⁶⁸. E a resistência, pela defesa comunitária, para o direito ao território; assim como o de moradia, e preservação de suas tradições, liderada por mulheres, com algumas jovens – como a Ibeji (Rayssa e Rossana), maioria afrodescendente.

Era dia 21 de março de 2019, na Praça XV de Novembro, no Centro histórico de João Pessoa, quando Daniella Bandeira, secretária de planejamento, abriu na noite, próximo às 21 horas, embaixo de uma árvore, com pouca luminosidade no local, uma planta baixa plotada em papel A1, com o projeto arquitetônico do “Parque Ecológico Sanhauá”. Sua narrativa era carregada de tom “isso aqui não é direito de vocês”, e argumentava, esse pôr do Sol é direito de todos, aqui onde tem essas casas, apontando para planta, vamos construir um elevador panorâmico. A gente tem um lugar para levar vocês, e olha, nem é tão longe daqui. Em sua volta, naquela situação “herética”, escutavam atentamente, mulheres, crianças, jovens, senhores, senhoras, homens, mães, pais, que podiam não ter atingido o grau de estudo formal como à senhora Daniella, mulher branca,

⁶⁸ A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Fonte: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>

advogada, mas que expressavam entender aquilo como uma proposta indecorosa. Segundo o prefeito Luciano Cartaxo, em um evento de apresentação do projeto “Parque Ecológico Sanhauá⁶⁹” (25/05/2019), aos membros do Conselho Regional de Administração da Paraíba (CRA-PB) e da Academia Paraibana de Ciências da Administração (APCA), ele e sua equipe estariam em busca de resgatar a história da cidade, para planejar o desenvolvimento da cidade, por meio do projeto:

Estamos buscando um projeto de longo prazo para João Pessoa que passa necessariamente pelo resgate da nossa história para planejar o seu desenvolvimento. Temos um apelo turístico muito forte de sol e mar, mas o nosso patrimônio histórico e cultural não pode ficar relegado a um segundo plano. E as intervenções que realizamos no Centro Histórico acontecem neste sentido, basta ver os resultados que já tivemos no Parque da Lagoa, Praça da Independência, Hotel Globo, Villa Sanhauá, e agora com este projeto do Parque Ecológico Sanhauá. (Prefeito apresenta projeto do Parque Ecológico Sanhauá, Paraíbaonline, maio de 2019).⁷⁰

Voltando ao dia 21 de março, a secretária Maria do Socorro em cumplicidade com o propósito do prefeito Luciano Cartaxo, buscava desmobilizar o senso coletivo, e propunha uma conversa individual, entre a prefeitura com cada família, separadamente, para fazer a proposta para mudança à nova habitação, situada na Rua Saturnino de Brito (local, que segundo pessoas do Porto do Capim e de outras comunidades, relatam que pessoas que passariam a residir no conjunto habitacional, nessa rua, não tiveram coragem de ir, decorrente da extrema violência que assola o lugar, devido a instalação de duas facções criminosas que se denominam uma de Estados Unidos e a outra de Al Qaeda). Em que alguns gritos surgiam entre a multidão presente: “O lugar para onde querem nos levar é longe e muito violento. Nossa família fica sem segurança”.

⁶⁹ O prefeito Luciano Cartaxo em entrevista ao site paraibaonline (25 de maio de 2019), declarou que o Parque Sanhauá foi desenvolvido pela atual gestão e está com obras iniciadas para resolver problemas históricos da Capital, cuidar do meio ambiente e das famílias que viviam na Comunidade Vila Nassau, em condições insalubres e de risco. Com intervenção estimada na importância de R\$ 11,6 milhões, na Área de Preservação Permanente (193mil m²), com comprometimento que será completamente recuperada. O projeto envolveu técnicos da PMJP, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), do Instituto do Patrimônio Histórico Estadual da Paraíba (Iphaep) e população (moradores, comerciantes, corretores de imóveis e fretistas). Os recursos são provenientes de uma parceria também com o governo federal. Fonte: (fonte: <https://paraibaonline.com.br/2019/05/prefeito-apresenta-projeto-do-parque-ecologico-sanhaua-a-administradores/>. Acessado em 27 de agosto de 2019.)

⁷⁰ fonte:<https://paraibaonline.com.br/2019/05/prefeito-apresenta-projeto-do-parque-ecologico-sanhaua-a-administradores/>. Acessado em 27 de agosto de 2019).

Havia uma vereadora do município, Raissa Lacerda e uma Deputada estadual, Cida Campos, solidárias ao movimento e em defesa pela comunidade. Todavia, se tratavam os dois lados de representação por mulheres, um por secretárias de pastas da prefeitura de João Pessoa e outro, por membros da Associação de Mulheres do Porto do Capim, tendo cada extremo, indivíduos pertencentes à categoria mulher, porém, com distintos posicionamentos.

Penso: Que universo da mulher é esse, onde práticas de violações de direitos históricos também são promovidas de mulheres sobre mulheres? Será a mulher violadora, também tolhida de autonomia e sofredora de violência?

Para buscar fazer uma leitura mais aprofundada do fato presenciado na Praça XV de Novembro, recorro a algumas pensadoras, pesquisadoras e também pesquisador. A compreender os fenômenos de dominação sobre a mulher.

Na obra publicada em 1960-70, “Segundo Sexo - Fatos e Mitos”, Simone de Beauvoir busca responder a duas questões que para ela, o movimento feminista ainda não havia respondido em sua complexidade - Que é ser mulher? E, de onde vem a submissão da mulher? E inicia, "Tota mulier in utero: é uma matriz", diz alguém. Releva que a fêmea embora represente hoje e em tempos outrora, o número próximo, à metade da humanidade, discursos lançam a afirmativa que a feminilidade corre perigo, no qual exortam: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". Coloca que a construção do “ser mulher” é estabelecida pela relação de alteridade com o “ser homem”, sobretudo, que a existência dela se define somente com relação ao dele. A filósofa existencialista traz aspectos pelos campos biológico, psicanalítico e do materialismo histórico, a compreender “o Outro”, definida como um segundo sexo; a mulher, e examina o que resta para mulher, oferecido pela sociedade falocêntrica.

Ainda com vista em Beauvoir, a autora lança a homologia entre a submissão das minorias étnicas (negros e judeus) e a submissão da mulher como similar, mas não oriundo de um mesmo fenômeno, tendo em vista que os primeiros foram colocados como inferiores em consequência de acontecimentos históricos, a exemplo do escravagismo aos povos africanos e a diáspora. E que se tratando do universo das mulheres, não houve um marco histórico, um evento junto as suas consequências. Alerta que tem a mulher uma situação ainda pior que os povos subjugados, pois a importância da relação da mulher com o homem compõe a humanidade, sendo o laço que as une a seus opressores, não comparável a nenhum outro.

Beauvoir oferece, nesta obra, a relação entre corpo e subjetividade:

Uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere. Se o respeito ou o medo que inspiram a mulher impedem o emprego de violência contra ela, a superioridade muscular do homem não é fonte de poder. Se os costumes exigem — como em certas tribos de índios — que as jovens escolham marido, ou se é o pai que decide dos casamentos, a agressividade sexual do macho não lhe confere nenhuma iniciativa, nenhum privilégio. A ligação íntima da mãe com o filho será para ela fonte de dignidade ou de indignidade, segundo o valor, que é muito variável, concedido à criança; essa própria ligação, disseram-no, será reconhecida, ou não, segundo os preconceitos sociais. (Beauvoir, p. 56-57, 1980).



Foto 37: Rossana e Rayssa cabelos armados

Fonte: https://www.instagram.com/ibeji_rayssaerossana/

Desta forma, Beauvoir nos desperta para questão da violência ser gerada pela segunda natureza, que é a cultura do homem. A cultura, qualidade inerente à humanidade que pode até ser considerada como uma segunda natureza. Que acima de qualquer característica biológica e fenotípica vai determinar a postura, a conduta, os valores do homem e da mulher.

Já a filósofa pós - estruturalista Judith Butler (2015) critica o caráter universalizante e essencialista de Beauvoir, mas tem em sua produção teórica no livro “Problemas de Gênero”, como foco, problematizar também, o conceito de “mulher” que pela sua percepção, assim como antes na visão de Beauvoir, o feminismo explorou pouco tal conceito. Ao mesmo tempo, ascende a uma concepção de sujeito e quanto suas

implicações na ação política, com investigação às práticas, discursos e instituições que geram identidades, mas que designam estas últimas como sua causa e origem. (CYFER, 2015)

Butler alega que o movimento feminista fixou a mulher como uma categoria universal capaz de representar os interesses de todas as mulheres, onde essa presunção contribuiu na promoção de sua visibilidade política, mas, que, no entanto, oculta as disputas e assimetrias entre as próprias mulheres (BUTLER, 2003 apud CYFER, 2015, pp. 17-18). Para a pensadora estadunidense, a crítica feminista às relações de poder opressoras se torna paradoxal, uma vez que a “mulher universal” representada pelo feminismo é produto das mesmas relações de poder que pretende combater. Assim, segundo Butler, o feminismo deve evitar a estratégia política de buscar a causa abrangente da dominação da mulher, bem como a de definir o sujeito universal subordinado a essa dominação, pois desse modo legitima domínios de exclusão dentro do próprio feminismo (BUTLER, 2003, p. 19). E passar a verificar o processo de produção da “mulher universal” pelas estruturas de poder, revelando as exclusões que delas decorrem, que são por elas encoberta, o que Butler denomina “genealogia feminista” da categoria das mulheres. Cyfer(apud Butler, 2003, pp. 21-23).

A compreender Butler, quando trata sobre o movimento feminista abarcar todas as categorias de mulheres em um universo único, pode ser obtido um volume interessante, da qual permite proporcionar visibilidade, em primeiro momento, de fortalecimento político, mas que, no entanto, deixa escapar detalhes essenciais históricos, sociológicos, para compreensão de um contexto de violência, privação, prejudicando o movimento, por esta, acabar tornando múltiplas realidades e contextos, em uma realidade feminina hegemônica que abafa processos de domínio, e que por fim gera fortalecimento do inimigo, que a luta feminista combate, a famosa sabedoria popular “o feitiço contra o feiticeiro”. Sendo pertinente verificar de quais mulheres estejam falando, respeitando as diversidades e contextos.

O antropólogo lusitano, Miguel Vale de Almeida, em seus estudos sobre masculinidade na aldeia de Pardais, Alentejana, Sul de Portugal (1996), busca em sua pesquisa, relevar contextos e utilizar critérios, das quais homens e mulheres são diferenciados uns dos outros, na hierarquia no trabalho, nas diferenças sociais, das estratégias de interação na sociabilidade e dos dilemas das emoções e sua enunciação. De acordo com Almeida (2015), considerando a exposição crítica de Cornwall e Lindisfarne (1994), que a antropologia teria ignorado tais aspectos. Almeida, orientado pela aceção de

Strathern - cuja antropóloga considera que a busca de sentidos e significados de gênero deve consistir num “mapeamento” exaustivo das áreas semânticas e de ação relacionadas com o gênero, em detrimento de uma focagem, apenas na sexualidade ou na divisão masculino/feminino como divisão homens/mulheres. A reflexionar que a sociedade não é construída independentemente do gênero e que, portanto, não pode ser um contexto explicativo para ele, pois, sobretudo, as relações de gênero não são autônomas de todas as outras relações sociais. Através de uma perspectiva hermenêutica, com junção do conceito de habitus de Bourdieu, e reflexões de Anthony Giddens - sobre a relação entre estrutura e prática, o antropólogo traz em seu trabalho, o modelo hegemônico de masculinidade. Tendo esse, enquanto modelo ideal, o controle sobre o processo de constituição das identidades masculinas, sendo ela própria, realizável parcialmente, da relação entre estrutura e prática e a multiplicidade dos modos possíveis de estruturação das relações entre os gêneros, segundo os valores e interesses em jogo.

O autor compara os modos de construção das identidades masculina e feminina no Alentejo: "Em geral, pode-se dizer que a masculinidade tem de estar sempre a ser construída e confirmada, ao passo que a feminilidade é tida como uma essência permanente, naturalmente reafirmada nas gravidezes e partos". (ALMEIDA, 2015). Desta feita, Almeida orienta para percepção de questões de gênero, em todos os processos das relações na ação social, por esta ser imanente ao todo social. A observar as ações práticas em sua relação com suas estruturas fundantes.

Já por outro lado, a explorar uma ótica oposta de estrutura e habitus. Recordo de uma vez, quando perguntado o que é “liberdade” para Nina Simone. A cantora negra, norte americana, do século XX, que bem conhecia a linha limite que o negro de sua sociedade poderia chegar. E que teve a Arte como possibilidade, para poder atravessar ao outro lado do trilho do trem (o trilho do trem lembrado por mim, diante do trilho do trem na esquinado Ateliê Ibeji), permitindo cumprir suas aulas de piano, alimentado pelo objetivo efêmero, de se tornar a primeira pianista clássica, negra, a tocar em importantes teatros dos EUA, responde:

É um sentimento. Liberdade é apenas um sentimento. É como tentar explicar para alguém como é estar apaixonado. Como você vai explicar isso para alguém que nunca sentiu? Você não consegue. Mas você sabe quando acontece. Houve algumas vezes no palco em que eu realmente me senti livre. E isso é uma coisa incrível. É realmente incrível. Eu te digo o que liberdade significa para mim: nenhum medo! Realmente nenhum medo. Se eu pudesse ter isso por metade da minha vida... É algo que realmente se sente. Como um novo jeito de enxergar". (Nina Simone, 1968. Documentário: A Historical Perspective).

Dessa liberdade expressada por Nina Simone, podemos aprender como algo perceptível de uma “consciência icônica”, que trouxe o sociólogo Jeffrey Alexander, do contato pela inteligência do sensível com a materialidade estética, proporcionadora de uma experiência sensitiva, robusta de significado. Uma reação quanto à “liberdade”, transfigurando inteligível, através de uma consciência feminina descodificada, ligada ao belo e a sublimidade, ainda não racionalizada pelo Ocidente colonizador. Que intento a tratar como ser possível o afloramento de um feminismo “icônico”, por meio do recrudescimento de consciência estética.

A teoria da consciência icônica oposta ao estruturalismo que é responsável por reduzir a materialidade às coisas, que por sua vez, ignora a construção estética das superfícies materiais e a sua experiência pela via da consciência. É enraizada no utilitarismo da vida cotidiana, do concreto, do prático, do eficiente e útil. Essa redução está profundamente enraizada no utilitarismo implacável da vida cotidiana. Mas retornando ao que Nina Simone falou: Uma liberdade, da condição de ausência do medo. Pode-se apreender que uma consciência pelos sentidos, ainda antes de uma razão positiva, codificada e colonizada, permite ao sexo feminino, perceber o corolário em que é imbuída a assumir desde seu nascimento; do desprovimento de “liberdade”, em todo período histórico de sua existência até o tempo presente, de sua biografia social.

Dos exames visitados de Beauvoir, Butler e Almeida, todos trazem de certa forma, uma influência do estruturalismo que diverge, talvez, do tipo “consciência icônica” que aponto como possibilidade de um ímpeto do feminino. Pondero a relevância e contribuição de Beauvoir a pensar o biológico, o cultural, o psicanalítico, o subjetivo para identificar o sujeito mulher no mundo. Considero o alerta de Butler em despertar para as várias realidades e contextualizações que compreendem a mulher, não sendo estratégica a homogeneização e a universalização da categoria mulher, pois com isso, escondemos as forças opressoras, como é o caso que trazido neste texto, ocorrido no Porto do Capim junto a Vila Nassau, onde mulheres representantes da prefeitura expressaram posições opressoras a outras mulheres, a serviço da figura do prefeito e ao projeto corporativo. Sendo importante, buscar compreender mais profundamente o universo dessas mulheres “opressoras” também. E Almeida (2015), que traz as questões de gênero de maneira intrínseca da ação social, abordado por Strathern. Sendo pertinente mencionar o trato de que a antropóloga Marilyn Strathern dá sobre o perceber “de si” e de “mundos alternativos”, imbrincado na linguística e na cultura, ao se apropriar a criança de sua língua

materna e quando passa a socializar-se, que enfoca que o problema não é a linguagem que os homens controlam, e sim, o acesso a modos valorizados de significação.

Penso ser apenas combatível os modos valorizados de significação patriarcal, falocêntrica e machista e também aliado a interesses econômicos, como presenciado na Praça XV de novembro, diante da ação das secretárias representantes do governo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, imbricadas das condições subjetivas que elas estão submergidas. Através do despertar da consciência pelos sentidos, a “desestruturar” as ideias, para que no campo da sublimidade se atinja a consciência plena feminina, que não deixa de ter uma relação com sua natureza biológica uterina (materna).

No próximo capítulo será verificado por uma breve abordagem teórica sobre Geração e pela percepção deste estudo, de Rayssa e Rossana como “Meninas Plurais”, parte de uma “Geração Plural”, a busca pela quebra de: posições misóginas; visões hegemônicas. E a luta por mudança para saída do lugar de subserviência para o lugar de protagonismo, na sociedade.



Foto38: Secretária de Planejamento Daniela Bandeira, como representante da PMJP, na Comunidade do Porto do Capim. Em 19 de março de 2019.

Fonte: Página Porto do Capim em Ação.

Cap. III

MENINAS PRETAS – GERAÇÃO PLURAL



Foto 39: Rayssa e Rossana no Ateliê Ibeji, com criança do Porto do Capim. Fonte: https://www.instagram.com/ibeji_rayssaerossana/

3.1 UMA PERSPECTIVA BREVE TEÓRICA SOBRE “GERAÇÃO”

Pelo sensível empírico, ainda antes de ter acesso a conceitos teóricos e leituras do quantum sobre geração, percebi nesse trabalho de campo, a possibilidade de atores poderem pertencer a mais de uma geração em um mesmo tempo, ao passo, da possibilidade, de pessoas de um tempo em comum, poderem não corresponder à mesma geração, quando ampliado o exame; no sentido de que se fazem necessários, eles, realidades sociais e culturais similares, práticas e sentido da vida em comum, para revelar a afinidade geracional.

Atribuído ao termo “geração”, pelo senso comum, são usualmente referenciados por pessoas oriundas de diversas camadas sociais e de distintos territórios – os jovens e/ou as crianças do presente, com a expressão “nova geração”. Dessa forma, é dado à geração, um sentido temporal, que se encarrega de pertencer às pessoas, em uma mesma era.

Assim como os conceitos de nação ou classe, o termo geração é uma expressão *performativa*, que cria uma entidade para nomeá-la – uma chamada ou

convocação para uma batalha nas fileiras do imaginário, ou mais precisamente postulado, da comunidade. (Zygmunt Bauman, 2007, p.370)

A partir dos anos de 1920 – período entre guerras, a noção de geração foi desenvolvida em três momentos históricos, intermediada pelo pensamento social contemporâneo, configurado por três quadros sociopolíticos: bases filosóficas, formuladas em torno da noção de “revezamento geracional” - sucessão e coexistência de gerações. (Ortega y Gasset, 1923). Já durante época de protesto (1960), a apreensão teórica explora o “problema geracional” e “conflito geracional”. E por volta dos anos de 1990, com a emergência da sociedade em rede, surge uma nova teoria em torno da noção de “sobreposição geracional”. (Feixa; Leccardi, 2010).

Em uma conferência pronunciada em Barcelona (2007), Zygmunt Bauman, abordou um escrito sobre gerações de José Ortega y Gasset, que rememora o que considera como a principal contribuição do filósofo espanhol; o de “coincidência” e “sobreposição”, portanto, relativo à coexistência parcial entre gerações (Feixa; Leccardi, 2010).

O conceito de geração pode ser delimitado em termos sociológicos pelas referências a Comte e Dilthey, dois autores do século XIX que, apesar das diferenças entre suas abordagens teóricas, lançam as bases para reflexões subsequentes no século XX. Em seguida, pode ser considerado à luz do pensamento de Mannheim, visto como o fundador da abordagem moderna do tema gerações; posteriormente, de forma sumária, a partir de Ortega y Gasset e Gramsci e, finalmente, pela teoria apresentada por Abrams (1982). As duas primeiras teorias – uma positivista (Comte), outra histórico-romântica (Dilthey) – são as que Mannheim (1928) usou como base para as suas reflexões sobre gerações. (Feixa; Leccardi, p. 185, 2010)

No trabalho de pesquisa, desenvolvido por Sarmiento (2005), quanto à construção teórica de “Geração” e “Alteridade”, e como estes constituem caminhos que contribuem para compreender, a forma limitada condicionada às crianças via teorias tradicionais sobre a infância. Introduz que “geração” é uma categoria estrutural oportuna, a efeito de análise dos processos de estratificação social e na construção das relações, não sendo diluídos pela geração, os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjugado a eles, envolto a uma relação que se exerce na sua especificidade, em que ativa ou desativa parcialmente esses efeitos. (Sarmiento, 2005).

A ideia de “geração”, acesa por Mannheim, é dotada de forte identidade histórica, exemplificada com fatos históricos, como o período pós – guerra; relativo a pessoas que nasceram e cresceram nas condições históricas da reconstrução Europeia, após a Segunda Guerra Mundial.

A geração é o que permanece, como categoria estrutural, sendo prioritariamente definida por fatores igualmente estruturais: a estabilidade e a mudança demográfica (SAPORITI, 1994); o impacto que sofre das políticas sociais; os efeitos que recebe e que produz nos movimentos de longo curso e na sustentabilidade dos sistemas constitutivos do Estado-Providência; a afetação específica do produto e a respectiva distribuição; o envolvimento nas relações de produção e de consumo etc. (SARMENTO 2005, p. 364).

Na revisão de Mannheim, representado no ensaio “O problema das gerações” (1928), o cientista efetua a comparação entre a vertente positivista - predominante no pensamento liberal francês, e o recurso do pensamento histórico-romântico alemão, em que o primeiro opta por um tipo de análise ao problema do “ser-humano”; através de coleta de dados quantitativos, enquanto, o segundo; busca dados com prioridade na abordagem qualitativa, em que prioriza interiorizar o problema. O pensamento histórico-romântico alemão investiga no problema geracional, uma contraproposta à linearidade do fluxo temporal da história, do qual serve como influencia na apreensão de Mannheim, com uso referencial concernente a dois aspectos, do pensamento de Dilthey⁷¹: 1º A contraposição entre a mensuração quantitativa e a compreensão exclusivamente qualitativa do tempo interior de vivência; 2º do sentido mais profundo, para além do cronológico, não ser cobrado unicamente pela sucessão de uma, mas também através do fenômeno da “contemporaneidade” ou “simultaneidade”. (WELLER, 2007).

Quando Mannheim recorre à expressão impressa pelo historiador de arte, Pinder⁷², de “não contemporaneidade dos contemporâneos”, produz na sua exegese uma atenção, ao fato de que diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores, dissimilar em um mesmo período cronológico: (WELLER, 2007). Ainda, subsidiado pelo conhecimento de Pinder, Mannheim explora o dilema da “enteléquia” de uma mesma geração, o que corresponde aos seus objetivos internos, relacionadas ao “espírito do tempo”. Mannheim chama atenção para necessidade do abandono ao caminho da “especulação imaginativa”

⁷¹ “ Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um filósofo historicista alemão que deixou importante contribuição para a metodologia das Ciências Humanas. É considerado o criador do historicismo. Contestou a ampla influência que as doutrinas positivistas possuíam sobre as ciências humanas, especialmente as sociais, as históricas e as do psiquismo.” Fonte: https://www.ebiografia.com/wilhelm_dilthey/. Acessado em 28 de agosto de 2019.

⁷² Wilhelm Pinder (Kassel, 25 de junho de 1878 - Berlim, 3 de maio de 1947) foi um historiador da arte alemã. Seu nome completo é Georg Maximilian Wilhelm Pinder. Sua principal contribuição foi aplicação da teoria geracional à história da arte. Fonte : https://es.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Pinder. Acessado em 03 de setembro de 2019.

para que fosse levado em conta, que o ritmo biológico reage no elemento do acontecer social. (WELLER 2007, p.4)

Leena Alanen (2001) resgata o conceito de “geração” de Mannheim, como um potencial heurístico - que cruza as relações internas com as dimensões estruturais e os respectivos processos de simbolização do real. Onde é possível um grupo de idade ser construído pelos seus atores, por interações, e por processos de construção simbólica.

[...] o que constitui a posição comum em âmbito social é a possibilidade, que nesse período se adquire de participar, nos mesmos eventos, nos mesmos conteúdos vitais; mais ainda, a possibilidade de fazê-lo a partir da mesma modalidade de estratificação da consciência. [...]. Só se pode falar, portanto, da afinidade de posição de uma geração inserida em um mesmo período de tempo quando, e na medida em que, se trata de uma potencial participação em eventos e vivências comuns vinculadas. (Corrochano, 2018, apud, Mannheim, p. 216, 1993).

Vinculado à ideia de geração, Mannheim, distingue “posição geracional” - como possibilidade de um conjunto de indivíduos obterem um estoque de experiências comuns; da “conexão geracional” - definida como “vínculo real” - quando conteúdos sociais reais e os conteúdos espirituais estabelecem precisamente nos terrenos do que se desestabilizou e do que está em renovação, sucedido entre os indivíduos que se encontram em uma mesma posição geracional. (Corrochano, 2018, apud, Mannheim, p. 221, 1993).

Para que se possa falar da conexão geracional não basta à potencialidade de participação mediante a qual se encontra uma geração, mas é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual. (Weller, p. 214, 2010).

O sociólogo húngaro coloca-nos, que para a participação de indivíduos em uma mesma “conexão geracional”, não equivale que estes elaborem respostas semelhantes. Podem os jovens, por exemplo, se servirem de outros fatores que condicionam as respostas e as interpretações. Em que exemplifica, com as unidades geracionais que se configuraram na Alemanha em sua época; romântico-conservadora; e liberal-racionalista, cujas, participavam de uma mesma conexão geracional, mas, no entanto, estavam vinculadas a duas unidades geracionais distintas. Compostas, as unidades geracionais por grupos concretos, como a experiência adquirida em contextos comunicativos, entre outros, e aqueles disponibilizados pelos meios de comunicação. (Corrochan, 2018)

Por esse introdutório levantamento teórico sobre “geração”, faz-se uma análoga metafórica de geração, como uma “dimensão”, em que para ter acesso por indivíduos de

forma correspondentes faz necessário, antes, que o sujeito penetre por uma rede social de trocas e interações, a base de uma estrutura, organização, e dinâmica, que seja possível promover reconhecimentos, ideias e diálogos, para pertencer e permanecer em uma geração ou em “plurigeracões”.

3.2 GERAÇÃO “Y”/ “MILLENNIALS”

Embrionado em um tempo que se verificou, diversas mudanças nos campos: tecnológico, político, geoespacial, econômico e ecológico; quatro gerações são resultantes do Século XX, tais como: tradicionais; baby boomers; geração X e, geração Y (Menetti et al, 2015).

A geração Y (1980-1991), no Brasil, teve em sua primeira fase, uma infância atestante de um processo de encerramento de período ditatorial militar (um de abril de 1964 até quinze de março de 1985), e posteriormente pelas Diretas Já⁷³, com maior abertura do meio político e do trabalho, para mulher e deflagração de ONGs em defesa de causas ecológicas, Coletivos feministas e Coletivos para defesa de questões raciais. Passado para o início da década de 1990, com o país submetido ao governo Collor (1990-1992), responsável por medidas de abertura ao comércio exterior, colocando o Brasil no universo do mundo globalizado, de forma “distraída”, em que é rendido a uma condição dicotômica. Onde, por um lado, a nação brasileira, recém se organizava como um Estado democrático, e por outro, tinha o governo Collor ativo e aliado a um projeto “neoliberal”, em que Perry (1995) discorre sobre a proposta neoliberal em seu nascedouro; com missão de manter o Estado forte, em sua capacidade de controle monetário e rompimento com o poder dos sindicatos, em um Estado mínimo, com parco investimento nos gastos sociais e

⁷³ “Movimento político, suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964. (...) De um lado, a crise econômica se evidenciava pelo rápido e quase incontrolável crescimento da inflação; na instalação de uma profunda crise cambial; na queda significativa da variação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional; no crescimento do montante da dívida externa brasileira e na conseqüente queda da renda dos cidadãos. De outro lado, a crise política se instalara no próprio partido do governo, reflexo do desgaste da manutenção do regime militar. (...) Com a vitória da Aliança Democrática e conseqüente eleição de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice-presidente, respectivamente (janeiro de 1985), chegou ao fim o regime militar no Brasil”. Fonte <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acessado em 29 de agosto de 2019.

nas intervenções econômicas. Com ideia predominante em minimizar os gastos sociais e restaurar o “desemprego natural” (visão liberal), portanto:

(...) de eliminar a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo do fundo para a reprodução ampliada do capital, de modo a quebrar o poder de barganha dos sindicatos e impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora, que teria como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva (...) (GENNARI, 2001, p. 31).

A geração Y (suas crianças e jovens) - cresceu ao passo do fortalecimento do neoliberalismo, tendo sua estrutura invadida por valores relacionados a sucesso financeiro, independência pessoal - aliada ao trabalho em equipe, auto confiança, e viver a vida com “liberdade”. (GENNARI, 2001). Tem apreensões que conforma a geração “Y” (MALAFAIA, 2011), de filhos de pais superprotetores, que lhes davam tudo o que queriam, para compensar a sua ausência, devido à dedicação ao mundo do trabalho (tanto do pai, quanto da mãe).

Considerado a primeira geração da história, totalmente imersa na interatividade, hiperestimulação e ambiente digital, os indivíduos que nasceram em época relacionada à geração “Y”, são considerados filhos da tecnologia, por representarem a primeira, e totalmente integrada geração, na esfera digital; dos computadores, eletrodomésticos, e posteriormente (a partir do final da década de 90), no ciberespaço⁷⁴. Não ficando os Millennials assustados, mediante os processos de mudanças, e constantes alterações nos meios de comunicação. (TAPSCOTT et al., 2007).

Em busca de referenciais de estudos referentes à Geração “Y”, ou “Millennials”, o viés muito explorado, que encontrei, foi no segmento dos Recursos Humanos, na área de Ciências Humanas Aplicadas, em que buscam retratar, o perfil dessa geração em sua

⁷⁴ “A palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica neuromante. [...] O termo foi imediatamente retomado pelos usuários e criadores das redes digitais. “Uma das principais funções do ciberespaço é o acesso à distância aos diversos recursos de um computador.” (p.93) “[...] a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes.” “[...] o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). Essas tecnologias intelectuais favorecem novas formas de acesso à informação: navegação por hiperdocumentos” [...] – novos estilos de raciocínio e de conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência”. LÉVY, Pierre. *Cibercultura*; tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

atuação no mercado de trabalho, no modo de viver, de se relacionar socialmente, e das causas que o importam. Inserindo todos nascidos na época, condicionada a geração “Y” (início da década de 1980, ao início da década de 1990) com um perfil hegemônico, a forjar uma realidade, que dissocia os aspectos estruturais de “geração”. Sabemos que um jovem criado na Cidade de Deus no Rio de Janeiro, provavelmente, teve acesso muito depois, ou não teve acesso a computador e internet, comparado a um jovem da zona Sul do Rio. É patente a todos, que nem todo pai, e nem toda mãe, ganhavam como profissionais liberais, com altos rendimentos, para dar tudo o que a criança pedia, no sentido de suprir suas ausências. Há uma clareza que no campo político na década de 1980, tinha uma participação efusiva de pessoas de uma elite/classe média; intelectuais; e de movimento sindicais, alicerçados por operários. Mas que, nem todas as esferas sociais, tinham uma aproximação crítica, nos espaços percorridos. Desse modo, pondero em minha leitura, que Gerações de abrangência “universal”, tendem a ser uma composição “sintética” de um estrato social, a servir como um instrumento ao mercado.

Rayssa e Rossana, nascidas em 1991, se enquadram na “Geração Y”. Apresentam alguns aspectos de suas vidas que se identificam com a geração no campo do sentido coletivo, solidário, e também quanto à adesão do mundo digital no seu dia a dia. Mas a de observar, que esse universo digital, se apresentou a elas já na vida adulta, pois ainda na infância, não era possível para gêmeas, dentro de suas realidades sócias econômicas, serem portadoras de computadores, telefones móveis e de eletrodomésticos, assim como as escolas das quais elas tiveram oportunidade de estudar, não contavam com aparato tecnológico informatizado.



Foto 40: Rayssa e Rossana comprando matéria prima para o Ateliê Ibeji (2019)

3.3 GERAÇÃO TOMBAMENTO

Para chegar ao tema “Geração Tombamento”, é preciso tocar no elemento “processo de construção da identidade”, que segundo Munanga (2012), nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, ao passo que acredita não ser o grau dessa consciência, homogêneo entre os negros, porque embora todos sejam negros, na específica categoria, se considera que estes também vivem em contextos socioculturais diferenciados. Exemplifica com a comparação entre negros vinculados às comunidades religiosas de matriz africana, com negros oriundos de bases populares; distantes do vínculo religioso de matriz africana, onde a consciência histórica e, logo, a identidade se diluíram nos aspectos de sobrevivência, que desperta para um tipo heterodoxo de identidade, em que o antropólogo parte desse pressuposto, para apontar o argumento, que não se pode confirmar a existência de uma comunidade identitária cultural entre grupos de negros que vivem em comunidades, restrito aos que participam de ritos e outras práticas religiosas.

A identidade dos negros da base popular parte da consciência do oprimido economicamente e discriminado racialmente. Na militância negra há uma tomada de consciência aguda da perda da história e, conseqüentemente, a busca simbólica de uma África idealizada. Diferente dos negros que vivem em comunidades religiosas de variadas ordens, por exemplo, nos terreiros de candomblé, nas igrejas evangélicas, nas igrejas católicas, etc. em comparação com a comunidade negra militante, altamente politizada sobre a questão do racismo, ou com as comunidades remanescentes dos quilombos. (MUNANGA, 2012, p. 11).

São três fatores essenciais na construção de uma identidade ou de uma personalidade coletiva, trazida por Munanga (2012), a saber: o histórico; o linguístico; e o psicológico. Que projeta à presença simultânea desses três no grupo ou no indivíduo, para ter a identidade cultural perfeita; evocado de uma hipótese ideal, não condizente na realidade, onde se encontram todas as transições, desde o caso ideal até o caso extremo da crise de identidade pelas atenuações nos três fatores distintivos.

As combinações específicas desses fatores oferecem todos os casos possíveis, individuais e coletivos. Enquanto um fato interage plenamente, outro tem um efeito muito fraco ou mesmo nulo. Como aconteceu com a perda da língua materna na diáspora. (MUNANGA, 2012, p. 12).

A seguir, reflexão dos três fatores expostos por grau de importância, considerado por Munanga:

1º Fator histórico: Serve de “cimento cultural”, responsável por unir elementos diversos de um povo, que estimulada o despertar do sentimento de continuidade histórica vivido pela coletividade. A consciência histórica cria um sentimento de coesão, essencial para cada povo reencontrar o fio condutor de conexão do seu passado ancestral (do mais longínquo), em que estabelece uma relação de segurança, considerado a mais certa e a mais sólida para o povo. Com isso, o povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Não sendo à toa, no escravagismo – que o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela colonização, com o fim de destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados.

2º Fator linguístico: Devido à ocorrência do uso, de linguagem esotérica que serve de comunicação entre os humanos e os deuses (orixás, inquices), nos terreiros religiosos, não se pode dizer que a crise linguística foi total, pois essa estrutura continua a ser um fator de identidade. Sabe-se, também, que há comunidades rurais negras isoladas, que teriam conservado estruturas linguísticas africanas enriquecidas com vocábulos e expressões de língua portuguesa. Para além, destaca que foram criadas outras categorias, outras formas de linguagem ou comunicação como estilos de cabelos, penteados e estilos musicais que são marcas de identidade.

3º O fator psicológico: Questiona se o temperamento do negro é diferente do temperamento do branco. E se é possível considerar esse temperamento como marca de sua identidade. Sendo tal diferença, no caso de sua existência, explicada a partir do

condicionamento histórico do negro e de suas estruturas sociais comunitárias; e não com base nas diferenças biológicas como pensariam os racialistas.

O resultado de um histórico de escravidão no Brasil fez com que nossa estética fosse ridicularizada. Os nossos cabelos eram/são vistos como “ruins”, “duros”, “bombril”, “pixaim”, “rompe fronha” e diversos outros nomes depreciativos que nos faziam/fazem ter baixa estima de ser quem somos: negros. Hoje, e aos poucos, estamos recuperando a nossa própria autoestima, e o primeiro passo se dá através da nossa estética. Uma palavra que está muito alinhada, e acredito que foi a partir dela o surgimento do termo “tombamento”, é empoderamento. Empoderar se refere a dar poder e condições ao indivíduo para criar mecanismos de fortalecimento individual que influência no coletivo, e por, conseguinte, o coletivo que influência no individual. Em “Torna-se negro”, Neusa Santos Souza define empoderamento de uma forma bem pontual nessa passagem: “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. Portanto, é através do nosso corpo e estética que se configura também a nossa maneira de nos colocarmos no mundo, ressignificar o local que o racismo nos atribuiu, e a partir disso, reescrever uma história de pertencimento no lugar da beleza”. (Lorena Lacerda, Do Imprensa Feminista, 24/01/2016. Portal Geledés - <https://www.geledes.org.br/parem-de-criticar-a-geracao-tombamento/>. Acessado em 27 de agosto de 2019.



Foto 41: anúncio Marcha do Empoderamento Crespo. Salvador (2015)

Fonte: Google

Há uma geração de jovens brasileiros negros e negras, movidos também, pela afirmação da corporeidade negra, dispostos ao universo digital, cibernético, com uso das redes sociais para comunicação, a difundir moda, produzir e reproduzir tendências e fomentar atividade cultural na sociedade. Estes fazem parte, do que chamam “Geração Tombamento”, que recupera e interpreta parte de reivindicações do Movimento Negro, com forte apelo à corporeidade negra, a partir dos anos 2000, em distintos espaços sociais, como nos salões de beleza e produtos voltados ao afro. (Carneiro e Gomes, p. 1065, 2018).

Lívio Sansone (2003) contextualiza as mudanças do uso do termo “Negro”, após este ter sido empregado com conotação positiva pelos primeiros etnógrafos da cultura negra no Brasil, cita: Manuel Querino, Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre. Revela que o termo negro, assim como afro-brasileiro, foi aplicado para definir a cultura dos negros, com uma proposta associada de transmitir a ideia de que cultura negra seria componente da cultura (popular) brasileira de influência africana. Cujo termo, foi popularizado posteriormente, devido principalmente à Frente Negro Brasileiro - organização grande e relativamente poderosa do início da década de 1930. Assumido, a partir de então, o termo “negro”, como uma qualidade dada - politicamente “correta”, incorporado por várias organizações negras, como, o Teatro Experimental do Negro; o Movimento Negro Unificado; e a Pastoral do Negro da Igreja Católica. Sendo, inclusive, durante a década de 1980, passado a ser utilizado pelo governo, a fazer referência à população definida noutras situações como preta e parda (termos reservados para as cores pelo Recenseamento Nacional). Atualmente, o termo negro, representa uma categoria sócio-política positiva. (Sansone, p. 75, 2003). Sendo também definida, a cultura negra, como uma força aglutinadora específica da cultura dos negros - do sentimento de um passado comum, na condição de escravos e desprivilegiados. Tendo a África como um banco de símbolos, sacados de forma criativa. Cultura negra por definição, sincrética (Spinola, 2012, apud, Mintz, pp. 9-14, 1970).

Para Rossana Holanda, a geração que ela e Rayssa fazem parte, tem referências de mulheres negras de épocas anteriores, só que de maneira latente, sem que estas tivessem uma pretensão de “impacto” estratégico, a uma dimensão de busca de representatividade política e cidadã na sociedade, mas que faziam resistência a um padrão de estilo e beleza, que de todo modo, indiretamente, também causou influência para ela e sua irmã, no resgate da identidade afro. Um trecho de sua fala sobre essa passagem:

[...] é bombástico, isso é massa, esse movimento, que a gente começa identificar que a gente tem geração de referência, de mulheres negras, que têm mulheres negras na comunidade, só que falta consciência e empoderamento. Tem uma amiga nossa, que na verdade está mais para uma tia, uma mãe nossa que ela nunca esticou o cabelo. Mas não tinha o empoderamento, não tinha aquela força de transmitir a nossa beleza.... (HOLANDA, 2019B).



Foto 42: Propaganda do Ateliê Ibeji

Fonte: Fonte: https://www.instagram.com/ibeji_rayssaerossana/

Pelas redes sociais, internet, elas fazem parte de uma geração que não é a minha. Esta geração para conhecer, se dotar de um conhecimento, não precisa vivenciar fisicamente. É uma inteligência da sobrevivência, mesmo. O aprender com o momento, o aprender com a necessidade. Elas têm muito isso. Dependendo da realidade social que a pessoa tem origem, tem uma leitura, uma maturidade. Elas têm conhecimento bem atual, no que se tem nas redes sociais. Aliás, as redes sociais, oriundos dos movimentos de mulheres negras é a fonte delas se aprimorarem. Vejo que elas aprendem muito em páginas específicas no Instagram”. (Fernanda Ferreira Santos, 2019)⁷⁵

De acordo com Maria Luísa Barros (2018), como forma de combate ao racismo e de reconstrução identitária, pessoas que se identificam como negras, utilizaram as redes sociais⁷⁶ e portais na internet, como espaço a visibilização do tema – negritude, em páginas como Facebook; Preta Acadêmica; Quebrando o Tabu; Geledés; Instituto da Mulher Negra; Empoderadas e Afropunk.

Sendo uma das reivindicações do movimento negro, a inserção de pessoas negras em espaços sociais, profissionais e midiáticas. Diante da presença do apartamento do negro nesses espaços, desde o pós - abolicionismo no Brasil, em que a imagem do negro ou é associada à posição subalterna, ou é associada como exótica, em telenovelas, filmes e propagandas publicitárias. Emerge, assim, a possibilidade de empoderamento dos negros,

⁷⁵ Em entrevista para pesquisa, quando fala de Rayssa e Rossana como parte da Geração “Millenials” e “Tombamento”, 12 de junho de 2019)

⁷⁶ Pela perspectiva sociológica de Análise de Redes Sociais, com base na Teoria de Grafos e na Sociometria (Degenne e Forsé, 1999; Scott, 2001) – a rede social é apreendida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e conexões (laços e relações sociais que ligam pessoas via interação social). Se tratando de intersecção entre modelos estruturais – funcionalistas e os modelos matemáticos. (RECUERO, 2005)

através das redes sociais e páginas da internet; como um recurso aliado ao desenvolvimento de um Estado democrático, em que permite pessoas anônimas, oriundas de categorias invisibilizadas e discriminadas na sociedade, inseridos em uma macroestrutura, a falarem com milhões de pessoas de diversos setores, de suas demandas específicas e pontuais; expressarem suas motivações; lançarem tendências; mobilizarem ações; e fortalecerem movimentos sociais.



Foto 43: Criança afropink do Porto do Capim
Fonte: Fonte: https://www.instagram.com/ibeji_rayssaerossana/

O negro que raramente era visto na televisão, agora passa ser visto na internet o tempo todo em diversas ações e funções. Com isso, ressignificando os padrões impostos pela branquitude, através da reafirmação da própria história negra contribuindo para a reconstrução da identidade da negritude na sociedade brasileira. A mídia absorve, reelabora e transmite o imaginário coletivo nas representações sociais. Como fica o negro na mídia? Não muito diferente da sua realidade social. É verdade que a realidade está se modificando, o problema é que essa mudança é muito lenta. Enquanto isso os afro-brasileiros que estão à margem da sociedade desde a abolição da escravatura (e durante a escravidão), continuam marginalizados nas favelas, com acesso precário ao estudo, emprego e também sem ser representados na sociedade (cargos político) e na mídia (jornalistas, atores e personagens que realmente identifiquem os afro-brasileiros). (Barros, 2018, apud, Lahni, p. 83, 2007).

Em uma autobiografia, Ivanilde Mattos (2015), professora universitária, na área de educação física, usa seu lugar de fala e narra sua experiência como mulher negra, em época que atuava como profissional na área de estética, em um salão de beleza na zona leste da cidade de São Paulo, na década de 1980, em tempos que a grande demanda era especialmente, de alisar e escovar cabelos crespos, no qual, o padrão de beleza e a busca eram por cabelos lisos, a uma grande parcela de mulheres negras. E dessa experiência, a cientista faz o exame das ressignificações capilares com seus usos e abusos,

“desconstrutores” de hegemonia, alavancado por coletivos de mulheres negras, liderados por mulheres em seus interiores, instituídos através das redes sociais — via Facebook — com engajamento e ações pela autoestima e afirmação da estética negra, assim como, ao empoderamento crespo e, especialmente, tornando essa afirmação estética mais uma bandeira da luta antirracista enquanto fenômeno estético afro-diaspórico⁷⁷. Nesse artigo, ela narra que presenciou de perto como o racismo destrói subjetividades: tendo mulheres com baixa autoestima, submissas aos alisamentos, que acarretou em perdas capilares irreversíveis. Aponta estudos sobre autoestima de mulheres negras, que revelam o poder do racismo sobre suas vidas, que sofrem, às vezes, isoladamente, de tal forma, levando até à morte. E que o revés do racismo é pouco avaliado no campo da saúde, que considera como mal de séculos ou como um problema de saúde que tem um número de mulheres negras em depressão por consequência de tentativas frustradas de alisamento dos cabelos. A pesquisadora, no ano de 2013, teve acesso à página do Coletivo Vício Cacheado nas redes sociais, e observou o crescente número de grupos, comunidades, blogs e vlogs voltados em explorar os cabelos, como importante atributo de beleza e, mais especificadamente, os “cabelos crespos” e suas variáveis: cacheados, ondulados, crespos, enrolados e transinetes. Cabendo, inclusive, a essas comunidades virtuais na temática voltada para cabelos crespos e naturais, termos particulares em um “Dicionário das Cacheadas”, em que “transinete” se refere às meninas/mulheres que estão na fase de transição do cabelo alisado para o cabelo natural, portanto, portadoras de duas texturas de fios: crespos na raiz e alisados nas pontas.

Foi no ano de 2015, com a música “Tombei”, da cantora negra Karol Conka, que se deu o início da disseminação da expressão “Tombamento”, que expressa: “causar boa impressão de um jeito surpreendente”, ou “lacrar”, ou ainda, “arrasar”. Cria-se um movimento de negros, que surge na internet, que visam explorar suas estéticas nas redes sócias, blogs, sites, e passam também a assumir, suas características negras no dia a dia. Segundo, Pereira:

São várias as Juventudes Negras no Brasil e na América Latina, com diversas dimensões de gênero, classe, território, orientação sexual, religiosidade, que apresentam uma pluralidade de condições e experiências sociais. O tombamento acontece fora da internet, quando as pessoas encontram mecanismos reais no seu cotidiano, de enfrentar o racismo da sociedade e mídia, a partir de trocas de

⁷⁷ Ivanilde Mattos (2015) denomina por estética Afro- Diaspórica: o movimento em que homens, mulheres, homossexuais, transexuais, gays e também as crianças negras adotam variações para os seus corpos e cabelos, criando e recriando penteados de matriz africana, usando e abusando do tamanho dos fios, formas e cores, assumindo sua corporeidade nesse contexto de mudanças sociais, lutas históricas e hibridismo estético.

informações sobre a negritude sem um mediador branco na internet. (Pereira, p. 5, 2016).

Dada a constitucionalidade pela Lei 10639/03, a Juventude Negra passa a ser revelada e reconhecida nas várias dimensões, como parte de ações históricas do Movimento Social Negro, que orienta outros olhares sobre a experiência negra no Brasil. No ano de 2010, teve um aumento significativo no percentual de autodeclarados negros no país, verificado no Censo Demográfico de 2010, aferido pelo PNAD - Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios, com destaque ao dado histórico da pesquisa, com 50,7% de um total de 190.732.694 pessoas, que se autodeclararam negras. Pontuado que no período de dez anos, a população autodeclarada preta no país, teve um acréscimo de 2,2 pontos percentuais, passando de 5,9% do total de brasileiros no ano de 2004, para 8%, no ano de 2013. Com crescimento, também, do número de pessoas autodeclaradas pardas. Formando o pardo e o preto a população negra do país, que passou de 48,1% em 2004, para 53% em 2013, registrando a diferença entre os autodeclarados pretos em 2004 e em 2013, com 5,2 milhões de pessoas. De acordo com PNAD (2014), a população brasileira cresceu 0,9% e totalizou 203,2 milhões em número de habitantes, e que se declaram de cor preta e parda a soma de 53,6% da população brasileira, ou seja, 109,8 milhões de brasileiros. (Pereira, 2016)

Pereira (2016), ao fazer pesquisa nos sítios de busca com o termo “Juventude Negra”, verificou nos resultados, associado a ele, termos negativos, como: extermínio, enfrentamento ao genocídio, genocídio, violência, redução da maioria penal e mortalidade. Tem o termo “extermínio de jovens negros” como uso apelativo histórico, como forma de denúncia, pelo Movimento Negro (que ganhou força a partir de 2007 com o ENJUNE⁷⁸), em busca de sensibilizar a sociedade sobre as grandes perdas da população negra, associando o termo à condição social de vulnerabilidade. Ainda (Pereira, 2016), distingue que visto a Juventude Negra “de dentro”, é possível perceber, as diversas representações possíveis, para além da condição de vítimas, de vulneráveis e subalternos. Com jovens negros com potencialidades, vanguardas, consumidores e construtores de uma sociedade melhor, tal qual foi proposto por mulheres negras, para melhor compreensão de suas experiências e especificidades. Em que ressalta que a Juventude Negra possui

⁷⁸ Enjune: Encontro Nacional de Juventude Negra, com sua primeira edição realizada no ano de 2007. Fruto da ação histórica do movimento negro, que vem construindo suas alternativas na luta anti-racista e pela promoção da igualdade étnico/racial de oportunidades. Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=2127>.

hierarquias internas de gênero, classe, localização geográfica, religiosidade, orientação sexual, que precisam ser consideradas na compreensão deste termo.

É no cenário discriminatório, com a juventude negra violentada, inclusive por civis, associada ao termo genocídio, que vai para as redes sociais, ao empoderamento, assumindo seus corpos, sua negritude, traduzidos por uma dimensão estética própria, exprimidos por acessórios, roupas, cabelos afros em variados volumes, coloridos, uso de tranças, turbantes e roupas, em que fazem referência à descendência africana, ao mesmo tempo em que se cria uma nova tendência na negritude, com o recurso das publicações em fluxo contínuo, em paginas de relacionamentos sociais, na internet, com direito a postagem de fotos, textos, vídeos na internet, traduzidos e nomeados como "Geração Tombamento". E nesse cenário que Rayssa Holanda e Rossana Holanda, também atuam.

3.4 RAYSSA E ROSSANA GERAÇÃO PLURAL

Jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, pode-se dizer, fazem parte da mesma geração. Karl Mannheim (1928).

Aponta o relógio, surge à luz infinita do Sol, no ponto mais oriental das Américas, cidade de João Pessoa, em uma comunidade tradicional ribeirinha no Centro histórico de João Pessoa, estado da Paraíba; Comunidade Tradicional do Porto do Capim. Nela, Rayssa e Rossana, tomam seus cafés, seguem para vida. Planejam programações e atividades de mobilização comunitária, agendam clientes para trançarem os cabelos no Ateliê Ibeji, conversam com mães sobre ensaios e figurinos para apresentações do coletivo "As Comadres", enviam release para imprensa sobre eventos, se produzem com roupas coloridas, justas, juvenil, armam seus crespos, ou trançam seus fios com fibras e lãs coloridas. Pegam moto emprestada de Diego (marido de Rossana), ou pegam carro emprestado do irmão Guego, ou carona, ou vão de "busão", ou até de Uber, para Universidade, pela manhã.

Meninas engajadas socialmente pelo coletivo, pela defesa do território que pertencem, ligadas na conectividade global cibernética, da qual sabem usar a favor de causas sociais e ambientais, assim como, para publicizar suas artes e empreendimento do Ateliê Ibeji.

Formata
cm, Prime

Formata
cm, Prime

Formata
cm, Prime

Rayssa e Rossana marcam em suas falas e anseios, conexão com o que é chamado genericamente de “Geração Millenials” – que se voltam ao trabalho coletivo, integradas a um mundo virtual, de jovens adultos que não se curvam ao autoritarismo, ao mesmo tempo que não tendem a ser filiados a partidos políticos, e defendem causas específicas e pontuais. São mulheres negras, com repertórios marcados por desvalias, mas também por acesso a oportunidades propiciadas pela sociedade civil e comunidade, que as fez descobrirem quem são. Brasileiras, ribeirinhas, ligadas a um movimento de enegrecimento, que trabalha pela autoestima, do amor próprio, da criatividade, da vocalidade da mulher preta, empreendedorismo, ativismo, com que as integram, também, do que é nominado como “Geração Tombamento”.

A Ibeji (Rayssa e Rossana), próprias de um estoque de experiências comuns entre elas e também comum a outros jovens, de várias partes do Globo terrestre, forma uma conexão geracional (Mannheim, 1993) com vínculo real; exemplo, sustentabilidade, direito a moradia, preservação de águas e rios, interação por meio do ciberespaço, as conectando a “Geração Millennials”. E também, como meninas jovens periféricas, negras, com trabalho desenvolvido pela estética que explora o enaltecer da negritude, no sentido de impactar, crescer a vocalidade da juventude negra brasileira, quebrar padrões estéticos hegemônicos (brancos), serem produtivas, gerar riquezas, adquirir mobilidade social, com o uso das redes sociais ao benefício de seu empreendimento e também aprimoramento técnico e atualização de informação. Faz com que as conecte a “Geração Tombamento”. Tem as gêmeas, sobretudo, traços, atos e expressão, de mais de uma geração, representando uma Geração Plural, no Porto do Capim.

Mês de março a gente vê muito isso, um trabalho pelo embelezamento da mulher, com pranchas, não se vê muito incentivo com as tranças, o cuidado com as crespas. Tem uma geração de uns quatro, cinco anos para trás, de jovens, que promoveram um evento que o movimento social, o movimento negro ficou bem surpreendidos. Porque umas “pirraia”, umas meninas bem novinhas, encheram, lotaram o auditório da UFPB de mulheres para falar de cabelo afro, coisa que a gente do movimento de mulheres, consegue lotar uma sala, quando faz uma reunião. Foi um ano muito massa, deu um boom isso. Eu entrei depois. Eu tinha meus cabelos dread e tal. Era um movimento político, mas não tinha o mesmo viés político. O movimento dos cachos, já era um movimento afetivo. Eu acho que essas meninas Rayssa e Rossana, são fruto dessa geração. (Fernanda Ferreira Santos, em entrevista para essa pesquisa. 12/06/2019).

Para Rossana, foi um estopim para se deparar com a “Geração Tombamento”, o processo de transição capilar que ela e Rayssa passaram, e que perceberam que poderiam

usar o recurso que elas sempre usaram - as tranças, para os cabelos delas ficarem lindos e belos sem precisarem estar escovados e quimicamente tratados. E que quando deram o ponta pé, como ela diz, de se trançarem, foi uma questão de tempo, meses, em 2015. “O processo de consciência vem de 2013 para 2014 e vem ser concretizado em 2015. E outras pessoas vem demandar esse serviço da gente”. (Rossana Holanda, em entrevista para essa pesquisa, 08/2019).

A gente se auto trançou, esse foi o primeiro passo. O Ibeji veio para a gente colocar em prática nossas ideias criativas, artísticas, porque além de costurar, a gente também tem habilidade para fazer artesanato, trabalhos manuais e daí com a necessidade da gente se auto embelezar e se fortalecer através do cabelo trançado. A gente se auto trançou. A Rossana primeiro se auto trançou, depois eu me auto trançei”. (HOLANDA, 2019 A).⁷⁹

Rossana diz que transformaram em ofício suas habilidades de trançar, a servir também ao processo de fortalecimento - de uma rede que entende que precisa ser fortalecida. Em que Rayssa expressa, que o Ibeji vai para além, do que ter clientes, para elas trançarem pessoas que as paguem, do qual, exemplifica que pelo Ibeji já atenderam pessoas que não tinham condições de pagar o trançado e elas trançaram sem problemas, entendendo que o trançado que produzem, que fazem disso o ofício delas, vai além de receber o dinheiro. “É o fortalecimento, é a irmandade de dar a mão para aquela pessoa que está querendo passar também pela transição capilar, que quer se assumir como pessoa negra, preta, enfim” (Rayssa Holanda).

Rayssa e Rossana se apresentam como “Geração Plural” do Porto do Capim, por serem duas jovens negras da comunidade, que conseguem afirmar a vocação digital e o uso deste para seus aperfeiçoamentos, fortalecimento institucional e economia; por explorem o trabalho coletivo e solidário; liderarem causas de significância e defesa plural (em um todo ecológico) e por não se curvarem a abordagens totalitárias, como identificado no Perfil da “Geração Y”. E podem ser vistas como partes integrantes da “Geração Tombamento” que utiliza o enegrecimento, a estética afro, como uma dimensão estética política de legitimação e autoafirmação e econômica.

⁷⁹ Rayssa Holanda, em entrevista para essa pesquisa, em 4 de agosto de 2019.

Para concluir, coloco um poema de autoria de Rayssa Holanda.

De Rio e de maré sou!

Para melhor me conhecer,
Tive que saber de onde vim,
Ilha do Eixo e de China,
E hoje Porto do Capim.

Então, vim de ilha!
De rio e de maré sou!
Em meio a tantas gerações,
Meus ancestrais aqui me enraizou.

Nossa raiz é tão profunda,
Que não é qualquer vento que irá arrancar,
Assim diz seu Pedro,
Para seguirmos navegando as curvas do Rio Sanhauá.

A cada família aqui atracada,
A dona tempestade insiste nos assombrar,
Fique esperto e pise ligeiro,
Pois nessa canoa estaremos sempre a remar.

Rayssa Holanda

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permitir-se aproximar das vidas que movem a sociedade, conhecer em detalhes histórias particulares, por meio de estudos na área das Ciências Sociais, faz com que seja possível o acesso da percepção, ao entendimento de particularidades e ramificações que o destino biográfico de um indivíduo é envolvido, a transcender a esse indivíduo da posição ora ocupada, como um objeto de estudo, visto apenas como um elemento, envolto de categorizações, estigmas, inserido em uma massa homogênea, movido por camadas estruturais, para um ator, como do conceito de Bernard Lahire de “patrimônio de disposições” (1998), disponível com distintas performances em um mesmo Ser, acumulados de múltiplas experiências heterogêneas vividas; de oportunidades; e interações

sociais, que leva a concepção de repertórios não óbvios, e tão pouco de precisa previsibilidade.

Nesta abordagem etnográfica biográfica de Rayssa e Rossana, que considera, também, contextos de terceiros com elo histórico com suas vidas; como a mãe Chilica (Risomar), avô materno Pedro Paulino; e avó paterna Maria das Neves, nos mostra outras faces; que pobre pode ser pobre, não porque almeja a pobreza; que o analfabeto pode ser analfabeto, não porque seja preguiçoso; que a negritude no Brasil pode ser “descoberta” e “construída” não com vistas a garantir uma injusta vantagem; que uma comunidade por ser urbana, não precisa deixar de ser ribeirinha; que projetos sociais por menor e simples que seja, podem ampliar perspectivas de vidas em comunidades; que sustentabilidade evoca de sentidos de vida advindos do sensível; que ser jovens não é ter cabeça vazia; que o novo pode dialogar com a tradição e até se tornar tradição; que educação não envolve apenas a ciência pedagógica, mas uma comunhão de saberes, relações e práticas; que economia pode se mover, não apenas por iniciativas de perfil macro corporativistas; que oportunidades podem alterar o curso de uma pessoa por um rio; que um indivíduo pode ser ator de múltiplas representações em uma mesma época; que geração não é isolada de contextos históricos, econômicos, sociais e temporais e, portanto, pode se assumir como uma estrutura inacabada de forma perene; que o “Homem Plural” (LAHIRE, 1998) pode pertencer a mais de uma geração em um mesmo tempo, como classifico de seres “Geração plural” - que em um estudo aprofundado interdisciplinar, pode ser possível examinar, a possibilidade de uma “Geração Plural”, não ser apenas inerente a uma sociedade moderna, ocidental, globalizada.

Estruturas formam e tem forças sobre indivíduos, mas também, é energia trabalhada de forma dinâmica, por meio de ações, um possibilitador às pessoas serem tornarem múltiplas e até contraditórias.

Rayssa e Rossana “Meninas Plurais”; cibernéticas, engajadas socialmente, solidárias, multiplicadoras da tradição ribeirinha, trançadeiras, empreendedoras, ativistas, feministas negras, líderes comunitárias, artistas. Meninas pertencentes à plurigerções em um mesmo tempo, o que as revela “Meninas Plurais, pertencentes a uma Geração Plural do Porto do Capim.

E para concluir, escrevo uma pequena história alusiva a esta pesquisa: Tem alguns lugares, em um mesmo tempo, onde o rio percorre, com pessoas que cantam, embora o dinheiro seja escasso, e que a maioria de seus habitantes é dotada de um tom de pele, como

cor de barro do rio. A situação e perfil destes territórios são bem parecidos, cujos jovens, até crianças, precisam começar a trabalhar cedo; devido a necessidade de alguns terem de parar de estudar também cedo, e que acabam algumas meninas, tendo filhos cedo também. São lugares, de curioso fato, que de maneira precisa, sincronizada, em um período de quatro e quatro anos, homens de gravatas aparecem com promessas de um tempo porvindouro promissor. Tudo, ao ver de longe, nestes lugares aparentados, parecia muito semelhante. Só que então, foi possível, um dia, se aproximar de um deles, e ao chegar dentro daquele lugar, se viu, por exemplo, duas crianças que o avô mostrou estrelas, que a mãe navegou o rio e catou marisco junto de suas crias, que aportaram perto de suas casas, comerciantes que perceberam as crianças daquele lugar e que pensaram para eles, projetos sociais. Chegou ao convívio daqueles meninos e meninas, uma assistente social, cuja pessoa, enxergou a forma possível de crescer junto com elas, e depois de um tanto de vivências naquele meio, as duas meninas, que eram irmãs gêmeas e muito amigas, ficaram de frente para arte e para um artista - que teve a brilhante ideia de colocar um Sol em cima da cabeça de cada criança. Foi percebido também, entre umas oitocentas pessoas da comunidade, que as duas meninas, inseridas na comunidade de convívio de característica coletiva e solidária, mas que mesmo assim, por vezes, não tinham três refeições ao dia e também não tinham biblioteca onde estudavam quando criança. Eram dotadas de algo irretocável, permanente, que na medida em que elas cresciam e se tornavam jovens adultas, não se esqueciam das estrelas apresentadas pelo avô, e mantinham a sapiência de entender o valor do vento que vinha do rio. Tais irmãs agarravam tudo quanto era oportunidade que aparecia, e de forma inteligente, iniciaram um profundo tear de rede, composta por sonhos, energia, múltiplas gerações, trabalho, engajamento, pulsação, união, amizades, solidariedade, cooperação. E assim foi possível sentir e enxergar, que cada pitada diferente, desde uma estrela apontada no céu, faz com que pessoas que vivem e ocupam lugares tão parecidos – adquiram diferentes posturas e destinos, construindo repertórios de vidas bem distintos. Ficando claro, que “lobos” rondam tais comunidades similares, mas que a forma com que se lida com eles, a estratégia que move as peças, se diferencia, em decorrência das oportunidades que se apresentam, a ampliar visões de mundo, a distinguir a forma da luta e também os fatos resultantes.

REFERÊNCIAS

ALANEN, L. Explorations in generational analysis. In: ALANEN, L.; MAYALL, B. (Org.). *Conceptualizing child-adult relations*. London: Routledge, 2001.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do Sul de Portugal*. Encontro temático da Associação Brasileira de Antropologia e da Antropologia Portuguesa, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 28-30 de Junho de 1995. Anuário Antropológico/95 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

ASSAD, Patrícia. Monografia: *Comadre Fulozinha e Pai do Mangue: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto Do Capim*. João Pessoa, 2014.

BAILÃO, André. 2016. "*Paisagem - Tim Ingold*". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>>

BARIANI, E. Guerreiro Ramos: uma sociologia em mangas de camisa. CAOS - Revista

Formato
New Rom

Formato
New Rom

Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, n. 11, p. 84-92, out 2006.

BARROS, Maria Luisa M. S. *Empretou a comunicação: a internet sendo espaço de resistência negra*. V encontro nordeste história da mídia. Recife/PE, 2018.

BAUMAN, Z. (2007). "Between us, the generations", in J. Larrosa (ed), *On generations*. On coexistence between generations, Barcelona: Fundació Viure i Conviure, pp. 365-376.

BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

____ (1980). *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

BRAGA, Emanuel Oliveira; MORAES, Carla Gisele. M. S. M.. *Porto do capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/pb*. Revista Ñanduty, v. 4, p. 20-52, 2016.

BIEHL, João. *Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social –desejo*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2008, V. 51 Nº 2.

CARNEIRO, Gustavo Marchetti, GOMES, Ivan Marcelo. *A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória*. Movimento, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 1063-1076, out./dez. de 2018.

CASTANHA, Cesar de Siqueira. *Paisagem, Movimento e Caminho no Cinema de Kelly Reichardt*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. *Lua Nova* [online]. 2015, n.94, pp.41-77. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>.

COHN, Clarice. *Concepções de infância e infâncias um estado da arte da antropologia da criança no Brasil*. Civitas Porto Alegre v. 13 n. 2 p. 221-244 maio-ago. 2013.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Mônica; JARDIM, Fabiana A.A. *Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?*.Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.-abr. 2018, p.50-66

COSTA, Magdalena Duarte. *Qualidade da água do estuário do rio Sanhauá na Paraíba e conflitos de usos existentes na área de influência do antigo Lixão do Roger*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

DAVIS, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.

Formatar

Formatar

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. *O conceito de geração nas teorias sobre juventude*. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010

FOUCAULT, M.. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, (1978).

FOUCAULT, M.. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, (1979)

FOUCAULT, M.. *História da Sexualidade i: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, (1988).

FREIRE, Alyson Thiago Fernandes. *Afinidades eletivas: Foucault, a sociologia e os sociólogos*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 1, jan.- jun. 2018, pp. 265-288

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. *O Conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault*. Revista Subjetividades, Fortaleza, 16(3): 34-44, dezembro, 2016.

GENNARI, Adilson Marques. *Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90*. pesquisa & debate, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Sobre o Resfriamento do Marca. Alguns aspectos da adaptação ao fracasso*. RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 13, n. 39, dez. 2014.

GONÇALVES, Helena Tavares. *O porto e a casa: dinâmicas de transformação dos usos dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro/RJ: Copedoc/Iphan, 2014.

História & Debate Nº 02. UNIFAP, março de 2018. *Entrevista Profª. Dra. Solange P. Rocha*.

INGOLD, T. *The Temporality of the Landscape*. World Archaeology, n.25, 1993. p.152-74.

JOVINO, Ione da Silva. *Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambigüidade no século XIX*. Projeto Imagens de Crianças e Infâncias. Edital Universal 2004 CNPq.

JUNIOR, Gilson Barbosa Athayde; NÓBREGA, Claudia Coutinho; GADELHA, Carmem Lúcia Moreira; SANTANA, Natalia Cibely Bezerra; COSTA, Magdalena Duarte. *Principais usos da água do rio Sanhauá na área de influência do Antigo Lixão do Roger: proposta de revisão de enquadramento do Rio*. Revista Ambiente & Água – An Interdisciplinary Journal of Applied Science: v. 3 n. 3, 2008.

KABENGELE, Munanga. *Negritude, Usos e Sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica 2012. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

KOFES, Suely. “Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites”. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 117-141, 1994.

LAHIRE, Bernard. *Homem Plural: Os determinantes da ação*; tradução de Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

LEMOS, F. C. S., CARDOSO Junior, H. R., & ALVAREZ, M. C. (2013). *Instituições, Confinamento e Relações de Poder...*

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*; tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

MANNHEIM, Karl. (1961). “O problema da juventude na sociedade moderna”, in idem, *Diagnóstico de nosso tempo*, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 36-61.

_____ (1982) “O problema sociológico das gerações” [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982, pp. 67-95.

MALAFAIA, Gabriela Silva. Gestão estratégica de pessoas em ambientes multigeracionais. In: Congresso Nacional de Excelência em gestão, VII, 2011. Anais. 2011. p 1-13. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0452_2151.pdf> Acesso em: 05 nov.2015.

MATTOS, Ivanilde Guedes de. *Estética Afro-diaspórica e o empoderamento crespo*. Pontos de Interrogação: Rev. do PPG Crítica Cultural, v. 5, n. 2, p. 37-53, jul/dez, 2015.

MENETTI, Sandra; KUBO, Edson; OLIVA, Eduardo. *A geração Y brasileira e o seu comprometimento organizacional em empresas de conhecimento intensivo*. Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão vol.14 no.2 Lisboa jun. 2015.

O Lugar da Vida Carlos Rodrigues Brandão. Comunidade e Comunidade Tradicional Maristela Correa Borges. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

ORTEGA Y GASSET, J. (1966). “La idea de las generaciones”, *El tema de nuestro tempo*. Obras completas, Vol. 3, Madri: Revista de Occidente, pp. 145-156 [The modern theme, Nova York: Harper & Row, 1961] [1923].

Cenário de Evolução da Qualidade Físico-Química da Água Superficial na Área de Mangue do Rio Sanhauá, a Montante e a Jusante do Lixão do Roger, Pós sua Desativação (Claudia Coutinho Nóbrega, Carmem Lúcia Moreira Gadelha, Raissa Barreto Lins) 2º Congresso Internacional RESAG 2015.

PEREIRA, Juliano, G. *Juventude negra: uma perspectiva decolonial*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

Formata
New Rom
1

Formata

Formata
Itálico

PERPÉTUO, Claudia Lopes. *O Conceito de Interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior*. V Simpósio em Educação Sexual – SIES. 2017, pág. 05.

PERRY, Anderson (1995). "Balanço do Neoliberalismo". In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (org.) *Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PINEDA, José Octávio de Carvalho. *A Entropia segundo Claude Shannon: o desenvolvimento do conceito fundamental da teoria da informação*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PIRES, Flávia F.; JARDIM, George Ardilles da Silva. *Geração Bolsa Família Escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 29 N° 85, 2014, págs. 99-112.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, *O Pensamento nacionalista e os "cadernos de nosso tempo"*. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39 - 69.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: Uma proposta de estudo*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação. E Compós, dezembro de 2005 -2/27.

RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PAC CIDADES HISTÓRICAS E PAC SANHAUÁ NA COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM. RELATÓRIO CRDH/UFPB, 2014.

SABOURIN, Eric. MARCEL MAUSS: *Da dádiva à questão da reciprocidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 23 nº. 66, fevereiro/2008.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil* / Livio Sansone; tradução : Vera Ribeiro. -Salvador : Edufba ; Pallas, 2003.

SANTOS, Emilena Sousa dos. "Era uma vez Erês.." Revista Nures no. 16, SetembroDezembro 2010 –<http://www.pucsp.br/revistanures>Núcleo de Estudos Religião e Sociedade –Pontifícia Universidade Católica –SP ISSN 1981-156X.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e Alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v.1S, n .2, jul./dez.

SILVA, Fernanda Rocha da. *A busca pela efetivação da cidadania de mulheres periféricas: reflexões a partir dos cursos do programa "Mulheres Mil"*, realizados nas

Formata

Formata
fonte: Tex

Formata

idades de Belo Horizonte e de Ouro Verde de Minas. Rev. DEDIR/PPGD. Direito UFOP, Ouro Preto, n. 3, pp. 99-123, set./out. 2017.

SILVA, Suelen de Aguiar. *Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático*. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. vol.38 no.2 São Paulo July/Dec. 201

SOUSA, Emilene Leite de. *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2014.

SOUZA, Jessé, et. al. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pág. 21.

Spinola, N. D. (2003). *Economia cultural de Salvador*. Salvador: Unifacs.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. The Prosumers. In: *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. New York, USA: Penguin Books, 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: *Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

Parem de criticar a geração tombamento. (Lorena Lacerda Do Imprensa Feminista, 24/01/2016. Portal Geledés - <https://www.geledes.org.br/parem-de-criticar-a-geracao-tombamento/>. Acessado em 27 de agosto de 2019.

DOCUMENTOS

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE REFERÊNCIA: PP N° 1.24.000.001117/2015-16, VOLUME IV, INICIADO PELA P. 168, SOB O ASSUNTO - REQUALIFICAÇÃO DA COMUNIDADE PORTO DO CAPIM, LOCALIZADA NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA (PB), MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DO INQUÉRITO CIVIL MPF N° 1.24.000.000390/2008-96 - INVASÕES OCORRIDAS NA ÁREA OCUPADA PELO ANTIGO PORTO DO CAPIM.

RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS PORTO DO CAPIM, CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – SANTA RITA – PB, CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS, UFPB, 2015.

RELATÓRIO DE IMÓVEIS DA UNIÃO SITUADOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO PORTO DO CAPIM SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA PARAÍBA, SETEMBRO DE 2016.

PROCESSO nº 1.24.000.001117/2015-16, Volume IV, Ministério Público Federal da Paraíba.

DOCUMENTÁRIO

Nina Simone, 1968. Documentário: A Historical Perspective.